



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 030 TERÇA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (12) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (11)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (21,29)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (10,37) Walter Pinheiro (31,33) Telmário Mota (9,32) José Pimentel (36)</p> <p>Líder do PT - 14 Humberto Costa (21,29)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (38) Walter Pinheiro (31,33) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (10,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9,32)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (14,18)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líder Ataídes Oliveira (35)</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (19)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (3)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (15,28)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (13,17,27) Vanessa Grazziotin (22,25) Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,16)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (13,17,27)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (22,25)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (7,8)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4)</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (7,8)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (6)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (5)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,4)</p>	

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 29ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE MARÇO DE 2015	006
1.1 – ABERTURA.....	006
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	006
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	006
1.2.2 – Comunicações	
Do Senador Ricardo Ferraço, solicitando a aposição da assinatura de S. Ex ^a no Requerimento nº 94/2015. (Ofício nº 75/2015).....	006
Da Liderança do PRB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 665/2014 (Ofício nº 16/2015). Serão feitas as substituições solicitadas.....	006
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Congresso Nacional, de indicação dos Deputados Alberto Fraga e Carlos Melles como Vice-Líderes do referido Bloco (Ofício nº 3/2015).....	006
Da Liderança do PR na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 665/2014 (Ofício nº 35/2015). Será feita a substituição solicitada.	007
Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 660/2014 (Ofício nº 58/2015). Será feita a substituição solicitada	007
1.2.2.1 – Ofício do Grupo Parlamentar Brasil-Áustria	
Nº 3/2015, na origem, comunicando sua composição e eleição e posse de sua Diretoria (vide item 3).....	007
1.2.2.2 – Requerimento	
Nº 156/2015, de autoria do Senador Roberto Rocha, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 4 a 19 de abril próximo.....	008
1.2.2.3 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 45/2015, na origem, comunicando a ausência de S. Ex ^a do País, no período de 28 de fevereiro último a 1º do corrente, em viagem oficial à República Oriental do Uruguai.....	008
1.2.2.4 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 144/2015, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 374/2015, proferido nos autos do processo TC 033.511/2012-8, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.....	008
1.2.3 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 115/2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.....	009
Nº 116/2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que altera o artigo 235-E da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e a Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, para dispor sobre a cobrança de tarifa nos serviços de transporte público coletivo urbano e de caráter urbano de passageiros pelo motorista profissional, e dá outras providências.....	012
Nº 117/2015, de autoria do Senador Humberto Costa, que disciplina a recepção dos novos alunos nas instituições de ensino superior e acrescenta o art. 65-A ao Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, para prever como contravenção penal a realização de trote vexatório.....	015
1.2.4 – Oradores	
SENADOR EDISON LOBÃO – Considerações acerca da decisão da Petrobras de retirar de seu plano de investimentos a construção das refinarias nos Estados do Maranhão e do Ceará; e outro assunto.....	018
SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO, como Líder – Defesa da trajetória política de S. Ex ^a em resposta à abertura de inquérito decorrente de investigações da “Operação Lava jato”.....	020
1.2.5 – Comunicações da Presidência	
Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional amanhã, às 20 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de expedientes e apreciação de matérias.....	022

Realização de sessão solene do Congresso Nacional amanhã, às 12 horas, no plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 86/2015.....	022
1.2.6 – Oradores (continuação)	
SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre as manifestações que ocorreram no último final de semana; e outro assunto.....	022
SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre as manifestações populares contrárias ao sistema político vigente no País.....	027
SENADOR ACIR GURGACZ – Alegria com a aprovação, pela Assembleia Legislativa de Rondônia, do projeto de lei que autoriza a liberação de recursos para a construção do Hospital Regional de Ariquemes; e outro assunto.....	030
SENADOR REGUFFE – Considerações sobre as manifestações populares ocorridas em 15 do corrente; e outros assuntos.....	032
SENADOR RICARDO FERRAÇO – Reflexões sobre as manifestações ocorridas em 15 do corrente e críticas à gestão do Governo Dilma Rousseff.....	035
SENADOR WALDEMIR MOKA – Comentários acerca de declaração feita pelo Senador Walter Pinheiro acerca das manifestações populares ocorridas no último dia 15.....	044
SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Registro da participação de S. Exª em manifestação contra o Governo ocorrida em Palmas-TO; e outros assuntos.....	047
SENADORA ROSE DE FREITAS – Reflexões sobre a contribuição que o Senado pode dar em resposta às manifestações populares do último domingo.....	050
1.2.7 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA – Registro do editorial publicado no jornal Folha de S. Paulo intitulado "Água de reúso, solução para a indústria".....	053
1.3 – ENCERRAMENTO.....	055
2 – DOCUMENTO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO	
2.1 – Grupo Parlamentar Brasil-Áustria.....	055
Ata da Reunião de eleição e posse de sua Diretoria, realizada em 24 de fevereiro do corrente.....	055
3 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO	
3.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
3.1.1 – Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões	
<u>SENADO FEDERAL</u>	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação.....	067
Bancadas dos Partidos.....	068
Por ordem alfabética.....	069
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	070
6 – LIDERANÇAS	071
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	072
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos.....	078
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	081
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	082
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	084
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	087
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	089
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	091
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	094
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	097
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	099
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.....	101
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	102
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	103
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993).....	104
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995).....	105
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	105
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	105
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	106
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	107

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	108
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	109
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	110
Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015)..	111
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	112
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	113

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	114
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	120
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	120
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	121
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	122
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	123

11 – CONSELHOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	126
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	127
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	128

Ata da 29ª Sessão, Não Deliberativa, em 16 de março de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Fernando Bezerra Coelho, Reguffe,
Acir Gurgacz, Waldemir Moka, da Srª Rose de Freitas e do Sr. Ataídes Oliveira*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 17 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) –Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente.

COMUNICAÇÕES

Ofício Número GSRFER – 75/2015

Brasília, 12 de março de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, solicitar que conste do Requerimento nº 94 de 2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, minha assinatura como subscritor.

Tal requerimento visou à criação de comissão parlamentar de inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos da mais elevada estima.

Respeitosamente, – Senador **Ricardo Ferraço**, PMDB-ES

Ofício Ind nº 16/2015

Brasília, 11 de março de 2015

Assunto: Indicação para Comissão Mista da Medida Provisória nº 665/14.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, indico o Deputado Cléber Verde (PRB/MA) como membro titular, em minha substituição, e o Deputado Carlos Gomes (PRB/RS) como membro suplente, em substituição ao Deputado Bacelar (PTN/BA), para integrarem a Comissão Mista da Medida Provisória nº 665 de 2014, que “Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências”.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada consideração.

Respeitosamente, – Deputado **Celso Russomano**, Líder do PRB.

(Serão feitas as substituições solicitadas.)

Ofício nº 3-L-GLMCN/15

Brasília, 12 de março de 2015

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Alberto Fraga e Carlos Melles para integrarem o quadro de Vice-Líderes da Liderança da Minoria no Congresso.

Respeitosamente, – Deputado **Pauderney Avelino**, Líder da Minoria no Congresso.

Of. nº 35/2015 – LidPR

Brasília, 26 de fevereiro de 2015

Assunto: Substituição de membro titular da Comissão Mista MP nº 665/14.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar a Deputada Gorete Pereira (PR/CE) para membro titular em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL) na Comissão Mista da Medida Provisória nº 665, de 30-12-2014, que “Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências”.

Respeitosamente, – Deputado Maurício Quintella Lessa, Líder do Partido da República – PR.

(Será feita a substituição solicitada.)

OF/LID/Nº 058/2015

Brasília, 16 de março de 2015

Assunto: Indicação de membro – MP 660/14

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Hissa Abrahão – PPS/AM, em substituição ao meu nome, para integrar como suplente a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 660/14, que “altera a Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**, Líder do PPS.**OFÍCIO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ÁUSTRIA**

Of. nº 3/15/GP-BR/AT

Brasília, 10 de março de 2015

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que foi reinstalado no Congresso Nacional, em 24 de fevereiro último, o Grupo Parlamentar Brasil – Áustria. Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a sua Diretora, da qual Vossa Excelência, como Presidente do Senado Federal, faz parte como Presidente de Honra, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº 37/06, de 8 fevereiro de 2006, na Câmara dos Deputados. O Projeto de Resolução nº 259/05, de autoria do Deputado Nelson Marquezelli – PTB/SP, visava criar o referido Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República do Brasil e da República da Áustria. O Grupo é formado por 39 Senadores e 53 Deputados.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, a Ata da Reunião de Reinstalação do Grupo Parlamentar Brasil – Áustria, a relação dos Parlamentares que o integram e a composição de sua Diretoria. Tive a satisfação de ser escolhido pelos meus pares do Congresso para presidir este importante Grupo Parlamentar, no biênio 2015-2017.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas para aprimorar o relacionamento entre nossos Parlamentos, antecipo os meus agradecimentos.

Respeitosamente, – Senador **Luiz Henrique da Silveira** Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Áustria.

(*) Os documentos a que se segue este ofício encontram-se publicadas no presente diário. (Vide itens 3 do Sumário.)

REQUERIMENTO

**REQUERIMENTO
Nº 156, DE 2015**

Nos termos do artigo 55, inciso III, da Constituição Federal de 1988, e artigo 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que estarei ausente do país no período de **04 a 19 abril do corrente ano**.

Comunico, ainda, com base no artigo 40 que desempenharei a seguinte missão no exterior, no período de **07 a 10 de abril do corrente ano**: Participar da 117ª sessão da feira de importação e exportação da China a convite do Centro de Comércio Exterior da China.

Solicito, pois, que este requerimento sirva para **justificar a minha ausência nas sessões do Plenário**.

Sala das Sessões,



Senador ROBERTO ROCHA

(PSB/MA)

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA**MENSAGEM Nº 45**

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País nos dias 28 de fevereiro e 1º de março de 2014, em visita a Colônia do Sacramento, por ocasião da inauguração do Parque Eólico Artilleros, e a Montevideu, por ocasião da Cerimônia de Posse do Senhor Tabaré Ramón Vázquez Rosas no cargo de Presidente da República Oriental do Uruguai.

Brasília, 26 de fevereiro de 2015. – **Dilma Rousseff**.

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– **Aviso nº 144-Seses-TCU-Plenário, de 2015**, da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 374/2015, proferido pelo Plenário do Tribunal, acerca de auditoria das obras do Lote I do Sistema Adutor do Agreste, trecho Arcoverde/Caruaru.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 144-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 5 de março de 2015

Excelentíssimo Senhores Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 033.511/2012-8, na Sessão Ordinária de 4-3-2015, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo dessa Presidência serão posteriormente comunicadas.

Respeitosamente, – Raimundo Carreiro, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

PROJETOS DE LEI DO SENADO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2015**

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.

O Senado Federal decreta:

Art. 1º O art. 41 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

“Art. 41.

§ 8º A exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal gozará, entre outros, dos seguintes estímulos:

I – isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR sobre a área do mesmo imóvel rural equivalente ao quádruplo da área explorada com florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal;

II – dedução da base de cálculo do Imposto de Renda, limitada a vinte por cento do valor devido, no mesmo período-base, do valor correspondente ao produto da alíquota do imposto multiplicada pelo montante dos dispêndios realizados com a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal;

III – as taxas de juros e demais encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos voltados ao cultivo florestal em área localizada fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal serão diferenciados, de forma a favorecer a expansão da preservação ambiental.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Justificação

O advento do Novo Código Florestal Brasileiro, por meio da publicação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, permitiu a adequação de irregularidades acumuladas ao longo do processo de incorporação de novas áreas às atividades agropecuárias tradicionais e criou mecanismos de incentivo à preservação ambiental.

No entanto, os estímulos definidos se voltaram basicamente à recomposição das áreas de preservação permanente e da reserva legal, deixando o cultivo florestal para fins econômicos sem a merecida atenção.

A exploração econômica de florestas plantadas tem um grande potencial de crescimento no País, podendo contribuir para a elevação da renda e dos empregos no meio rural e nas cidades.

A presente iniciativa objetiva expandir os estímulos governamentais à exploração de florestas plantadas, por meio da desoneração tributária sobre atividades rurais que promovem os serviços ambientais de sequestro de carbono, preservação da água e do solo e estimulam a diversidade da flora e da fauna.

Dadas as exigências impostas pelo Novo Código Florestal, não nos preocupamos em redefinir outras condições técnicas ou operacionais, para que os proprietários dos imóveis rurais interessados venham a se enquadrar e se habilitar à concessão dos benefícios estabelecidos na iniciativa. Consideramos, nesse sentido, suficiente e adequado o atendimento às condições gerais e específicas já estabelecidas na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Por entendermos que a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal agrega valor ao patrimônio ambiental do Brasil, com reflexos importantes sobre a produtividade sustentável de todas as atividades agropecuárias, pedimos o apoio das Senhoras e dos Senhores Senadores à aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, 11 de março de 2015. – Senador **Acir Gurgaz**, PDT/RO.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012

Mensagem de veto**Texto compilado**

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs

4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

A Presidenta da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

CAPÍTULO IX

Da Proibição do Uso de Fogo e do Controle dos Incêndios

Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações:

I – em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação do órgão estadual ambiental competente do Sisnama, para cada imóvel rural ou de forma regionalizada, que estabelecerá os critérios de monitoramento e controle;

II – emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;

III – atividades de pesquisa científica vinculada a projeto de pesquisa devidamente aprovado pelos órgãos competentes e realizada por instituição de pesquisa reconhecida, mediante prévia aprovação do órgão ambiental competente do Sisnama.

§ 1º Na situação prevista no inciso I, o órgão estadual ambiental competente do Sisnama exigirá que os estudos demandados para o licenciamento da atividade rural contenham planejamento específico sobre o emprego do fogo e o controle dos incêndios.

§ 2º Excetuam-se da proibição constante no *caput* as práticas de prevenção e combate aos incêndios e as de agricultura de subsistência exercidas pelas populações tradicionais e indígenas.

§ 3º Na apuração da responsabilidade pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares, a autoridade competente para fiscalização e autuação deverá comprovar o nexo de causalidade entre a ação do proprietário ou qualquer preposto e o dano efetivamente causado.

§ 4º É necessário o estabelecimento de nexo causal na verificação das responsabilidades por infração pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares.

Art. 39. Os órgãos ambientais do Sisnama, bem como todo e qualquer órgão público ou privado responsável pela gestão de áreas com vegetação nativa ou plantios florestais, deverão elaborar, atualizar e implantar planos de contingência para o combate aos incêndios florestais.

Art. 40. O Governo Federal deverá estabelecer uma Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, que promova a articulação institucional com vistas na substituição do uso do fogo no meio rural, no controle de queimadas, na prevenção e no combate aos incêndios florestais e no manejo do fogo em áreas naturais protegidas.

§ 1º A Política mencionada neste artigo deverá prever instrumentos para a análise dos impactos das queimadas sobre mudanças climáticas e mudanças no uso da terra, conservação dos ecossistemas, saúde pública e fauna, para subsidiar planos estratégicos de prevenção de incêndios florestais.

§ 2º A Política mencionada neste artigo deverá observar cenários de mudanças climáticas e potenciais aumentos de risco de ocorrência de incêndios florestais.

CAPÍTULO X

Do Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente

Art. 41. É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da publicação desta Lei, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação:

Art. 41. É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação: (Redação dada pela Medida Provisória nº 571, de 2012).

Art. 41. É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação: (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012).

I – pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais, tais como, isolada ou cumulativamente:

- a) o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono;
- b) a conservação da beleza cênica natural;
- c) a conservação da biodiversidade;
- d) a conservação das águas e dos serviços hídricos;
- e) a regulação do clima;
- f) a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico;
- g) a conservação e o melhoramento do solo;
- h) a manutenção de Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito;

II – compensação pelas medidas de conservação ambiental necessárias para o cumprimento dos objetivos desta Lei, utilizando-se dos seguintes instrumentos, dentre outros:

- a) obtenção de crédito agrícola, em todas as suas modalidades, com taxas de juros menores, bem como limites e prazos maiores que os praticados no mercado;
- b) contratação do seguro agrícola em condições melhores que as praticadas no mercado;
- c) dedução das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, gerando créditos tributários;
- d) destinação de parte dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, na forma da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para a manutenção, recuperação ou recomposição das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito na bacia de geração da receita;
- e) linhas de financiamento para atender iniciativas de preservação voluntária de vegetação nativa, proteção de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, manejo florestal e agroflorestal sustentável realizados na propriedade ou posse rural, ou recuperação de áreas degradadas;
- f) isenção de impostos para os principais insumos e equipamentos, tais como: fios de arame, postes de madeira tratada, bombas d'água, trado de perfuração de solo, dentre outros utilizados para os processos de recuperação e manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito;

III – incentivos para comercialização, inovação e aceleração das ações de recuperação, conservação e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa, tais como:

- a) participação preferencial nos programas de apoio à comercialização da produção agrícola;
- b) destinação de recursos para a pesquisa científica e tecnológica e a extensão rural relacionadas à melhoria da qualidade ambiental.

§ 1º Para financiar as atividades necessárias à regularização ambiental das propriedades rurais, o programa poderá prever:

I – destinação de recursos para a pesquisa científica e tecnológica e a extensão rural relacionadas à melhoria da qualidade ambiental;

II – dedução da base de cálculo do imposto de renda do proprietário ou possuidor de imóvel rural, pessoa física ou jurídica, de parte dos gastos efetuados com a recomposição das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito cujo desmatamento seja anterior a 22 de julho de 2008;

III – utilização de fundos públicos para concessão de créditos reembolsáveis e não reembolsáveis destinados à compensação, recuperação ou recomposição das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito cujo desmatamento seja anterior a 22 de julho de 2008.

§ 2º O programa previsto no *caput* poderá, ainda, estabelecer diferenciação tributária para empresas que industrializem ou comercializem produtos originários de propriedades ou posses rurais que cumpram os padrões e limites estabelecidos nos arts. 4º, 6º, 11 e 12 desta Lei, ou que estejam em processo de cumpri-los.

§ 3º Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais inscritos no CAR, inadimplentes em relação ao cumprimento do termo de compromisso ou PRA ou que estejam sujeitos a sanções por infrações ao disposto nesta Lei, exceto aquelas suspensas em virtude do disposto no Capítulo XIII, não são elegíveis para os incentivos previstos nas alíneas *a* e *b* do inciso II do *caput* deste artigo até que as referidas sanções sejam extintas.

§ 4º As atividades de manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito são elegíveis para quaisquer pagamentos ou incentivos por serviços ambientais, configurando adicionalidade para fins de mercados nacionais e internacionais de reduções de emissões certificadas de gases de efeito estufa.

§ 5º O programa relativo a serviços ambientais previsto no inciso I do *caput* deste artigo deverá integrar os sistemas em âmbito nacional e estadual, objetivando a criação de um mercado de serviços ambientais.

§ 6º Os proprietários localizados nas zonas de amortecimento de Unidades de Conservação de Proteção Integral são elegíveis para receber apoio técnico-financeiro da compensação prevista no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, com a finalidade de recuperação e manutenção de áreas prioritárias para a gestão da unidade.

§ 7º O pagamento ou incentivo a serviços ambientais a que se refere o inciso I deste artigo serão prioritariamente destinados aos agricultores familiares como definidos no inciso V do art. 3º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2015

Altera o artigo 235-E da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 e a Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, para dispor sobre de cobrança de tarifa nos serviços de transporte público coletivo urbano e de caráter urbano de passageiros pelo motorista profissional, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º – O artigo 235-E do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, passa a vigorar acrescido do parágrafo 13, com a seguinte redação:

“ Artigo 235-E– ”

§ 13. A cobrança eventual de tarifas nos serviços de transporte público coletivo urbano e de caráter urbano de passageiros pelos motoristas profissionais a bordo dos veículos dar-se-á na seguinte forma:”

I – o procedimento de cobrança somente será adotado em sistemas de transporte público coletivo de passageiros que disponham de sistema de bilhetagem eletrônica de venda e arrecadação de créditos tarifários;

II – a atividade prevista neste parágrafo deve ser homologada em acordo ou convenção coletiva da categoria profissional;

Art. 2º Para fins desta lei os serviços de transporte público coletivo de passageiros de caráter urbano são os definidos no artigo 4º, incisos XI a XIII da Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012.

Art. 3º O poder público responsável pelo serviço de transporte público coletivo de passageiros prestará as informações necessárias a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego quanto a atividade expressa no parágrafo 13 do artigo 235-E da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943.

Art. 4º O Ministério do Trabalho e Emprego organizará e coordenará um programa nacional de requalificação profissional destinado especificamente à categoria dos atuais cobradores empregados nos serviços de transporte público coletivo urbano e de caráter urbano de passageiros.

Art. 5º O artigo 9º da Lei nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012 passa a vigorar acrescido do § 12 com a seguinte redação:

“Art. 9º ”

§ 12. O poder público incentivará o usuário na utilização de créditos eletrônicos tarifários nos serviços de transporte público coletivo como forma de modernizar o Sistema de Mobilidade Urbana e melhorar as condições de segurança e de trabalho dos empregados do operador do serviço público.”

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Grande parte das cidades brasileiras tem adotado sistemas eletrônicos de venda e arrecadação tarifária no transporte público coletivo de passageiros, mediante créditos eletrônicos de viagem inseridos em cartões com “chips” de segurança.

A automação desses procedimentos mediante créditos eletrônicos tem contribuído eficazmente na redução do número de assaltos no interior dos veículos. Constata-se que 90% das cidades brasileiras acima de 100 mil habitantes já possuem o sistema automatizado que é utilizado por todos usuários, inclusive os trabalhadores que utilizam o vale-transporte.

Em relação ao vale-transporte, é importante frisar que os trabalhadores se beneficiam com as facilidades como a redução no tempo de embarque e maior segurança do vale-transporte, pois caso ocorra roubo ou perda, o cartão eletrônico do benefício é bloqueado.

Os usuários que não fazem jus ao vale-transporte podem adquirir cartões eletrônicos com determinado número de viagens. Estes cartões são comercializados ao público em geral, mediante postos de vendas, das empresas concessionárias ou do poder público responsável pela gestão do transporte público.

A adoção do sistema de bilhetagem eletrônica na maioria das cidades decorre de exigência do poder público local, visando dar maior transparência e controle no sistema de transporte coletivo. Isso impõe que as concessionárias ou permissionárias busquem se adequar as novas regras em consonância com os interesses dos trabalhadores das empresas concessionárias dos serviços de transporte público, mediante a celebração de acordos coletivos ou termos de conduta, que garantam aos cobradores em geral, a garantia do emprego em outra função.

Sob este entendimento, o cobrador de ônibus passou exercer outras funções dentro da empresa, até mesmo a função de motorista profissional, mediante treinamento prévio fornecido pelo empregador.

Assim, em muitas cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Goiânia, Salvador, Curitiba, não existe mais a figura do cobrador no interior dos veículos, as viagens são pagas mediante cartão eletrônico.

Segundo a São Paulo Transportes (SPTRANS), órgão gestor do transporte público na cidade de São Paulo, em algumas linhas na cidade, o motorista exerce a função de cobrador, quando o usuário não possui o cartão eletrônico para o pagamento da tarifa. Contudo, este percentual é baixo, chega a 5 % do volume total de viagens realizadas e tende a cair, face aos benefícios que estão sendo agregados aos cartões eletrônicos, estimulando os usuários adquirirem antecipadamente o citado cartão.

Além disso, existem outros casos a serem considerados, como as cidades que possuem bairros na periferia, onde residem pessoas de baixo poder aquisitivo, distantes das linhas principais de transporte público ou de terminais de integração. Neste caso, o poder público local adota um sistema de transporte público mais simples, mediante veículos de menor capacidade, como microônibus, que visam transportar os usuários até a linha principal ou terminal.

Neste modelo, o poder público opta por um serviço onde o motorista realize a função de cobrador, face condição econômica dos usuários e com objetivo de evitar que o serviço tenha um custo alto.

Diante dessa realidade no transporte público das cidades brasileiras propomos o presente projeto de lei no qual permite que o motorista realize a função de cobrança de tarifa, desde que atenda as seguintes condições:

a) o procedimento de cobrança somente será adotado em sistemas de transporte público coletivo de passageiros que disponham de sistema de bilhetagem eletrônica de venda e arrecadação de créditos tarifários, ou seja, o número de cobrança manual da tarifa pelo motorista será pequena e não colocará o mesmo em condição de risco;

b) a citada atividade deve estar prevista e homologada em acordo ou convenção coletiva da categoria profissional;

Além disso, propomos que o órgão gestor dos serviços de transporte público coletivo de passageiros preste todas as informações necessárias à fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego em relação ao desempenho das atividades realizadas pelo motorista profissional.

Com objetivo de dar a salvaguarda necessária e proteção aos cobradores dos serviços de transporte público, propomos que o Ministério do Trabalho e Emprego disponibilize um programa de requalificação profissional destinado especificamente à categoria dos atuais cobradores empregados nos serviços de transporte público coletivo urbano.

A cargo do poder público responsável pelo transporte público coletivo de passageiros, propomos uma adequação a Lei nº 12.587/2012, mais conhecida como a Lei de Mobilidade Urbana, com objetivo que seja estimulado a utilização de créditos eletrônicos para o pagamento da tarifa como forma melhorar as condições de segurança e de trabalho dos trabalhadores deste serviço público essencial para a mobilidade urbana.

Por estes motivos, apresentamos a presente proposta legislativa.

Sala das Sessões, 12 de Março de 2015. – Senador **Acir Gurgacz**, PDT/RO.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012

Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

A Presidenta da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 235. Nos estabelecimentos cujo funcionamento normal seja noturno, será facultado aos operadores cinematográficos e seus ajudantes, mediante acordo ou contrato coletivo de trabalho e com um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário da hora normal, executar o trabalho em sessões diurnas extraordinárias e, cumulativamente, nas noturnas, desde que isso se verifique até 3 (três) vezes por semana e entre as sessões diurnas e as noturnas haja o intervalo de 1 (uma) hora, no mínimo, de descanso.

§ 1º A duração de trabalho cumulativo a que alude o presente artigo não poderá exceder de 10 (dez) horas.

§ 2º Em seguida a cada período de trabalho haverá um intervalo de repouso no mínimo de 12 (doze) horas.

DECRETO LEI Nº 5.452, DE 1 DE MAIO DE 1943

Artigo 235 E

SEÇÃO IV

Dos Operadores Cinematográficos

Art. 234 – A duração normal do trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes não excederá de seis horas diárias, assim distribuídas:

a) 5 (cinco) horas consecutivas de trabalho em cabina, durante o funcionamento cinematográfico;

b) 1 (um) período suplementar, até o máximo de 1 (uma) hora para limpeza, lubrificação dos aparelhos de projeção, ou revisão de filmes.

Parágrafo único – Mediante remuneração adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário da hora normal e observado um intervalo de 2 (duas) horas para folga, entre o período a que se refere a alínea “b” deste artigo e o trabalho em cabina de que trata a alínea “a”, poderá o trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes ter a duração prorrogada por 2 (duas) horas diárias, para exposições extraordinárias.

Art. 235. Nos estabelecimentos cujo funcionamento normal seja noturno, será facultado aos operadores cinematográficos e seus ajudantes, mediante acordo ou contrato coletivo de trabalho e com um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário da hora normal, executar o trabalho em sessões diurnas extraordinárias e, cumulativamente, nas noturnas, desde que isso se verifique até 3 (três) vezes por semana e entre as sessões diurnas e as noturnas haja o intervalo de 1 (uma) hora, no mínimo, de descanso.

§ 1º A duração de trabalho cumulativo a que alude o presente artigo não poderá exceder de 10 (dez) horas.

§ 2º Em seguida a cada período de trabalho haverá um intervalo de repouso no mínimo de 12 (doze) horas.

SEÇÃO IV-A

(Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

Do Serviço do Motorista Profissional

Art. 235-A. Ao serviço executado por motorista profissional aplicam-se os preceitos especiais desta Seção. (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

Art. 235-E. Ao transporte rodoviário de cargas em longa distância, além do previsto no art. 235-D, serão aplicadas regras conforme a especificidade da operação de transporte realizada. (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

§ 1º Nas viagens com duração superior a 1 (uma) semana, o descanso semanal será de 36 (trinta e seis) horas por semana trabalhada ou fração semanal trabalhada, e seu gozo ocorrerá no retorno do motorista à base (matriz ou filial) ou em seu domicílio, salvo se a empresa oferecer condições adequadas para o efetivo gozo do referido descanso. (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

§ 2º (VETADO). (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

§ 3º É permitido o fracionamento do descanso semanal em 30 (trinta) horas mais 6 (seis) horas a serem cumpridas na mesma semana e em continuidade de um período de repouso diário. (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

§ 4º O motorista fora da base da empresa que ficar com o veículo parado por tempo superior à jornada normal de trabalho fica dispensado do serviço, exceto se for exigida permanência junto ao veículo, hipótese em que o tempo excedente à jornada será considerado de espera. (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

§ 5º Nas viagens de longa distância e duração, nas operações de carga ou descarga e nas fiscalizações em barreiras fiscais ou aduaneira de fronteira, o tempo parado que exceder a jornada normal será computado como tempo de espera e será indenizado na forma do § 9º do art. 235-C. (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

§ 6º Nos casos em que o empregador adotar revezamento de motoristas trabalhando em dupla no mesmo veículo, o tempo que exceder a jornada normal de trabalho em que o motorista estiver em repouso no veículo em movimento será considerado tempo de reserva e será remunerado na razão de 30% (trinta por cento) da hora normal. (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

§ 7º É garantido ao motorista que trabalha em regime de revezamento repouso diário mínimo de 6 (seis) horas consecutivas fora do veículo em alojamento externo ou, se na cabine leito, com o veículo estacionado. (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

§ 8º (VETADO). (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

§ 9º Em caso de força maior, devidamente comprovado, a duração da jornada de trabalho do motorista profissional poderá ser elevada pelo tempo necessário para sair da situação extraordinária e chegar a um local seguro ou ao seu destino. (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

§ 10. Não será considerado como jornada de trabalho nem ensejará o pagamento de qualquer remuneração o período em que o motorista ou o ajudante ficarem espontaneamente no veículo usufruindo do intervalo de repouso diário ou durante o gozo de seus intervalos intrajornadas. (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

§ 11. Nos casos em que o motorista tenha que acompanhar o veículo transportado por qualquer meio onde ele siga embarcado, e que a embarcação disponha de alojamento para gozo do intervalo de repouso diário previsto no § 3º do art. 235-C, esse tempo não será considerado como jornada de trabalho, a não ser o tempo restante, que será considerado de espera. (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

§ 12. Aplica-se o disposto no § 6º deste artigo ao transporte de passageiros de longa distância em regime de revezamento. (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

(À Comissão de Assuntos Sociais; em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2015

Disciplina a recepção dos novos alunos nas instituições de ensino superior e acrescenta o art. 65-A ao Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, para prever como contravenção penal a realização de trote vexatório.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as atividades de recepção a novos alunos em instituições de ensino superior.

Art. 2º São proibidas as atividades de recepção de novos alunos em instituições de ensino superior, de qualquer natureza, que:

- I – atentem contra sua integridade física, moral ou psicológica;
- II – imponham-lhes constrangimento;
- III – obriguem a prática de atos vexatórios ou humilhantes;
- IV – impliquem pedido de doação de bens, dinheiro ou prestação de serviços pelos novos alunos.

§ 1º Verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no *caput*, ainda que fora das suas dependências, a instituição de ensino superior instaurará processo disciplinar, bem como representará ao Delegado de Polícia competente para instauração do inquérito policial.

§ 2º O processo disciplinar será regido por regras de procedimento da instituição de ensino superior, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º Poderão ser aplicadas as seguintes sanções disciplinares:

- I – suspensão de um a seis meses;
- II – expulsão.

Art. 3º Antes do início do período letivo, a instituição de ensino superior constituirá comissão integrada por professores e estudantes, que estabelecerá um calendário de atividades e eventos destinados à recepção de novos alunos.

Parágrafo único. As atividades visarão à integração na vida universitária, bem como ao conhecimento das instalações, do funcionamento dos equipamentos coletivos e dos serviços sociais disponíveis na instituição de ensino.

Art. 4º As instituições de ensino superior farão campanhas de divulgação e esclarecimento quanto ao disposto nesta Lei.

Art. 5º O Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 65-A:

“Art. 65-A. Constranger estudante, a título de recepção em universidade, faculdade, academia, ou outro estabelecimento de ensino, de qualquer natureza, inclusive militar, a praticar ato humilhante, vexatório, contrário aos bons costumes ou prejudicial à sua saúde:

Pena – prisão simples, de vinte dias a dois meses, ou multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Já há muito tempo que a sociedade demanda uma resposta legislativa para coibir os trotes estudantis abusivos. O Poder Legislativo, entretanto, ainda não logrou êxito em produzir um normativo para regulamentar a recepção de novos alunos nas instituições de ensino superior.

Houve no passado dois projetos de lei que tentaram, sem sucesso, regular essa matéria: o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2009, oriundo do Projeto de Lei nº 1.023/95, da Câmara dos Deputados, e o Projeto de Lei nº 104, de 2009, da Senadora Marisa Serrano.

Busquei inspiração nessas proposições para apresentar este projeto. De acordo com o texto que proponho, os trotes estudantis deverão ser institucionalizados, significando dizer que serão previamente estabelecidos por comissão designada pela instituição de ensino especialmente para a promoção de atividades de recepção de novos alunos, vedadas as que imponham constrangimento, obriguem a prática de atos vexatórios ou humilhantes ou que atentem contra a integridade física, moral ou psicológica do aluno.

No mais, inserimos dispositivo no Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, para prever como contravenção penal a aplicação de trote vexatório.

Tendo esses legítimos objetivos por principal instrumento, esperamos conquistar o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Humberto Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Lei das Contravenções Penais.

CAPÍTULO VII

Das Contravenções Relativas à Polícia de Costumes

Art. 50. Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele: (Vide Decreto-Lei nº 4.866, de 23.10.1942) (Vide Decreto-Lei 9.215, de 30.4.1946)

Pena – prisão simples, de três meses a um ano, e multa, de dois a quinze contos de réis, estendendo-se os efeitos da condenação à perda dos moveis e objetos de decoração do local.

§ 1º A pena é aumentada de um terço, se existe entre os empregados ou participa do jogo pessoa menor de dezoito anos.

§ 2º Incorre na pena de multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis, quem é encontrado a participar do jogo, como ponteiro ou apostador.

§ 3º Consideram-se, jogos de azar:

a) o jogo em que o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte;

b) as apostas sobre corrida de cavalos fora de hipódromo ou de local onde sejam autorizadas;

c) as apostas sobre qualquer outra competição esportiva.

§ 4º Equiparam-se, para os efeitos penais, a lugar acessível ao público:

a) a casa particular em que se realizam jogos de azar, quando deles habitualmente participam pessoas que não sejam da família de quem a ocupa;

b) o hotel ou casa de habitação coletiva, a cujos hóspedes e moradores se proporciona jogo de azar;

c) a sede ou dependência de sociedade ou associação, em que se realiza jogo de azar;

d) o estabelecimento destinado à exploração de jogo de azar, ainda que se dissimule esse destino.

Art. 51. Promover ou fazer extrair loteria, sem autorização legal:

Pena – prisão simples, de seis meses a dois anos, e multa, de cinco a dez contos de réis, estendendo-se os efeitos da condenação à perda dos moveis existentes no local.

§ 1º Incorre na mesma pena quem guarda, vende ou expõe à venda, tem sob sua guarda para o fim de venda, introduz ou tenta introduzir na circulação bilhete de loteria não autorizada.

§ 2º Considera-se loteria toda operação que, mediante a distribuição de bilhete, listas, cupões, vales, sinais, símbolos ou meios análogos, faz depender de sorteio a obtenção de prêmio em dinheiro ou bens de outra natureza.

§ 3º Não se compreendem na definição do parágrafo anterior os sorteios autorizados na legislação especial.

Art. 52. Introduzir, no país, para o fim de comércio, bilhete de loteria, rifa ou tômbola estrangeiras:

Pena – prisão simples, de quatro meses a um ano, e multa, de um a cinco contos de réis.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem vende, expõe à venda, tem sob sua guarda, para o fim de venda, introduz ou tenta introduzir na circulação, bilhete de loteria estrangeira.

Art. 53. Introduzir, para o fim de comércio, bilhete de loteria estadual em território onde não possa legalmente circular:

Pena – prisão simples, de dois a seis meses, e multa, de um a três contos de réis.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem vende, expõe à venda, tem sob sua guarda, para o fim de venda, introduz ou tenta introduzir na circulação, bilhete de loteria estadual, em território onde não possa legalmente circular.

Art. 54. Exibir ou ter sob sua guarda lista de sorteio de loteria estrangeira:

Pena – prisão simples, de um a três meses, e multa, de duzentos mil réis a um conto de réis.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem exhibe ou tem sob sua guarda lista de sorteio de loteria estadual, em território onde esta não possa legalmente circular.

Art. 55. Imprimir ou executar qualquer serviço de feitura de bilhetes, lista de sorteio, avisos ou cartazes relativos a loteria, em lugar onde ela não possa legalmente circular:

Pena – prisão simples, de um a seis meses, e multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

Art. 56. Distribuir ou transportar cartazes, listas de sorteio ou avisos de loteria, onde ela não possa legalmente circular:

Pena – prisão simples, de um a três meses, e multa, de cem a quinhentos mil réis.

Art. 57. Divulgar, por meio de jornal ou outro impresso, de rádio, cinema, ou qualquer outra forma, ainda que disfarçadamente, anúncio, aviso ou resultado de extração de loteria, onde a circulação dos seus bilhetes não seria legal:

Pena – multa, de um a dez contos de réis.

Art. 58. Explorar ou realizar a loteria denominada jogo do bicho, ou praticar qualquer ato relativo à sua realização ou exploração:

Pena – prisão simples, de quatro meses a um ano, e multa, de dois a vinte contos de réis.

Parágrafo único. Incorre na pena de multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis, aquele que participa da loteria, visando a obtenção de prêmio, para si ou para terceiro.

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.

Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.

Art. 61. Importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor:

Pena – multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

Art. 62. Apresentar-se publicamente em estado de embriaguez, de modo que cause escândalo ou ponha em perigo a segurança própria ou alheia:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

Parágrafo único. Se habitual a embriaguez, o contraventor é internado em casa de custódia e tratamento.

Art. 63. Servir bebidas alcoólicas:

I – a menor de dezoito anos;

II – a quem se acha em estado de embriaguez;

III – a pessoa que o agente sabe sofrer das faculdades mentais;

IV – a pessoa que o agente sabe estar judicialmente proibida de frequentar lugares onde se consome bebida de tal natureza:

Pena – prisão simples, de dois meses a um ano, ou multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis.

Art. 64. Tratar animal com crueldade ou submetê-lo a trabalho excessivo:

Pena – prisão simples, de dez dias a um mês, ou multa, de cem a quinhentos mil réis.

§ 1º Na mesma pena incorre aquele que, embora para fins didáticos ou científicos, realiza em lugar público ou exposto ao público, experiência dolorosa ou cruel em animal vivo.

§ 2º Aplica-se à pena com aumento de metade, se o animal é submetido a trabalho excessivo ou tratado com crueldade, em exibição ou espetáculo público.

Art. 65. Molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquilidade, por acinte ou por motivo reprovável:

Pena – prisão simples, de quinze dias a dois meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Jorge Viana, que permuta com o Edison Lobão, a quem de imediato eu passo a palavra.

Com a palavra o Senador Edison Lobão, do PMDB do Maranhão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de abordar o tema para o qual estou inscrito, desejo fazer um registro para mim difícil e doloroso: o falecimento do jornalista e escritor Fábio Mendes, amigo fraterno de longas datas e um grande brasileiro.

Fábio Mendes pertenceu a uma geração de brilhantes jornalistas, surgida na fase de redemocratização do País e início do governo de Juscelino Kubitschek. Nascido e erradicado no Rio de Janeiro, pertenceu a todas as grandes redações de jornais e revistas do País. Acompanhou a construção de Brasília e a transferência da Capital da República.

Entre tantas outras atividades que desempenhou, foi funcionário e diretor desta Casa. E, já há alguns anos aposentado, recolheu-se ao convívio da família, dedicando-se, ultimamente, a organizar a sua produção literária, inédita ou publicada.

Fomos amigos de toda a vida. Com ele tive a honra de trabalhar, aqui mesmo no Senado, quando me assessorou em momentos importantes. Ele reunia todas as boas qualidades como profissional, pai de família exemplar, amigo extremamente dedicado e íntegro. Rendo, portanto, as mais justas homenagens a Fábio Mendes, esse amigo querido, que deixa em todos os que tiveram a ventura de conhecê-lo e com ele conviver um imenso vazio e uma grande tristeza.

Sr. Presidente, volto, então, ao tema que me trouxe a esta tribuna. Como ex-Ministro de Minas e Energia e representante do povo do meu Estado, o Maranhão, devo uma palavra sobre a decisão da Petrobras de retirar de seu plano de investimentos a construção da refinaria Premium I, no Maranhão, e da refinaria Premium II, no Ceará. Antes, permita-me elencar as razões que levaram a empresa a adotar, com o nosso integral apoio, do Presidente Lula e meu, aqueles dois importantes projetos.

Com a descoberta do pré-sal, em 2006, e a perspectiva de crescimento da produção interna de petróleo para volumes muito superiores ao nosso consumo de derivados, o Governo brasileiro e a Petrobras tiveram que repensar o planejamento do setor. Entendia-se que a exportação de petróleo cru não era o caminho mais apropriado para o País. Era necessário agregar valor a esse petróleo, exportando derivados com qualidade *premium*, gerando mais empregos e renda no País. Esse entendimento orientou a decisão de ampliar-se a capacidade de refino no País, construindo quatro novas refinarias: duas delas atenderiam à demanda interna, Abreu e Lima, em Pernambuco, e Comperj, no Rio de Janeiro; e duas seriam dedicadas à exportação, necessitando, para tanto, produzir derivados com qualidade compatível com as especificações mais exigentes do mundo – nascia, então, o projeto das Refinarias Premium.

A localização dessas refinarias deveria ser compatível com o objetivo estabelecido. A proximidade dos mercados potencialmente importadores e a disponibilidade de infraestrutura portuária capaz de receber e despachar grandes navios eram condições imprescindíveis. Nesse contexto, a instalação dos empreendimentos

na margem equatorial brasileira, mais precisamente no complexo portuário de São Luís e no Porto de Pecém, no Ceará, agregava ganhos logísticos importantes.

É verdade que forças políticas buscaram redirecionar a instalação desses empreendimentos para regiões já saturadas e com menos aptidão para exportação, desvirtuando a lógica de procurar o melhor retomo para os investimentos. Felizmente, prevaleceu o entendimento de que não havia lugares mais adequados do que aqueles apontados em todos os estudos que consideravam suas vantagens comparativas e o seu poder de alavancar o desenvolvimento no Nordeste brasileiro. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores podem imaginar as expectativas e as esperanças com que esses dois empreendimentos foram recebidos pelo povo do meu Estado, o Maranhão, e deste Estado-Irmão, que é o Ceará.

Os governos dos Estados e dos Municípios nos quais as refinarias vinham sendo construídas investiram recursos na desapropriação das áreas doadas à Petrobras. Esses mesmos governos também desobrigaram a empresa do recolhimento de determinados tributos, como forma de estímulo à instalação das refinarias em seu território. Diversas famílias tiveram que ser deslocadas e os Estados assumiram o reassentamento.

Promovemos convênios com as nossas universidades para a formação de mão de obra, com a perspectiva da geração de cerca de 100 mil empregos. Inúmeros investimentos privados foram realizados para dar suporte ao andamento das obras. Hotéis foram construídos; estradas foram pavimentadas ou duplicadas; fornecedores se deslocaram para atender aos empreendimentos; contratos foram firmados, e todas essas pessoas não podem, agora, ser abandonadas à própria sorte, após investirem parte de suas economias acreditando nos projetos da Petrobras.

No Maranhão e no Ceará começaram as grandes obras para a instalação das duas refinarias. Imaginem, Srs. Senadores, a frustração que se abateu sobre o povo dos dois Estados, quando a Petrobras decidiu, recentemente, retirar as refinarias de sua carteira de projetos. Não quero aqui me ater às razões da empresa, que vive um momento difícil, de grandes desafios, que haverá de superar – a Petrobras é infinitamente maior do que seus problemas de circunstância.

O que quero é chamar a atenção de todos para o fato de que a decisão unilateral da Petrobras não significa que o Brasil não precise de capacidade de refino adicional. Já não estamos falando em refinar no Brasil, para exportar, mas em refinar no Brasil, para não importar, para reduzir nossa dependência externa, que cresceu de maneira vertiginosa nos últimos anos e que não será eliminada pela operação do Comperj e da Refinaria Abreu e Lima, até porque esses empreendimentos também estão enfrentando algumas dificuldades. A primeira etapa da Abreu e Lima ainda não alcançou sua plenitude e não deve alcançá-la nos próximos meses; a segunda etapa dessa refinaria já está sendo pensada para 2020 ou 2021; e o mesmo acontece com o Comperj.

Em contrapartida, a demanda interna de derivados não para de crescer e a produção de etanol tem-se mantido relativamente estável. Em 2014 a demanda de gasolina cresceu 7,25% e, entre 2010 e 2014, esse crescimento chegou a espantosos 49%. No caso do diesel, ainda que de maneira mais modesta, as vendas internas cresceram 22% no período, com o agravante de que já éramos importadores desse derivado, e o mesmo se aplica para o querosene de aviação, cujas vendas internas cresceram quase 20% nesses últimos quatro anos.

Apenas como ilustração, a demanda interna por derivados de petróleo alcançou, em 2014, 2,67 milhões de barris diários, enquanto nosso refino produziu apenas 2,18 milhões de barris diários de derivados de petróleo. Claramente, isso é reflexo da melhoria das condições de vida do povo brasileiro, que passou a ter melhores empregos e salários. Entretanto, essa elevação da renda da população foi responsável pela importação líquida de 490 mil barris por dia de derivados de petróleo, observada em 2014.

Mesmo que as duas refinarias, Comperj e Abreu e Lima, entrassem em operação em 2015, adicionaríamos apenas 395 mil barris à nossa capacidade de refino e permaneceríamos dependentes de suprimento externo para quase 100 mil barris diários. Mas, como essas refinarias tiveram sua operação postergada, a expectativa de importação líquida para este ano de 2015 deve superar a importação observada em 2014.

Para os anos subsequentes, o cenário se mostra ainda mais desanimador. Se, por um lado, a nossa capacidade de processamento de petróleo pouco deve crescer sem as refinarias Premium, por outro a demanda interna por derivados de petróleo vem crescendo a taxas expressivas. Nos últimos anos, as vendas de derivados no País alcançaram patamares em tomo de 4% ao ano.

Assim, mantida essa taxa de crescimento da demanda e a projeção de operação apenas das duas refinarias que se encontram em fase de conclusão, chegaremos em 2021 com a necessidade de importar algo em tomo de 1 milhão de barris por dia de derivados de petróleo.

Nossos terminais não estão prontos para internalizar tamanho volume, e nossa balança comercial será fortemente afetada.

A conta é bastante simples, Sras. e Srs. Senadores. Se a demanda de derivados de petróleo crescer 2% ao ano, precisaremos de uma nova refinaria do porte da Abreu e Lima a cada quatro anos. Se esse crescimento for de

3% ao ano, essa necessidade passa para uma refinaria a cada três anos; e, se for de 4% ao ano, o País demandará a construção de uma refinaria a cada dois anos. E não se constrói uma refinaria nova em menos de cinco anos.

Resta evidente, portanto, que a construção de novas refinarias no Brasil é uma questão estratégica e de soberania, que não passa mais pela simples avaliação econômica ou pela necessidade de agregar valor no petróleo produzido no Brasil.

Não podemos aceitar o nível de dependência externa de produtos tão estratégicos e que já foram a causa de inúmeros conflitos mundo afora.

A soberania do País pode ser colocada em xeque se nossa segurança energética depender da disponibilidade de excedentes exportáveis em outros países.

Pouco adiantará sermos grandes exportadores de petróleo cru se não conseguirmos transformar localmente esse petróleo em derivados. Ninguém consome petróleo. Consomem-se gasolina, diesel, gás de cozinha, querosene de aviação, nafta, lubrificantes, etc.

O próprio petróleo que a União receberá no modelo de partilha perderá relevância se for tratado como mais uma *commodity* a ser comercializada no mercado externo, enquanto permanecemos importando derivados.

Assim, se a Petrobras tem dificuldades em ampliar nosso parque de refino, cabe ao Governo buscar um caminho alternativo para minimizar ou eliminar nossa dependência externa.

A utilização do petróleo da União para viabilizar a equação econômica que coloca a refinaria de pé pode ser uma alternativa válida.

O certo é que não podemos ficar parados aguardando o momento em que nosso abastecimento venha a ser comprometido. Muito menos apenas investir em terminais para assegurar que o produto importado chegue ao nosso mercado. Precisamos ampliar nossa capacidade de refino. E não podemos perder mais tempo para que a decisão seja tomada. Já estamos atrasados.

A utilização do espaço disponibilizado pelo Governo do Maranhão para a construção da Refinaria de Bacabeira pode reduzir esse atraso, que já é grande.

A área já está licenciada ambientalmente, a terraplanagem está próxima de sua conclusão, e a infraestrutura para recebimento e escoamento do petróleo e dos derivados encontra-se praticamente pronta.

Em termos logísticos, o Maranhão apresenta condições ímpares para a instalação de uma refinaria, seja com o objetivo de exportação, seja para atender ao mercado interno.

As áreas com déficit na oferta de derivados no Brasil hoje são as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Região Norte pode ser atendida por cabotagem, a partir do Porto do Itaqui, um dos melhores deste País.

A Região Nordeste pode receber produtos maranhenses por via marítima, a partir do mesmo porto, por via ferroviária, tanto a partir da ferrovia dos Carajás como da Transnordestina, ou por via rodoviária, a depender da localização do mercado a ser suprido.

Para a Região Centro-Oeste, o suprimento será efetuado pela ferrovia Norte-Sul, assegurando-se uma condição de suprimento que até hoje inexistia, mesmo com o fornecimento sendo efetuado a partir da Região Sudeste.

Nenhuma outra localidade apresenta características parecidas com as de que o Maranhão dispõe!

Se condições internas inviabilizam a condução dos projetos de refino, que são estratégicos para o País, o Governo precisa encontrar o caminho que leve à minimização da dependência que já temos e que deverá se agravar.

A continuidade do Projeto Bacabeira é uma solução inteligente. Não podemos mais esperar.

O povo do Maranhão pode estar certo de que não descansarei um dia, não ensarilharei as armas enquanto não for encontrada uma solução para aquela refinaria, que será também uma solução em benefício do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Edison Lobão, pelo seu pronunciamento.

Passamos a palavra para um Líder.

Como Líder, fala o Senador Fernando Bezerra Coelho, do PSB.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, hoje ocupo a tribuna desta Casa para defender minha honra e uma trajetória política construída há mais de 30 anos, com muitos sacrifícios, esforços, coragem e uma disposição incansável para trabalhar em defesa do povo pernambucano, esse povo generoso e destemido, que me honrou, no ano passado, com mais de 2,6 milhões de votos.

Quero dizer para meus conterrâneos, homens e mulheres de Pernambuco, que as acusações, fruto das delações premiadas, não me abaterão e que continuarei firme na luta. Como sempre fiz na vida, vou enfrentar de cabeça erguida e consciência tranquila os que me caluniam.

A minha missão é redobrada, Sr. Presidente, pois assumo aqui o compromisso de defender também a memória e o legado do nosso ex-Governador Eduardo Campos, outra vítima de ataques sem nenhum fundamento. Eduardo não está mais aqui para erguer a sua voz; portanto, cabe-nos a tarefa de fazê-lo com a mesma altivez.

Venho de Petrolina, do Sertão do São Francisco, uma cidade que hoje está entre as mais prósperas do Brasil e lidera uma grande região produtora de frutas e vinhos. Graças ao trabalho de muita gente, o arranjo produtivo de nossa região hoje emprega mais de 200 mil pessoas. Tenho o orgulho de dizer que esta realidade contou com a colaboração de diversas lideranças políticas de minha terra e, sobretudo, de produtores e trabalhadores rurais, gente que trabalhou duro para transformar os sonhos em realidade e erguer do solo o maior polo de fruticultura irrigada do País.

Minha vida política, Sr. Presidente, como aqui nesta tribuna já afirmei, começou em 1982, quando disputei minha primeira eleição, conquistando o mandato de Deputado Estadual. Quatro anos mais tarde, fui eleito Deputado Federal Constituinte e vim para Brasília ajudar a escrever nossa Constituição. Em 1990, conquistei um novo mandato de Deputado Federal. Em 1992, fui eleito Prefeito de minha cidade pela primeira vez, honra conferida a mim pelo povo de Petrolina em outras duas ocasiões: em 2000 e em 2004.

No campo do Executivo estadual, fui secretário de Estado de três importantes governadores: Roberto Magalhães, Miguel Arraes e Eduardo Campos, colaborando nas Pastas de governo, Agricultura e Desenvolvimento Econômico. Em 2011, indicado por meu Partido, tive a oportunidade de servir ao Brasil como Ministro da Integração Nacional na primeira gestão da Presidenta Dilma Rousseff. No ano passado, ao lado de meu companheiro de chapa, Governador Paulo Câmara, recebi a confiança da maioria dos pernambucanos, sendo o segundo Senador mais bem votado do País, alcançando índice superior a 64% dos votos válidos.

Em todo esse percurso, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, passando por tantas experiências distintas, jamais enfrentei qualquer tipo de condenação, fosse qual fosse a Corte julgadora. Porém, devo confessar que os fatos acontecidos nos últimos dias me deixaram absolutamente perplexo. Sem nenhuma justificativa ou argumento minimamente plausível, tive meu nome incluído entre os agentes públicos que estão sendo investigados na Operação Lava Jato.

Deixo claro aqui que não temo as investigações. Tenho uma biografia que fala por mim e a certeza de que jamais ultrapassei os limites determinados pela legislação brasileira e pela ética.

Mas o que espanta nesse caso é que o Ministério Público Federal teve nada menos do que quatro meses para analisar depoimentos, recomendar diligências, reunir material e fazer o trabalho que considerasse o mais correto. Passado esse período, foi criada uma enorme expectativa com relação à lista da Procuradoria Geral da República, entregue ao Supremo Tribunal Federal no dia 4 de março.

Uma semana mais tarde, no dia 12, fico sabendo pela imprensa que o Ministério Público Federal resolveu adicionar meu nome à relação, sem que nenhum fato novo tivesse ocorrido. Uma atualização tardia e desconectada de sentido. Afinal, ainda faltam outros nomes? Alguém que deveria estar entre os investigados ficou de fora? Houve falha nos procedimentos iniciais? Ou foram pressões externas à estrita investigação dos resultados? São perguntas que a sociedade começa a fazer neste momento.

O Ministério Público sustenta sua tese com base em dois depoimentos: no do Sr. Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, e no do Sr. Alberto Youssef.

Pois bem, vamos aos fatos, como eles são.

Com o Sr. Paulo Roberto Costa tive diversas reuniões e agendas, sempre para tratar de temas institucionais. Eu, na condição de secretário estadual de Desenvolvimento Econômico e presidente do Porto de Suape, no governo Eduardo Campos, e ele, como executivo da Petrobras. Como todos sabem, está sendo concluída uma grande refinaria em Pernambuco. Nenhum dos contratos para qualquer tipo de serviço na refinaria passou pelas minhas mãos. Todos, absolutamente todos, foram realizados exclusivamente pela Petrobras, sem qualquer gerência estadual.

Em 2010, não participei da coordenação da campanha à reeleição de Eduardo Campos. Portanto, nunca tratei de doações para aquela disputa com quem quer que fosse. Aliás, abro aqui um parêntese para fazer justiça a um amigo. Eduardo foi um gestor público sério, comprometido com as melhores causas democráticas e republicanas, e por isso mesmo deixou o governo estadual com uma aprovação superior a 80%. Todas as contas dele foram devidamente analisadas e aprovadas pela Justiça Eleitoral.

Atacar Eduardo, agora que ele já se foi, é tentar macular a imagem de um grande líder que o Brasil perdeu de maneira tão precoce. Eduardo merece respeito pelo que foi e pelo que fez.

As contradições nos depoimentos dos delatores são evidentes, e isso ficará demonstrado no curso das investigações.

Qualquer cidadão que leia e coteje os depoimentos verá o quanto os fatos narrados, pessoas, empresas e datas são contraditórios entre si no que me dizem respeito. São duas histórias diferentes.

Nada há de concreto que pudesse ensejar um pedido de abertura de inquérito.

Dito isso, afirmo e reafirmo que não são verídicas as declarações do Sr. Paulo Roberto Costa contra a minha pessoa. Afirmo e reafirmo o que digo há bastante tempo: jamais tive qualquer tipo de contato com o Sr. Alberto Youssef.

Sr. Presidente, estou absolutamente tranquilo quanto aos resultados do que for investigado, pois tenho em mim a consciência da verdade. As acusações constituem-se de depoimentos que não acham sustentação em mais nada neste processo. Recordo aqui um episódio que vi de perto. Em 1998, dura e injustamente acusado, mas dono de uma serenidade inabalável, o ex-Governador Miguel Arraes afirmou que as palavras vazias seriam levadas pelo vento. Como de fato foram.

Quero agradecer, Sr. Presidente, aos homens e mulheres de Pernambuco que, ao longo desses últimos dias, têm me prestado tantas manifestações de solidariedade. A força de vocês me incentiva ainda mais a prosseguir na luta em defesa de Pernambuco e do Brasil.

Agradeço ao meu partido, o PSB, na pessoa do Seu Presidente Carlos Siqueira e do 1º Vice-Presidente, o Governador Paulo Câmara, pelo apoio a mim e à memória de Eduardo Campos.

Quero agradecer, de maneira especial, à minha família, pelo carinho e amor de uma vida inteira.

Quero continuar, Sr. Presidente, confiando na instituição do Ministério Público Federal, que desempenha papel fundamental dentro do atual contexto em que vive o nosso País, e apelo para que possa dar celeridade a esta investigação. Mas sei que poderei enfrentar uma batalha longa. Contudo, a minha disposição em travar o bom combate e colocar a verdade acima de qualquer suspeita é ainda maior.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – o Senador Fernando Bezerra mostra a sua indignação por seu nome ter sido incluído na famosa lista que está em debate pelo País.

Ao mesmo tempo, Senador Fernando Bezerra, convido V. Exª, já que eu sou o próximo orador, a presidir os trabalhos. Na sequência, falará o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Bezerra Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – A Presidência lembra às Srªs e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, terça-feira, às 20 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de expedientes e à apreciação das seguintes matérias: Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 02/2015 e Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13/2014.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – A Presidência lembra ainda às Srªs e aos Srs. Congressistas que está convocada sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 17 de março do corrente, terça-feira, às 12 horas, no plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 86, de 2015, que altera os arts. 165 e 166, da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Com a palavra, o Sr. Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Fernando Bezerra, Senador Alvaro Dias, no dia de hoje, ainda repercutem em nível nacional, e até internacional, as manifestações deste fim de semana.

Tivemos mobilizações e manifestações na sexta-feira e também no sábado, e tivemos, é inegável, a maior mobilização no domingo.

Sr. Presidente, quando perguntado sobre esse tema, durante esse fim de semana, eu, de pronto, respondi lembrando uma frase do inesquecível Nelson Mandela.

Nelson Mandela, quando assumiu a presidência da África do Sul, foi fazer uma palestra, um discurso num estádio lotado por líderes dos movimentos populares daquele país, logo após o fim do *apartheid*. Aí, chegou a ele uma série de reivindicações num papelzinho. E Nelson Mandela respondeu, no meio de seu discurso: “Se querem que eu atenda às reivindicações de vocês, se mobilizem. Voltem para as ruas, como fizeram na época em que derrubamos o *apartheid* e vocês me elegeram presidente da república. Façam mobilização, pressionem, digam o que querem, porque a democracia é isso, é liberdade de opinião, de expressão, de ir e vir, de fazer passeata, carreata, caminhada, colocando o seu ponto de vista.”

Assim os sul-africanos fizeram, e Nelson Mandela pôde mostrar à elite daquele país, aos todo-poderosos, que as ruas mostravam que havia um descontentamento, ou seja, os tambores voltaram a rufar. Aí, Nelson Mandela acertou o caminho do seu governo, que foi o governo mais importante, sob o aspecto social, político

e econômico, que a África do Sul teve. E só não se reelegeu porque não quis. Nelson Mandela, próximo dos 90 anos, com mais de 80, saiu a caminhar pelo mundo, a defender políticas de direitos humanos e, depois de Gandhi, eu diria, lembrando um herói mais recente, que é ele, se tornou, pelo menos nesse século, o maior líder pelos direitos humanos do Planeta.

Por isso, eu não vi com nenhuma preocupação as manifestações desse fim de semana, até porque, antes que elas acontecessem, eu já dizia que é claro que ninguém vai gostar de ver quebra-quebra, lambança, pancada, seja por policial, seja por manifestante, ou prisão. É claro que ninguém gostaria, e praticamente não houve. Não houve na sexta, não houve no sábado e não houve no domingo.

Ora, faixas mais ousadas são naturais. Aqui, dentro do Senado, a gente, às vezes, inibe alguém de colocar uma faixa que venha a ofender o Parlamento, mas no meio da rua? A rua é do povo e a praça é do povo. O cidadão tem o direito de abrir a faixa que, na visão dele, é aquilo que ele acha mais adequado para o momento.

O importante é que não houve violência. Os protestos foram feitos, e aquelas faixas minoritárias acabaram desaparecendo no volume maior de milhões de pessoas – não dá para negar, se somarmos todos, é inegável. Em cidades como a minha, Caxias do Sul, havia 50 mil pessoas na praça. Não se via isso há muito tempo. Porto Alegre ultrapassou as 50 mil.

O povo deu o recado. Os tambores voltaram a rufar, e os tambores rufaram para que o Congresso ouça – como dizia Ulysses Guimarães – a voz das ruas. Que o lado de lá da rua, o Executivo, a Presidenta e os seus Ministros ouçam a batida do tambor; que o Supremo ouça a batida do tambor. É isso!

As propostas que vão na linha do combate à impunidade são corretas; do combate à corrupção, corretas; de menos impostos, corretas; de mais investimento em saúde, educação, habitação, de mais liberdade, são legítimas. Tudo isso é legítimo. Que bom que na democracia em que vivemos nós podemos fazer isso.

É bom lembrar que, nos anos de chumbo, nós não podíamos fazer isso. Não podíamos nem criticar quem cometia ato de corrupção. Não podíamos fazer passeatas de 50 mil, 10 mil, 5 mil. Não podíamos nos reunir em um grêmio estudantil ou nos fundos de uma igreja, como nos reuníamos, na época. V. Ex^a é desse tempo, e sei que foi um lutador, Senador Alvaro Dias, pela volta da democracia.

Não há direitos humanos – eu, que entrei falando em direitos humanos – sem democracia. Não há liberdade sem democracia. Por isso, estou muito tranquilo. Acho que o povo deu o recado, e o povo percebeu, dentro dos novos tempos, via redes sociais, que pode fazer isso, no momento em que entender que tem que fazer. É assim mesmo, e vamos ter que ouvir.

Eu falo com a maior tranquilidade, porque, já na jornada de junho e julho de 2013, eu tinha a mesma posição, só que lá eu criticava o quebra-quebra. Critiquei mesmo, e agora só posso elogiar o estilo da manifestação, muito mais tranquila, mas sem deixar de ter um peso até maior do que aquelas que faziam o quebra-quebra, inclusive em lojas, eu vi pequenos comerciantes, na minha Porto Alegre, com os vidros quebrados – naquela época, lá trás, hoje não, não vi um incidente!

Então, Sr. Presidente, eu queria comentar essa questão com a maior tranquilidade de entender que em um País onde a democracia existe, que fatos como esses do fim de semana possam acontecer dentro da normalidade democrática e da tranquilidade de nossas consciências.

Claro que nós temos que ter, sim, uma pauta positiva. Claro que percebi, também, que há as duas MPs – a 664 e a 665 –, elas unificaram os movimentos. Você vê movimentos da CUT dizendo: não! Pedindo a derrubada das duas MPs que mexem em direitos trabalhistas e previdenciários. Você viu, no sábado, o MST com as mesmas bandeiras. Como você viu no domingo, também, essas bandeiras na rua, contra essas duas MPs, contra as quais a maioria dos Senadores e Deputados já se manifestou.

Ora, o Congresso apresentou cerca de 800 emendas – setecentas e poucas –, e nós não temos 800 Parlamentares. Dá mais que uma emenda por Parlamentar. Eu, casualmente, apresentei 47, alguém gostaria de apresentar, mas estava viajando. Eu estava aqui, apresentei 47.

Então, é preciso que o Governo saiba ter esse olhar respeitoso, humilde. Ao mesmo tempo, é preciso ter a grandeza de notar e ver que por aí não dá, com uma MP que mexe em seguro-desemprego, na vida do pescador, na vida daquele trabalhador de dois salários mínimos, que tem o 14º salário, que mexe no dinheirinho da viúva. Se há alguns problemas de fiscalização, vamos aumentar a fiscalização e punir aqueles que estão fazendo atos indevidos, enfim, que estão na linha da fraude.

Por isso, Sr. Presidente, faço esse registro, porque eu tenho pautado muito a minha vida aqui, além desse mundo do trabalho, de aposentados, discriminados e direitos humanos, também na defesa do consumidor. Tive a alegria de por três ou quatro anos seguidos receber o prêmio do Congresso em Foco em defesa do consumidor.

No dia de hoje, nós lembramos que ontem, 15 de março, data do meu aniversário, fizemos um grande ato em Porto Alegre. Claro, em local fechado, em alto nível, sem nenhum prejuízo para aqueles que faziam o

movimento na rua. Havia muita gente do Paraná, inclusive, ligada ao Aerus, e me comprometi a ir ao Paraná agora, na próxima semana.

O dia 15 de março, casualmente o dia em que nasci, é o Dia Internacional dos Direitos do Consumidor. Essa data foi escolhida porque, em 1962, nesse mesmo dia 15 de março, o Presidente dos Estados Unidos da América John Kennedy fez, no Congresso norte-americano, um emblemático discurso em que abordou o direito dos consumidores, dizendo, com muito acerto, que esse direito diz respeito a toda a sociedade. Em função desse discurso histórico e inédito, entidades internacionais de defesa do consumidor instituíram esta data como data comemorativa. Seguindo a iniciativa internacional, instituiu-se, entre nós, o Dia Nacional do Consumidor, mediante a Lei nº 10.504, de 2002, a ser comemorado nessa mesma data, dia 15 de março.

Sr. Presidente, tenho para mim que as relações e os direitos de consumo são alguns dos pilares do conjunto de garantias e direitos que formam o que se convencionou chamar de cidadania e tem tudo a ver com direitos humanos.

Da mesma forma que não há cidadãos, em toda a extensão de nobreza que essa palavra evoca, sem que haja liberdade de se expressar, de atuar politicamente ou de se locomover sem embaraço, bem como ter todas as garantias e direitos liberais clássicos, tampouco há cidadãos sem que a eles seja assegurado o direito de adquirir bens e serviços de maneira segura, sem defeitos ocultos, recebendo informações precisas, sempre, sobre o que estão comprando.

Sr. Presidente, o direito de consumo se insere entre os ditos direitos econômicos e sociais. É bonito acompanhar, ao longo da história contemporânea, a evolução dos regimes políticos protetores da liberdade na direção de abarcar também o interesse do bem-estar material dos trabalhadores e de todo o nosso povo. Tudo isso, Sr. Presidente, tendo sido resultado de pressão, de muito suor, muito empenho e muita luta das organizações de trabalhadores, associações de bairros, de sindicatos e de donas de casa em defesa do consumidor.

Em nossa Constituição, a defesa do consumidor está consagrada no rol de direitos individuais e coletivos, mais precisamente no inciso XXXII do art. 5º, que diz: "O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor".

E também está inserida como um dos princípios gerais da atividade econômica (inciso V do art. 170).

Todavia, Sr. Presidente, não podemos deixar de trazer em primeiro plano, no tratamento deste assunto, o motivo pelo qual os direitos e a defesa do consumidor atingiram tão espetacular e rápido desenvolvimento no Brasil, que é a existência de um trabalho feito pelo Congresso, o Código de Defesa do Consumidor, e também os órgãos de proteção do consumidor, os nossos conhecidos PROCONs.

O Código de Defesa do Consumidor, que é a Lei nº 8.078, de 1990, em conjunto com os PROCONs, instituiu um arcabouço legal de defesa dos direitos de nossa gente. Nós temos, no Brasil – todos nós sabemos –, o fascínio das leis e das palavras escritas nos códigos. Já se apelidou essa ilusão de cultura dos bacharéis, mas elas são importantes – se é difícil com as leis, muito pior seria se não as tivéssemos.

Sr. Presidente, diz-se frequentemente no Brasil: essa lei pegou e essa lei não pegou. Com certeza, o Código de Defesa do Consumidor pegou.

Sr. Presidente, quero mais uma vez destacar os PROCONs, essa primeira instância, de caráter administrativo e não jurisdicional, organizada pelo Poder Executivo dos Estados e dos Municípios, à qual o cidadão pode recorrer para defender os seus direitos. Os PROCONs não podem tudo, mas podem muito, é uma experiência que está dando certo no nosso País.

Na qualidade de órgãos administrativos, os PROCONs, Sr. Presidente, estaduais ou municipais, têm poderes legais para aplicar, inclusive, sanções administrativas, como multas e cassação de licença do estabelecimento dos fornecedores de produtos ou serviços que não obedeçam à legislação vigente, ou seja, que burlam, que trapaceiem os interesses daquele que comprou este ou aquele equipamento.

Sr. Presidente, são mais de um registro, mas deixo aqui o meu pronunciamento na íntegra, que fala da importância do Código de Defesa do Consumidor, do PROCON, de sermos firmes na fiscalização e de sempre exigirmos nota, seja no posto de gasolina, seja na lanchonete, seja no comércio, enfim, em todos os lugares, para que essa fiscalização melhore a qualidade de vida de toda a nossa gente, principalmente em relação àquilo que ela compra. Por isso, temos o Código de Defesa do Consumidor.

Termino, Sr. Presidente, parabenizando esse dia, o Código de Defesa do Consumidor, os inúmeros PROCONs organizados em todo o País, as várias associações de defesa do consumidor da sociedade civil, como as organizações de dona de casa.

Parabéns a todos nós, a toda a sociedade, porque somos todos consumidores e temos que festejar este dia, sempre cobrando, fiscalizando e exigindo qualidade em tudo aquilo que compramos.

Parabéns aos fornecedores sérios, vendedores, fabricantes, prestadores de serviço, que trabalham dia a dia para nos atender com qualidade. A esses, também, nossos parabéns. Faço votos que o avanço institucional que o Brasil já obteve nas relações de consumo seja estendido também a todas as áreas sociais.

Por fim, aqui termino, peço que V. Ex^a considere na íntegra os meus dois pronunciamentos.

Que protestemos o quanto for necessário – como iniciei aqui –, mas sempre sabendo que ninguém, ninguém inventou no mundo um sistema melhor do que a democracia. Democracia, democracia, hoje e sempre! Ditadura nunca mais! Liberdade, liberdade de vir, de ir, de protestar! Liberdade, abra suas asas iluminadas sobre todos nós!

Obrigado, Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todo ato público, independentemente de movimento social, grupos da sociedade, partidos políticos e pensamento ideológico é legítimo. A democracia só se sustenta, tem como base, a liberdade de expressão e de manifestação.

Quando o cidadão e a cidadã estão convictos das suas ideias, dos seus desejos, do entender do que se passa ao seu redor, da sua vida, a vida do seu país, eles têm a obrigação de não esperar o sol nascer.

Ontem, 15 de março, coincidentemente, data do meu aniversário, completei 65 anos, ocorreram atos e manifestações em todo o nosso país, de norte a sul, nas capitais e no interior. Como já disse aqui: legítimos, procedentes.

Mas, não podemos admitir, não faz parte do jogo, a presença de símbolos nazistas, fascistas, integralistas: nós sabemos o que esses movimentos são capazes. Havia também muitas faixas pedindo intervenção militar, volta da ditadura. Faixas e cartazes com frases as quais eu me sinto envergonhado de dizer aqui. Aceitamos as manifestações de ontem. Mas isso nós não podemos aceitar.

Na sexta-feira, dia 13, outro grupo da sociedade, outro movimento, sindicatos, também foi às ruas, com suas reivindicações e suas bandeiras. Da mesma forma, entendo legítimas e procedentes, pois vai ao encontro do fortalecimento da democracia.

Ora, se notarem há um ponto de convergência nestes dois atos: a melhoria de vida dos brasileiros e dos trabalhadores. Não comungo com as MPs 664 e 665, pois entendo, e o movimento social e sindical também tem essa clareza que essas medidas retiram direitos trabalhistas e previdenciários. Além do mais, vão de encontro a tudo aquilo que sempre pregamos e, até certo ponto, conseguimos conquistar: a melhoria da distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais.

Os três poderes constituídos, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário tem de absorver, reconhecer, entender o recado das ruas. Os tambores foram tocados. Ouvimos o seu rufar. Agora a nossa obrigação é captar as críticas e desejos da sociedade brasileira.

Temos que apresentar uma pauta positiva para a sociedade.

Uma pauta que contemple um mínimo necessário dos anseios de todos os brasileiros, de todos os setores, empresariais, dos trabalhadores, da classe média, dos mais pobres. Saúde, educação, segurança, combate a corrupção, reforma tributária, reforma política, etc. Creio que esse é o primeiro passo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comemora-se, em 15 de março, o Dia Internacional dos Direitos do Consumidor.

A data foi escolhida porque, em 1962, nesse mesmo dia 15 de março, o Presidente dos Estados Unidos da América John Kennedy fez, no Congresso, um emblemático discurso, em que ele abordou o direito dos consumidores, falando, com muito acerto, que esse direito diz respeito a toda a sociedade.

Em função do discurso inédito e claro, entidades internacionais de defesa do consumidor instituíram a data comemorativa nesse dia.

Seguindo a iniciativa internacional, instituiu-se, entre nós, o Dia Nacional do Consumidor, mediante a Lei n.º 10.504, de 2002, a ser comemorado na mesma data.

Sr. Presidente, eu tenho, para mim, que as relações e os direitos de consumo são um dos pilares do conjunto de garantias e direitos que formam o que se convencionou chamar de Cidadania.

Da mesma forma que não há cidadãos, em toda a extensão de nobreza que essa palavra evoca, sem que haja liberdade de expressar-se, de atuar politicamente, de locomover-se sem embaraço, bem como sem todas as garantias e direitos liberais clássicos, tampouco há cidadãos sem que a eles seja assegurado o direito de adquirir bens e serviços de maneira segura, sem defeitos ocultos, recebendo informações precisas sobre o que

compra, de acordo com o que foi oferecido publicamente pelo vendedor, direito de reclamar e ser ouvido, e de ver cumpridas as cláusulas do contrato realizado.

Os direitos de consumo inserem-se entre os ditos direitos econômicos e sociais. Conjuntamente com os direitos liberais clássicos, os direitos econômicos e sociais, historicamente mais recentes, formam, nos países democrático-liberais, o núcleo político-jurídico da noção de Cidadania.

É bonito isto: acompanhar, ao longo da História contemporânea, a evolução dos regimes políticos protetores da liberdade na direção de abarcar também o interesse do bem-estar material dos trabalhadores e dos cidadãos!

Tudo isso, tendo sido resultado de pressão, de muito suor, muito empenho e muita luta das organizações sindicais de trabalhadores e dos movimentos de esquerda.

Em nossa Constituição, a defesa do consumidor está consagrada no rol de direitos individuais e coletivos, mais precisamente no inciso XXXII do art. 5.º, segundo o qual: “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”.

E também inserida como um dos princípios gerais da atividade econômica. É o inciso V do art. 170.

Todavia, não podemos deixar de trazer ao primeiro plano, no tratamento deste assunto, o motivo pelo qual os direitos e a defesa do consumidor atingiram tão espetacular e rápido desenvolvimento no Brasil, que é a existência do excelente Código de Defesa do Consumidor que temos, e a existência do, digamos assim, seu braço operacional, — aliás, braços (no plural) operacionais, pois são muitos.

Refiro-me aos Órgãos de Proteção do Consumidor, os nossos conhecidos Procons.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC), que é a Lei n.º 8.078, de 1990, em conjunto com os Procons, deveria constituir lição definitiva de como garantir direitos no Brasil.

Nós temos, no Brasil, — todos sabemos disso, — o fascínio das leis e das palavras escritas nos códigos.

Já se apelidou essa ilusão de cultura dos bacharéis, em razão do predomínio dos bacharéis em Direito na formação histórica da nossa classe dirigente.

Pensamos que, somente pelo fato de escrever e aprovar leis generosas e grandiosas, a realidade que se quer transformar efetivamente o será como por um passe de mágica.

Mas infelizmente as coisas não ocorrem assim.

Lei, sem os meios de sua execução, não acontece, não vinga, não se efetiva.

Como se diz frequentemente no Brasil, essa lei não pegou. Então, certamente, os direitos do consumidor brasileiro avançaram porque, ao lado de uma lei bem redigida, temos também os Procons, que são os órgãos públicos que proporcionam ao trabalhador e ao cidadão que eles não fiquem parados no meio da rua a ostentar um pedaço de papel, onde estão inscritos os seus direitos, que são as leis, olhando atônitos ao redor e perguntando-se, quando veem seus direitos escritos violados: — mas eu vou recorrer a quem?

Os Procons são essa primeira instância, de caráter administrativo e não jurisdicional, organizadas pelos Poderes Executivos dos Estados e dos Municípios, à qual o cidadão pode recorrer para ver efetivado o seu direito.

Os Procons não podem tudo, mas podem alguma coisa. É uma experiência que tem funcionado no País.

Na qualidade de órgãos administrativos, os Procons, estaduais ou municipais, têm poderes legais para aplicar sanções administrativas, como multas e cassação de licença do estabelecimento dos fornecedores de produtos ou serviços que não obedecerem à legislação vigente, em especial as normas do CDC.

Mas as sanções administrativas são o último estágio das relações frustradas de consumo. Antes disso, os Procons atuam como mediador entre as duas partes envolvidas na relação de consumo, tentando sempre a conciliação e o cumprimento voluntário da lei pela parte infratora, quando há infração.

Têm papel também fundamental na prestação aos consumidores de informações e orientação quanto aos seus direitos, bem como na publicidade de cadastro de fornecedores que mais recebem reclamações fundamentadas dos consumidores, o que produz importante efeito moral e comercial, tendo por consequência desestimular práticas infracionais.

Contudo, devo dizer, que precisamos aprimorar o acesso a esse cadastro para que o público possa transitar com rapidez e objetividade.

Não se conformando, porém, o fornecedor de produtos ou serviços a respeito da sanção aplicada pelos Procons, ou considerando o consumidor que o seu direito não foi atendido pela atuação do órgão administrativo, aí só resta àquele que se julga prejudicado ou não atendido recorrer ao Poder Judiciário, normalmente se dirigindo aos popularíssimos Tribunais de Pequenas Causas, que têm representado outro enorme avanço institucional no País, nos últimos anos.

O importante, seja como for, é que o consumidor lesado, antes de ajuizar ação e concorrer para aumentar o volume de processos, já enorme, sob apreciação do Poder Judiciário, pode dirigir-se ao Procon mais próximo da sua casa e formular reclamação perante o órgão, por violação à norma de defesa do consumidor.

Como é fato que o órgão funciona, o consumidor a ele tem recorrido.

Para finalizar minha fala, considero importante pontuar, também, Senhor Presidente, a relação entre a qualidade do atendimento à população nas suas demandas e os impostos que são cobrados.

Nós sabemos que muitas empresas prestadoras de serviços justificam seus altos preços pela pesada carga tributária, burocracia governamental e assim por diante.

No entanto, é bom que se avalie que isso pode até servir como justificativa para os preços altos, mas não para a falta de qualidade.

A melhoria da qualidade dos serviços está ligada ao compromisso das empresas de cumprirem efetivamente a prestação de bons serviços.

Ou seja, quando as empresas amadurecem, se aperfeiçoam, elas levam esse compromisso a sério e, certamente, seus clientes irão valorizar esse amadurecimento.

Outra questão, Sr. Presidente, se olharmos para a prestação dos serviços públicos (fornecimento de energia, de água, iluminação pública, segurança pública, postos de saúde e hospitais, transporte público, etc.) veremos, por meio de pesquisas realizadas em diferentes estados do Brasil, que a população acredita que os governos arrecadam o suficiente para prestar serviços de boa qualidade.

No entanto, são diversas as queixas no sentido de que os tributos são altos e a prestação de serviços deixa muito a desejar.

Isso sinaliza que precisamos olhar para isso com muita atenção e buscar o amadurecimento, o melhoramento da relação serviços x tributos.

Enfim, quero deixar aqui, minha homenagem aos consumidores e aos fornecedores de mercadorias e serviços do nosso País.

Espero que continuemos a caminhar na trilha do avanço institucional dos direitos e garantias das boas relações de consumo: as relações saudáveis, legais, em que o consumidor fica satisfeito com o produto adquirido e com o serviço a ele prestado, pois reconhece a honestidade do fornecedor e a justeza do que lhe foi anunciado; e em que o fornecedor, pela sua parte, sente orgulho de trabalhar bem e entregar produtos e serviços de qualidade, de acordo com o que se comprometeu a fazer.

Parabéns aos inúmeros Procons organizados no âmbito dos Estados ou dos Municípios para proteger os consumidores!

Parabéns às várias associações de defesa do consumidor da sociedade civil, como as organizações de donas de casa!

Parabéns a todos nós, a toda a sociedade, porque somos todos consumidores e comemoramos o nosso dia!

Parabéns aos fornecedores, vendedores, fabricantes, prestadores de serviço, que trabalham dia e noite para nos proporcionar meios de vida e conforto!

Faço votos para que o avanço institucional que o Brasil já obteve nas relações de consumo seja estendido a outras áreas da vida social!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Parabéns, Senador Paulo Paim. Associe-me também a V. Ex^a na homenagem que faz à passagem do Dia do Consumidor.

Com a palavra, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ontem vimos nas ruas do Brasil o surgimento de uma nova Nação, mais consciente e politizada, um verdadeiro oceano de almas no maior protesto popular da história da democracia brasileira.

Sem dúvida, Sr. Presidente, uma advertência da maior gravidade ao Governo do País. Ou o Governo adota providências concretas imediatamente, ou certamente a palavra impeachment não será apenas o impulso de um desabafo eventual.

A população atropelará os governantes e exigirá as mudanças nas ruas do País. Ou a Presidente Dilma, repito, adota providências que consubstanciem as mudanças exigidas pela sociedade, ou poderá ser apeada do poder antes do término do seu mandato. Não é o nosso desejo. Ocorre, Sr. Presidente, que mais de dois milhões de brasileiros foram espontânea, pacífica e democraticamente às ruas do País exigir mudanças já. A impaciência é visível. O povo deste País cansou de esperar e não quer aguardar a próxima eleição; exige mudanças já, imediatamente. Essa é a constatação. Um milhão de pessoas na Avenida Paulista. Cerca de 100 mil pessoas na Praça Santos Andrade, em Curitiba.

O grande comício das Diretas, em 12 de janeiro de 1984, havia reunido a maior concentração popular da história de Curitiba: sessenta mil pessoas. Ontem, Presidente, foram cerca de cem mil pessoas, espontanea-

mente empurradas para as ruas pelos seus sonhos e pelas suas esperanças de uma Nação onde se implante a dignidade na atividade pública. A indignação foi às ruas clamar contra o Governo da Presidente Dilma.

Desta feita, até surpreendentemente, a população que foi às ruas elegeu o alvo, que foi a Presidente Dilma e o seu Governo. Surpreende-nos a reação do Governo, uma reação de complacência diante da sua própria impopularidade. Fica a impressão de que o Governo não reconhece que a indignação da população é maior do que a sua impopularidade.

E eu ressalvo até o respeito que tenho pelo preparo dos Ministros que foram escolhidos para expressar a vontade do Governo no dia de ontem ou expressar a opinião da Presidente depois das manifestações populares gigantescas da tarde deste domingo histórico. Tanto o Ministro José Eduardo Cardozo quanto o Ministro Miguel Rossetto são líderes políticos preparados, inteligentes, mas a tarefa era inglória. Teriam que ser mágicos da língua portuguesa para convencer o povo brasileiro. Não há discurso, nesta hora, que convença.

As promessas do Governo são palavras soltas ao vento que não atingem a alma da consciência nacional. Promessas são palavras soltas ao vento. E o que ouvimos ontem foi a reciclagem de promessas antigas, desgastadas, que perderam o respeito do povo brasileiro.

Não vejo alternativa para o Governo. Não há bom conselheiro nesta hora, certamente. O impasse é quase que insuperável, mas, sem providências concretas, imediatas e veementes, o Governo não convencerá ninguém. E que providência poderia o Governo adotar nesta hora para sinalizar o seu desejo de respeitar a convocação popular e mudar o País?

Eu não vejo alternativa a não ser a destruição desse modelo perverso que estabelece essa relação promíscua entre Governo, partidos políticos e Congresso Nacional, especialmente. Esse modelo que, através do balcão de negócios, aparelhou o Estado brasileiro e abriu portas para a corrupção desenfreada, que provoca a maior indignação na história da democracia deste País. E como derrubar esse balcão?

Com uma reforma administrativa, com a redução do número de ministérios pela metade e com a convocação de ministros competentes, apartidariamente, ministros probos e competentes, seria a sinalização para o desejo de mudança, respeitando a população do País.

Hoje temos 39 Ministros mais secretarias, coordenadorias, departamentos, empresas, agências reguladoras, cargos comissionados, inúmeros, transformando o Governo no governo dos paralelismos dispensáveis, no governo perdulário dos gastos imensos, alguns secretos, sigilosos, através dos cartões corporativos.

O Governo brasileiro, com 39 Ministros, é maior do que os governos dos Estados Unidos e da Alemanha juntos. Senador Acir, o Governo brasileiro é maior do que o governo dos Estados Unidos e da Alemanha juntos. Depois da China, é o País com maior número de Ministros no mundo, com gasto federal de R\$377 bilhões.

Esse modelo é um desastre, esse modelo só pode provocar revolta e indignação de um povo que vê o seu salário, a cada passo, se tornar mais curto diante das despesas que aumentam com a inflação recorrente: aumento de taxas de juros, de carga tributária, de combustíveis, de energia elétrica, etc. O dia a dia do brasileiro mais sofrido, mais penoso, mais dramático diante de uma máquina monumental que é a matriz de governos corruptos e incompetentes.

Como não protestar? Como não ir para as ruas? Como não exigir mudanças?

É evidente que a palavra impeachment ganhou espaços na imprensa internacional. E não poderia ser diferente, porque a veemência do clamor por mudança exige que essa palavra seja pronunciada.

Nós sabemos, o impeachment depende de dois pressupostos fundamentais: apelo popular. Esse é o primeiro, indispensável. E o apelo popular se viu nas ruas do Brasil na tarde de ontem.

O segundo pressuposto, argumentação jurídica consistente, configuração jurídica que o possibilite. E é evidente que ficamos na dependência da investigação judiciária para se consumir esse pressuposto ou então eliminar a hipótese. Mas nós não temos o direito, representando o povo do País no Parlamento, de proibi-lo de clamar por essa medida radical. É democrático que assim seja, porque a Constituição do País admite, o dispositivo constitucional possibilita e nós temos que considerar. Não desejamos. Isso não significa que estimulemos a proposta, mas respeitamos, aceitamos diante das circunstâncias.

Se o Governo não age, se o Governo não se impõe, se o Governo não se estabelece, se o Governo não responde, não adota providências, nós não temos o que fazer a não ser compreender e respeitar a veemência daqueles que propõem uma mudança radical, porque o que sinto – e certamente os brasileiros que acompanharam a mobilização de ontem percebem – é que a paciência se esgotou. O povo tem pressa, não quer esperar pela próxima eleição na expectativa de que as mudanças ocorram; quer mudança já. Ou a Presidente Dilma promove essas mudanças ou terá dificuldade, sim, de concluir o seu mandato.

A imprensa internacional acompanhou de perto a mobilização de ontem. The New York Times destacou a insatisfação dos brasileiros, furiosos diante da estagnação da economia, dos escândalos da corrupção, e o desejo da retirada da Presidente. The Washington Post exibiu manchetes sobre os protestos em massa. Represen-

tam um grande desafio para Dilma, diz o jornal. A CNN amplificou que manifestantes no Brasil pedem a saída da Presidente Dilma. The Guardian abriu espaço para as manifestações de centenas de milhões de brasileiros em defesa do impeachment da Presidente Dilma.

A BBC deu ênfase a “grandes protestos no Brasil exigem impeachment da presidente Dilma”. O Le Monde falou do “Tsunami no Brasil contra Dilma”. O El País destaca que o “Brasil pede por mudanças em um dos maiores protestos de sua história”. O Financial Times ressaltou o clima de instabilidade política em curso. O jornal francês Libération exibiu manchete: “Dilma Fora, Brasil na rua contra a sua Presidente”. O referido periódico francês destacou a presença de um milhão e meio de brasileiros nas ruas para protestar contra a Presidente Dilma, “mergulhada na crise econômica e em um escândalo de corrupção”.

A matéria assinada pela correspondente do Libération no Brasil Chantal Rayes ilustra que os manifestantes vestiam verde e amarelo, as cores nacionais, posicionados na Avenida Paulista, epicentro de manifestações que colocam em xeque a Presidente Dilma e o Partido dos Trabalhadores, há 12 anos no poder.

O jornal destacou a presença de quase dois milhões de manifestantes, que marcharam domingo por todo o País, para denunciar a corrupção da Petrobras, centro de financiamento ilícito de um esquema que envolveu partidos da coalizão governista. Os manifestantes clamavam, ainda, pelo impeachment da Presidente.

O jornal ressalta que a Presidente destacou dois Ministros para anunciar, ou melhor, reciclar a velha promessa de reforma do financiamento das campanhas eleitorais, impedindo doações de empresas. Inúmeros comentaristas políticos divulgaram posicionamento, e um deles mereceu reprodução do jornal francês: “o Governo não tem nada a dizer e não parece ter a medida da gravidade da situação”.

Enfim, registro ainda a matéria assinada pelo correspondente do El País no Brasil, o jornalista e escritor Juan Arias, sob o título: “E agora, o que acontece?”. E faz referência:

O Brasil, diante da surpresa de todos, foi para as ruas em todo o país, em massa, convocado pelo novo poder das redes sociais. As duas cidades símbolo: Brasília, a capital política, e São Paulo, centro nevrálgico do poder econômico e financeiro, deram vida às duas maiores manifestações da sua história.

Nas mais de 200 cidades onde os brasileiros sem outra bandeira além das cores do Brasil, ouviu-se um único grito: “Fora Dilma”, “fora PT”, representado graficamente por um caixão.

Junto com esses dois gritos, o de “corrupção nunca mais” e uma defesa clara da democracia.

No âmbito da cobertura nacional, destacamos: o Globo noticiou que, segundo o Datafolha, 63% dos participantes de ato da CUT em São Paulo acham que Dilma sabia da corrupção.

Uma das justificativas ingênuas de ontem é de que foram para as ruas aqueles que não votaram em Dilma Rousseff.

Ora, isso soa como deboche ou como ausência de respeito.

A pesquisa Datafolha informa que mais de 50% dos que votaram em Dilma não votariam novamente. O índice de popularidade da Presidente despencou para menos de 10%. Isso significa dizer que muitos dos que votaram em Dilma se decepcionaram com ela e foram às ruas.

Certamente há pesquisas ainda não reveladas, e que provavelmente serão, que demonstrarão a presença, nas ruas, de um percentual significativo de eleitores que votaram, sim, na Presidente Dilma.

Portanto, esse tipo de reação à maior manifestação de protesto da história da democracia brasileira não faz bem ao seu autor.

A Folha de S. Paulo deu em manchete que:

As manifestações de rua, realizadas no domingo contra o Governo da Presidente Dilma e o PT, alcançaram todos os Estados do País, com protestos reunindo milhares de pessoas, mesmo em redutos petistas.

Portanto, asseverar que a manifestação ocorreu onde a oposição venceu as eleições é também simplista em excesso. A manifestação ocorreu também em redutos considerados redutos petistas.

O Estado de S. Paulo igualmente noticiou que:

As manifestações levam multidões às ruas do País. É o maior protesto político do no Brasil desde as Diretas Já. [E ressaltou que] Ministros vão à TV, prometem medidas anticorrupção e são alvo de panelaço. Em algumas localidades, panelaço foi acompanhado de gritos “Fora PT” e “Fora Dilma”.

O Globo destacou que “protestos antiDilma reúnem mais de 2 milhões de pessoas pelo País”. Registramos, portanto, Sr. Presidente, a repercussão na mídia nacional e internacional.

Essa manifestação popular é a fotografia do desgaste do Governo. É a confirmação da impopularidade histórica de quem preside o País neste momento. É uma convocação à responsabilidade. Convocados estamos todos pelo povo brasileiro a adotar uma postura de dignidade diante dos fatos.

Convocação, em primeiro plano, para o Poder Executivo, a quem cabe as providências imediatas. É óbvio que medidas de ajuste fiscal e propostas de mudanças no modelo econômico podem, a médio prazo, oferecer resultados concretos. Mas não é o que convence nesta hora o povo brasileiro, que exige mais do que isso.

Medidas de ajuste fiscal podem ou não dar resultados positivos. O que a população exige é mudança radical e veemente desse modelo corrupto que está instalado no País há doze anos. Sem essa mudança, certamente, não haverá assimilação por parte dos brasileiros que foram às ruas e daqueles que acompanharam das suas casas.

Sr. Presidente, está nascendo uma nova Nação, mais consciente e politizada, que haverá de ser dona do seu próprio destino, abrindo amplas avenidas para a busca do seu futuro, que haverá de ser de dignidade e de justiça social. Com o povo nas ruas, certamente, nós assistiremos à mudança do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Convoco...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Pois não, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É só para me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Já está inscrito, mas eu convoco V. Ex^a para assumir a presidência dos nossos trabalhos. E convido para a tribuna o Senador Acir Gurgacz, do PDT de Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos assistem pela TV Senado e pela Rádio Senado, venho, nesta tarde, fazer uma saudação especial aos Deputados Estaduais de Rondônia, pois a Assembleia Legislativa de Rondônia aprovou, na semana retrasada, um projeto de lei que autoriza o Poder Executivo, através do Fundo Estadual da Saúde, a liberar R\$20,5 milhões para a construção do Hospital Regional de Ariquemes, que atenderá a toda a Região do Vale do Jamari.

Num esforço grande dos deputados estaduais, juntamente com o Governador Confúcio Moura, foi aprovado – há contrapartida do Governo do Estado, porque a verba é de uma emenda de nossa autoria no Orçamento de 2013, mas é necessária a participação do Governo do Estado – o projeto pela Assembleia Legislativa de Rondônia.

Fica aqui o meu agradecimento ao Presidente da Assembleia e a todos os deputados estaduais, que, por unanimidade, aprovaram essa verba.

Com a liberação desses recursos, o Governo do Estado poderá fazer a lavratura do contrato com a empresa que venceu a licitação pública nacional e, em seguida, emitir a ordem de serviço para o início das obras desse hospital tão esperado pela população não só de Ariquemes, mas também de todo o Vale do Jamari. Já na próxima semana, a ordem de serviço vai ser dada para que nós possamos ver realizado, de fato, esse sonho tão antigo da população de Ariquemes, principalmente – mas não só de Ariquemes –, e de toda a região do Vale do Jamari, que vai ser beneficiada com a construção desse hospital.

É bom deixar claro que esses recursos serão depositados no Fundo Estadual de Saúde pelo Governo Federal, por força de emenda parlamentar que orientei ao Orçamento Geral da União no ano de 2013, com o apoio de toda a Bancada Federal aqui, no Congresso Nacional – todos os Deputados Federais e os Senadores também.

Depois de muito trabalho, de muita conversa com o Governo Federal, mostrando a real necessidade desse hospital para Ariquemes, para desafogar os hospitais de nossa capital, Porto Velho, e para atender uma população de mais de 200 mil pessoas dos Municípios da região do Vale do Jamari, asseguramos o recurso na ordem de R\$32,7 milhões do Orçamento da União para a obra, que terá um custo total de R\$35 milhões, contando com a contrapartida do Governo do Estado e da prefeitura municipal de Ariquemes.

A liberação dos recursos pelo Governo Federal será feita de forma gradativa, de acordo com o andamento da obra. Nessa primeira fase da obra, o Governo Federal assinou o empenho de R\$20,5 milhões, mas os R\$32,7 milhões estão assegurados por meio de convênio assinado no ano passado entre o Governo do Estado, o Ministério da Saúde e a Caixa Econômica Federal.

É bom lembrar que projeto do hospital foi elaborado e pago pela prefeitura municipal de Ariquemes, e a execução da obra será de responsabilidade do Governo do Estado.

O momento é de comemoração. Vencemos mais uma etapa importante para a construção desse hospital tão importante para a saúde e o bem-estar da nossa gente, e que tem unido todas as forças políticas no nosso Estado.

Fica aqui nosso agradecimento ao Governador Confúcio Moura, que foi quem deu início a esse projeto quando era Prefeito Municipal de Ariquemes. Nosso agradecimento ainda ao ex-Prefeito Márcio Raposo, que também trabalhou muito na elaboração do projeto, e ao atual Prefeito, Lorival Ribeiro de Amorim, que também deu sua contribuição e que terá a missão, junto com o Confúcio Moura, de iniciar as obras e acompanhar toda a construção.

Nosso agradecimento também a todos os vereadores de Ariquemes, aos Deputados Federais e aos Senadores que nos apoiaram nessa emenda, e aos deputados estaduais, que atenderam à solicitação do Governo do Estado e ao nosso pedido e prontamente votaram e aprovaram o projeto, liberando os recursos do Fundo Estadual de Saúde de Rondônia.

Como sempre digo, todos ganham quando os políticos se unem em torno do bem comum, em torno de projetos que beneficiem a população. É isso que estamos vendo com o projeto do Hospital Regional de Ariquemes: a união de todos para tornar esse hospital uma realidade.

Vencemos mais uma etapa e agora vamos acompanhar a execução da obra e fiscalizar a aplicação dos recursos – esse também é um papel de todos. Assim, nós vamos fazer todo o acompanhamento para que essa obra saia o mais rápido possível e com a qualidade necessária para atender a população.

Outro assunto, Sr. Presidente, é a atual crise econômica, política e social que o Brasil atravessa e que nos chama a uma reflexão na busca de caminhos para superá-la. Esse é um papel que deve ser exercido por todos os cidadãos brasileiros e também pelos partidos políticos, movimentos sociais e instituições democráticas.

O que vimos nas ruas de todas as capitais e também nas cidades do interior do Brasil nesse domingo foi uma demonstração da insatisfação de uma parcela considerável da população brasileira sobre a situação do País, em particular com o fraco desempenho da nossa economia, com a inflação que está pesando no bolso de toda a população brasileira, com o aumento do dólar e do custo de vida de todos os brasileiros.

Nós vimos nas ruas ontem, Senador Moka, a população saindo de uma maneira muito pacífica em todos os cantos do País. Lá em Ji-Paraná houve manifestação, em Vilhena houve manifestação, assim como aqui em Brasília, em São Paulo, enfim, em praticamente todas as cidades brasileiras, numa demonstração muito clara da insatisfação e da tranquilidade do povo brasileiro.

Esse é o povo brasileiro, que vai às ruas colocar a sua opinião com responsabilidade. Não vi nenhum desentendimento, nenhuma agressividade. Muito pelo contrário, de uma maneira ordeira, a população demonstrou claramente a sua insatisfação. Isto serve de exemplo para vários outros países do mundo, o que aconteceu ontem aqui no nosso País.

O grito das ruas é, também, contra o mau uso do dinheiro público, contra a corrupção e contra a falta de resposta do Governo para uma série de situações que estão apontadas pela população, desde as manifestações de junho de 2013.

Nesse momento, é preciso ouvir com humildade as vozes das ruas, estabelecer o diálogo e partir logo para a ação, adotando as medidas necessárias para estancar a crise econômica, combater a corrupção e melhorar os serviços públicos, atendendo, de fato, o que as pessoas estão dizendo nas ruas.

A sociedade brasileira está dando mais um recado. Precisamos assimilar bem essa mensagem e dar uma resposta de imediato.

É nesse sentido que o PDT, na Convenção Nacional do Partido, que se encerrou no último sábado, também se posicionou. Estamos na base do atual Governo. Participamos do Governo de Coalizão da Presidenta Dilma, mas nossa participação é crítica e propositiva. Apontamos caminhos para superar a crise, para que o Brasil possa retomar os trilhos do desenvolvimento e para fortalecermos as instituições democráticas para que elas possam investigar e punir exemplarmente os culpados pelos esquemas de corrupção.

O PDT se posiciona em defesa da Petrobras e contra todo e qualquer tipo de corrupção. Nosso partido está forte e unido, pronto para ajudar o Brasil a superar a crise que atravessa. A Petrobras é um patrimônio nacional e foi roubada. Os culpados devem ser punidos exemplarmente, e o dinheiro recuperado. Precisamos resgatar a credibilidade da Petrobras e o seu protagonismo no setor energético e na economia nacional.

O câncer da corrupção tem que ser retirado das entranhas da nossa maior empresa, pois cada centavo que perdemos para a corrupção faz falta na saúde, faz falta na educação, nas obras que a população precisa.

Precisamos atacar a corrupção na sua origem, que está no atual sistema político e principalmente no nosso sistema eleitoral.

Para isso, o PDT defende uma reforma política ampla e pra valer. Precisamos acabar de fato com as coligações proporcionais, fortalecendo o eleitor e a democracia brasileira. Também não concordamos com o fi-

nanciamento privado de campanhas, como é feito hoje, em que o caixa dois se tornou uma prática perversa e corriqueira, e as doações de empresas são moedas de troca para futuros negócios.

Somos a favor do Brasil. Vamos vencer a crise de confiança que o País atravessa, lutando contra a corrupção e apresentando propostas para as soluções.

Algumas dessas propostas estão na Carta Aberta que enviaremos à Presidenta Dilma Rousseff, como uma profunda revolução na educação, para que o Brasil possa ser, de fato, chamado de “Pátria Educadora”. O Brasil não pode caminhar para um futuro de bem-estar social sem a garantia de que a educação seja a maior prioridade. Para isso, não é admissível que os cortes dos gastos públicos atinjam mais a educação do que outros setores.

Também propomos a modernização e o aumento da eficiência e da eficácia na gestão pública. Não há como se desenvolver com um Estado superdimensionado, com uma burocracia que não atende o cidadão de forma digna. Precisamos estimular o setor produtivo para que as empresas brasileiras tenham mais produtividade e competitividade, bem como assegurar e ampliar os investimentos em infraestrutura.

Acreditamos no Brasil e na força de sua gente. O PDT se oferece para ajudar nesse pacto nacional, para permitir ao Brasil sair da crise, construir uma economia forte, um meio ambiente saudável e uma qualidade de vida digna para todos os brasileiros.

É nesse caminho que o PDT tem-se reunido aqui no Senado, com os seus Senadores, e também na Câmara federal, com os Deputados federais, para, juntos, Senadores, Deputados federais, a Executiva Nacional do PDT, elaborarmos uma carta que será apresentada à Presidenta Dilma, com sugestões. Nós entendemos que é muito fácil apontar os defeitos, mas nós precisamos também apontar o que entendemos ser a solução para ajudar o nosso Brasil.

É nesse caminho que anda e que trilha o PDT.

São essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Fernando Bezerra Coelho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador Acir, a quem convido para assumir a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

O Sr. Reguffe deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Reguffe, do PDT do DF.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu quero falar aqui sobre as manifestações do dia de ontem, desse histórico 15 de março.

Foram mais de dois milhões de pessoas às ruas no dia de ontem. Isso mostra que as coisas não estão indo bem. Não pode ser encarado como normal ou natural dois milhões de pessoas saírem do conforto das suas casas, com as suas famílias, para ir às ruas protestar, em um dia de domingo, como o dia de ontem.

Isso mostra que tem algo errado neste País!

Pessoas que foram às ruas sem o estímulo de nenhum partido político, de nenhum sindicato, de nenhuma organização concreta da sociedade civil. Mais de 90% das pessoas que estavam nas ruas ontem não eram filiadas a partido político nenhum. Isso mostra um avanço da democracia brasileira, mas, também, mostra que o nosso Governo deve se preocupar e deve refletir sobre.

Houve coisas, Sr. Presidente, pois era uma manifestação de quem não votou na Presidente, de quem votou no candidato Aécio Neves; era uma manifestação da classe média, como se, aliás, a classe média não pudesse se manifestar, como se a classe média não pagasse impostos e não pudesse se manifestar.

Ao invés de minimizar ou desvalorizar a manifestação do dia de ontem, o Governo deveria refletir sobre ela e ver o que pode fazer de objetivo e de concreto para que nós tenhamos um País melhor.

Quero aqui parabenizar e apoiar as pessoas que saíram do conforto das suas casas no dia de ontem, para ir protestar contra os desvios de dinheiro público, contra o que vem de errado neste País. O Governo deveria refletir sobre isso, até porque este País não pode virar a ditadura do pensamento único, em que as pessoas não podem divergir e, se divergem, têm que ser desvalorizadas, desqualificadas. O Governo deveria refletir sobre por que 2 milhões de pessoas saíram às ruas num domingo.

É muito importante, Sr. Presidente, que a Presidente faça uma reflexão. A Presidente está defendendo, por exemplo, agora, um ajuste fiscal – de que já falei nesta tribuna – que pune o contribuinte. Antes de punir o contribuinte, o ajuste fiscal deveria ser reduzindo a despesa.

Nós temos 39 Ministérios neste País. Cada vez em que se cria um partido político novo, cria-se um Ministério novo. Nós temos 23.579 cargos comissionados na estrutura do Governo Federal. Numa resposta a um requerimento formal de informações que eu fiz como Deputado Federal, a resposta formal do Ministério do Planejamento: 23.579 cargos comissionados. Enquanto a França possui 4800; os Estados Unidos inteiros, 8 mil; o Brasil possui 23.579 cargos comissionados.

É como se o Estado existisse não para atender o contribuinte, devolvendo serviços públicos de qualidade para ele, e, sim, para a construção e perpetuação de máquinas políticas. Isso não está certo. Isso deveria ser motivo de reflexão.

A inflação, o IPCA, em fevereiro, nos últimos 12 meses, bateu em 7,7%, enquanto a meta de inflação é 4,5% – 6,5% é o teto da meta. Ultrapassou o teto da meta. Se a função maior de uma área econômica de Governo é ser guardião da moeda deste País, ela não está indo bem.

Esses são os dados oficiais, porque, nas ruas, a população sabe que o custo de vida aumentou ainda mais do que estes 7,7%, nos últimos 12 meses. E o Estado, privatizado pelos partidos políticos, num divórcio total e completo com a sociedade civil deste País. Então, o Governo não deve minimizar isso, mas deve refletir sobre isso.

Quero falar também, Sr. Presidente, sobre a manifestação de ontem. Eu tenho um elogio e uma crítica à atuação da Polícia Militar do Distrito Federal. Na verdade, a crítica não é em relação à polícia, mas com quem mandou a polícia fazer isso; e o elogio é pela barreira que a polícia colocou no início da manifestação, revistando todas as pessoas que se adentravam pela Esplanada dos Ministérios, o que, em minha opinião, foi de extrema importância, para que a manifestação de ontem transcorresse de forma ordeira, de forma pacífica – quero aqui parabenizar a polícia por essa atitude, que, inclusive, protegeu famílias, ontem, na Esplanada dos Ministérios.

Mas quero aqui perguntar à Polícia Militar: por que foi feito um cordão de isolamento, à altura do Congresso Nacional, proibindo que as pessoas descessem a ladeira e pudessem protestar na frente do Palácio do Planalto? Por que só se pode protestar na frente do Congresso? Por que não se pode protestar também na frente do Palácio do Planalto?

“Ah, mas alguém pode invadir.” Mas aí é outra história! Se houver excessos, que punamos os excessos, mas não podemos impedir as pessoas de se manifestarem.

Por que a manifestação só pode ser em frente do Congresso, e não pode ser em frente ao Palácio do Planalto, se as pessoas o quiserem? “Ah, mas se houver atos de violência, de vandalismo, de barbárie?” Que identifiquemos as pessoas e que as punamos, mas não se pode, simplesmente, proibir as pessoas de chegarem perto do Palácio do Planalto, para que elas possam fazer seu protesto democraticamente. Mas quero elogiar a polícia pela forma organizada como realizou as revistas de forma muito ordeira e muito civilizada ontem, o que permitiu uma manifestação extremamente pacífica.

Por último, Sr. Presidente, esses 2 milhões de pessoas que foram às ruas, no dia de ontem, são um sinal de que as coisas não estão indo bem. Isso é culpa dos personagens por desvios éticos inaceitáveis que precisam ser punidos, mas isso também é culpa do sistema. É preciso modificar o sistema; é preciso uma reforma política profunda.

Nesta Casa, eu, contrariando a orientação do meu Partido, assinei os três pedidos de instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito que foram feitos: o pedido de instalação da CPI da Petrobras; o pedido de instalação da CPI do BNDES; e o pedido de instalação da CPI do HSBC, das contas secretas na Suíça. Assinei os três pedidos de instalação dessas CPIs, contrariando a orientação do meu Partido, mas as minhas assinaturas estão lá. Agora, não basta a investigação do Ministério Público, que, aliás, precisa receber apoio como instituição: se há erros, punamos os erros, ...

(Interrupção do som.)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... mas é importante resguardar *(Fora do microfone.)* a instituição e o trabalho dela.

Além de assinar essas CPIs aqui, protocolei nesta Casa oito Propostas de Emenda à Constituição, sete delas envolvendo o tema reforma política. Nós precisamos punir os personagens, mas também modificar o sistema. Precisamos fazer uma reforma política profunda, Sr. Presidente, que mude a forma de fazer política e a forma de eleger os políticos neste País, porque, enquanto essa reforma não for feita, vamos ver uma série de equívocos, e a população continuará sempre a reclamar da distância que existe entre representantes e representados.

Não pode ser bom o sistema em que majoritariamente só entra na política quem tem muito dinheiro – ou os representantes desses – ou aqueles que...

(Interrupção do som.)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... representam segmentos da (*Fora do microfone.*) sociedade, como categorias profissionais, segmentos específicos, ou quem tem fama anterior à política, sendo muito pequeno o espaço para quem quer debater ideias, para quem quer entrar pelas ideias, pelas propostas. Nós temos de tornar a política mais acessível ao cidadão comum. Então, é preciso haver uma reforma política.

Não pode um candidato a Deputado, por exemplo, no Estado de São Paulo, ter de fazer campanha no Estado de São Paulo inteiro: na cidade de São Paulo, em Campinas, em Ribeirão Preto, em Bauru, em Piracicaba, em Sorocaba. Só se a pessoa tiver muito dinheiro ou muita estrutura. É muito desigual uma campanha.

Aqui, no Distrito Federal, que é deste tamanhozinho, é difícil para uma pessoa conseguir fazer campanha em Brazlândia, no Gama, na Ceilândia, em Taguatinga, na saída norte, em Planaltina, em Sobradinho, no Plano Piloto. Isso favorece quem tem dinheiro, quem tem campanhas mais abastadas. Então, nós precisamos fazer...

(*Soa a campanha.*)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... uma mudança do modelo.

Eu protocolei aqui algumas PECs, como o fim da reeleição para cargos executivos; o limite de única reeleição, no máximo, para cargos legislativos, para que o sistema seja constantemente oxigenado, renovado; a instituição do voto facultativo; a instituição do voto distrital; a criação de um sistema de revogabilidade de mandatos, em que a pessoa para ser candidata teria que registrar na Justiça Eleitoral as suas propostas e compromissos, e a Justiça Eleitoral, por sua vez, colocaria, durante todo o mandato dessa pessoa, essas propostas e compromissos no seu *site* na internet, para que os eleitores pudessem acompanhar, e, se a pessoa no mandato fizesse alguma coisa que contrariasse frontalmente um compromisso de campanha, ela perderia o mandato; a possibilidade de candidaturas avulsas, sem filiação partidária, desde que a pessoa recolhesse 1% de assinatura daquele eleitorado que ela vai disputar;...

(*Soa a campanha.*)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... a proibição de que alguém se eleja para um cargo legislativo, e vá ocupar um cargo no Executivo, até porque não se perguntou para o eleitor se ele concordaria com isso, durante o processo eleitoral. Essas são algumas das propostas que eu coloquei e que eu considero de suma importância.

Quero aqui, Sr. Presidente, para encerrar, dizer que mais do que como Senador da República, mas como cidadão, eu acredito neste País. A maioria esmagadora da população brasileira é formada de pessoas de bem, pessoas que não merecem conviver com os escândalos com que estão convivendo. E eu espero que as instituições de controle deste País investiguem a fundo esses escândalos.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Concedo, Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Reguffe, quando, daqui do Senado, nós acompanhávamos a *performance* não apenas eleitoral, mas também a *performance* política de V. Ex^a, como representante do Distrito Federal, antes na Câmara e agora no Senado. Assistimos à exitosa campanha que V. Ex^a logrou, colhendo tudo aquilo que plantou, ao longo da sua trajetória política,...

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... marcada por um perfil absolutamente comprometido com a ética, com a coisa pública, com a probidade e assim por diante. E, assistindo à manifestação de V. Ex^a, fica muito claro o acerto que o povo do Distrito Federal fez, ao trazê-lo para esta Casa, pela qualidade e pela transparência das suas propostas. É a manifestação que faço na direção de estimulá-lo e de construir com V. Ex^a a motivação necessária, para que as mudanças e as transformações que não apenas a população do Distrito Federal deseja, mas a população do Brasil, possam virar realidade. É, com essa manifestação, que quero cumprimentá-lo pelo esmero e pela qualidade do discurso com que V. Ex^a nos brinda nesta tarde de segunda-feira, aqui no Senado da República.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Só para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que corrupção existe em todos os países do mundo. O que não pode haver é a impunidade, uma pessoa cometer um ato ilícito, e não haver uma punibilidade sobre ela no ponto futuro. Isso é o que não pode ocorrer num país, num país sério.

(*Soa a campanha.*)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Espero que esta Casa vote os projetos de reforma política. É isso o que a sociedade brasileira espera do seu Parlamento. E, se o Parlamento quiser se fazer respeitar perante a sociedade brasileira, ele tem que se fazer respeitar com ações, não pode ser apenas com palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Reguffe, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Reguffe pelo brilhante pronunciamento.

E concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Ricardo Ferraço, do PMDB do Espírito Santo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Moka, Presidente desta sessão, digno e bravo representante do Mato Grosso do Sul, com quem tenho tido o privilégio, o prazer e o compartilhamento dos bons desafios, das boas lutas e dos bons combates que temos travado no Senado da República.

À luz, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como não poderia deixar de ser, trago também as minhas reflexões, não apenas, Senador Reguffe, sobre o 15 de março histórico. Mas, ao longo das últimas semanas, tenho procurado conversar, dialogar, estudar e, ao longo desses minutos aqui na tribuna do Senado, vou deixar a minha reflexão e também o meu posicionamento acerca desta que é uma crise que não encontra, em nossa história recente, precedentes pela combinação de variáveis e de fatores que fazem nascer a necessidade de uma mudança muito grande em tudo aquilo que temos assistido, nos hábitos e costumes, sobretudo, daqueles que receberam da população brasileira a responsabilidade de nos governar.

Sr^a Presidente, a imagem que, para mim, sintetiza a deformação mais explícita, a deformação dessa cultura conjuntural política brasileira, levada ao extremo pelos governos que se sucedem nos últimos anos, é a conversa do ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, ainda em 2005 – estamos em 2015, e lá se vão dez anos desse diálogo, que, nesse período, só se deteriorou e mostrou como método as buscas de poder a todo e qualquer custo –, logo após se reunir o Presidente da Câmara de então, o Deputado Severino, com a Ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff para cobrar a indicação de um cargo na Petrobras.

Na vida, as escolhas têm origem e as origens trazem consequências. Declarou ele à ocasião: “O que o Presidente Lula me ofereceu foi aquela diretoria que fura poço e acha petróleo. É essa diretoria que eu quero.”

Esse diálogo estampa um modelo que não apenas se perpetuou, mas que prosperou intensamente nos últimos anos, gerando esse conjunto de delinquências que nós estamos observando na política brasileira. Na prática, estamos diante de uma tempestade perfeita e de uma tragédia anunciada.

Os protestos populares que varreram, ontem, as ruas, as praças, as avenidas, enfim, do nosso País precisavam ser recebidos pelo Governo da Presidente Dilma com muita humildade e com muito respeito.

Após o movimento das Diretas em 1984, esse já está sendo considerado o maior da nossa história. Que lições tirar disso tudo? Quais recados foram dados? O que fazer a partir daqui?

Os indicativos da rua são na clara direção de que a Presidente precisa governar o País com base em nossa realidade e não de olho nas próximas eleições, como tem sido a marca dos governos que se sucedem. As manifestações pediram ao Governo e à Presidente que esqueçam o projeto de poder e coloquem o pé num projeto de Nação, e reconhecer os equívocos do “Dilma 1” é o primeiro passo para essa possibilidade de entendimento.

Ontem, quando se comemoravam 30 anos da volta à democracia, o recado do povo foi dado, mas nem mesmo a manifestação robusta de indignação popular foi capaz de fazer a Presidente, seus Ministros e o Governo cederem. A ficha ainda não caiu, essa é a verdade, por incrível que pareça.

Assistimos ao terceiro movimento espontâneo de insatisfação das massas, cuja importância o Governo insiste em ignorar.

Foram três ondas de dimensões crescentes, sendo a primeira as grandes manifestações de protestos de junho de 2013. Naquela época, o Planalto e o Governo prometeram um pacote de medidas, sem qualquer consequência.

A onda seguinte veio com as eleições do ano passado, quando a Presidente, é verdade, foi eleita legitimamente, com 55% dos votos, mas – não esqueçam – sem o apoio de 80 milhões dos 135 milhões de brasileiros.

Por fim, chegamos ao terceiro grande movimento com a ocupação pacífica dos espaços públicos das pequenas, médias e grandes cidades brasileiras, não apenas do Sudeste, mas de todo o País, em uma avalanche humana sem precedentes!

De novo, nenhuma autocritica! As declarações, ontem à noite, dos Ministros José Eduardo Cardozo, da Justiça, e Miguel Rossetto, Secretário-Geral da Presidência, em nome da Presidente, repetem promessas vazias, como uma reforma política e uma legislação anticorrupção. Mas o Governo é incapaz de mover a sua ampla

Base aqui, no Congresso brasileiro, para tornar essa reforma política não apenas uma reforma da retórica, mas uma reforma que possa, de fato, passar a limpo o sistema político e eleitoral brasileiro.

Sinceramente, a meu juízo, a meu modesto – é verdade – juízo, a fala dos Ministros foi desfocada da realidade, tal qual *Alice no País das Maravilhas*! Foram, até mesmo, arrogantes e evasivos, dizendo mais do mesmo, de novo, como sempre fizeram, em uma tentativa, na prática, de ganhar tempo.

A ficha precisa cair, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para o bem de todos. Classificar o movimento de ontem como uma reação dos eleitores do Aécio é um absurdo! Atribuir o caos econômico ao cenário internacional é desconcertante! Muitos países, embora tenham sido afetados mais seriamente pela crise de 2008, crescem mais do que o Brasil. Eles têm conseguido melhorar os níveis de emprego e a condição de competitividade das suas indústrias, a inflação continua sob controle de modo geral, e suas contas públicas estão melhorando, ano a ano, de forma significativa.

O caminho para o Brasil é a mudança de métodos políticos e gerenciais. Em suma: mais foco no interesse da sociedade e menos no interesse eleitoral. Fazer o mea-culpa, reconhecer os equívocos, admitir a necessidade de correção de rumos.

A vitória apertada da Presidente Dilma sobre o Aécio foi apenas mais um sinal desse estresse. Mas a Presidente Dilma, o PT e sua base seguiram adiante com a mesmice. Os mesmos 40 ministérios, os mesmos métodos de aparelhamento e os condomínios do poder.

Menosprezar o recado das ruas é um erro que cobrará muito caro ao Governo. Mas, tal qual a fábula do escorpião e do elefante, por mais que prometam agir diferente, não conseguem dominar os próprios instintos – a meu juízo – negativos.

Ouçõ com extraordinário prazer, o Senador e ex-Governador do Amazonas Omar Aziz.

O Sr. Omar Aziz (Bloco Maioria/PSD – AM) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço. V. Ex^a faz uma análise perfeita sobre o que está se passando hoje no País. V. Ex^a, em momento algum, disse: “eu quero que o Governo saia”. Não, não é verdade, como também não é a minha posição. A Presidenta Dilma foi eleita legitimamente pelo povo brasileiro com a maioria dos votos. Mas algo me chamou a atenção, como chamou a atenção do senhor: o Ministro Miguel Rossetto, com todo o respeito que eu tenho a ele, não pode dividir o País entre eleitores do Aécio e eleitores da Presidenta Dilma. O País hoje é um só, governado por uma Presidenta da República. E não é verdade que só havia eleitores do Aécio. Lá havia brasileiros. Brasileiros que querem uma resposta do Governo, como nós queremos uma resposta do Governo. Aproveito este aparte para falar que algo me chamou a atenção na sexta-feira. Nós votamos, na quarta, a desoneração, os vetos da Presidenta, e estava caminhando tudo normalmente. Na sexta-feira, o jornal *O Globo* fez uma matéria dizendo que o Ministro da Fazenda ia pedir demissão se nós tivéssemos derrubado o veto. Então, estamos fazendo o que aqui, como Senadores, se não podemos mais analisar absolutamente nada, senão o Ministro da Fazenda vai pedir para sair? Estou encaminhando amanhã um ofício, um requerimento, conforme a Casa, para saber se ele confirma realmente isso. Se ele confirmar, no dia em que formos analisar o ajuste fiscal, se tivermos que fazer uma emenda ou tivermos que vetar alguma coisa da Presidenta Dilma, nem o Senado nem a Câmara precisam mais estar atuando; vamos deixar nas mãos do Ministro da Fazenda. Porque fazer cortes qualquer cidadão faz! Quem sair fazendo cortes vai economizar dinheiro; vai perder politicamente, mas vai economizar dinheiro. E é isso o que está sendo feito agora: está-se perdendo politicamente por um lado e economizando por outro. Então, a sua análise sobre esse movimento, falando das Diretas Já! – participei diretamente, como V. Ex^a participou, em 1984, e sei o quanto era difícil mobilizar pessoas naquele momento, até porque não vivíamos num País democrático, como vivemos hoje. A luta para que se mobilizasse e se fizesse o povo brasileiro entender a importância da democracia foi conquistada nas ruas. E não tenho dúvida nenhuma de que o que aconteceu ontem não é para tirar a Presidenta Dilma; é para que façamos as mudanças que o País quer. O que venho pedindo aqui, várias vezes – e já pedi isso pessoalmente a ela em reuniões –, é que ela nos lidere para fazer isso; que ela converse com as forças progressistas deste País para que façamos isso. Todos nós sabemos que precisamos fazer alguns ajustes. Não tenha dúvida! Mas que ajustes serão esses e por quanto tempo? Outra coisa que V. Ex^a colocou: falar em humildade é muito fácil. Praticar humildade é outra conversa. Quando as pessoas estão por cima, a humildade se vai; quando estão por baixo, todo mundo é humilde. Então, essa humildade tem que ser praticada. Não se vai praticar a humildade dizendo que só estavam nas ruas os eleitores do Aécio. Não é verdade isso! Não se pratica a humildade falando que só eles estão certos e os outros estão todos errados. Não é verdade! Eu acho que o Governo da Presidenta Dilma teve avanços – temos que fazer novos avanços –, mas temos que sair dessa discussão, que já dura anos aqui no Congresso, sobre a reforma política. E podem ver que o que estamos analisando aqui não é reforma política, são questões pontuais: se existe ou não coligação, se há ou não uma coisa ou outra. Nós temos que fazer uma reforma política de fato no País para mostrar à população brasileira que nós queremos mudar. Assim como, na Petrobras, temos hoje grandes problemas, temos que canalizar as

outras empresas, os outros órgãos do Governo Federal. Por quê? Porque as indicações políticas têm causado um prejuízo muito grande ao povo brasileiro. Obrigado, Senador. Estendi-me um pouco, mas o brilhante cenário que V. Exª traça neste momento é importante para o povo brasileiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu que agradeço a oportunidade de dialogar com V. Exª acerca dessa conjuntura.

Veja V. Exª: a história ensina que aos vitoriosos a generosidade, que, na vida pessoal, nas relações humanas e muito mais na política, é sempre um fator de agregação. A Presidente Dilma, ao vencer as eleições, recebeu um telefonema do seu opositor, o Senador Aécio Neves, para quem trabalhei e em quem votei, estendendo-lhe os cumprimentos, num gesto de generosidade e de civilidade absoluta. Qual deveria ou qual poderia ter sido a reciprocidade? “Aécio, nós fizemos o bom combate. Tivemos uma eleição dura. As eleições já são página virada. Nós temos pela frente desafios muito complexos. Nós precisamos estar juntos na construção de um governo de coalizão a partir de premissas que quero discutir com todos, porque não sou mais a Presidente daqueles que votaram em mim. Hoje, sou a Presidente de todos os brasileiros.”

É como aquele velho ditado: palavra dada, flecha partida e oportunidade perdida. Quando você não tem capacidade para avaliar a necessidade dessa conjuntura, da dimensão que o cargo lhe propõe, você, na prática, vai aprofundando as suas dificuldades. E toda essa conjuntura, quer política ou econômica, a meu juízo, não é obra do acaso. Tudo isso é produto e resultado da manutenção de um modelo político – e não apenas político – e também gerencial que se esgotou.

O quadro deve-se à tentativa não apenas de manutenção de um sistema patrimonialista, mas do seu aprofundamento, a todo e qualquer custo, de forma inconsequente.

O sociólogo alemão Max Weber definiu o patrimonialismo como uma forma de dominação política que solapa as divisões entre o público e o privado. Raymundo Faoro, cientista político gaúcho, em sua clássica obra *Os Donos do Poder*, ainda em 1958, recorreu a esse conceito para explicar o atraso do País como resultado da dominação do aparato público e do aparelhamento pelo grupo dominante. De volta aos dias atuais, de 1958, quando Faoro escreveu isso, percebemos que a construção da aliança que governa o País se deu com base nesses princípios e valores.

Foram adotados métodos pragmáticos e inconsequentes de conquista, de apoio a todo e qualquer custo que atingiriam as suas últimas consequências, como estamos assistindo. Práticas condenáveis tomaram o lugar da negociação, do diálogo e do respeito ao bem coletivo. Somos vítimas, portanto, de uma crise sem precedentes, expressa inclusive na péssima qualidade dos serviços públicos. É esse o quadro desastroso com apenas, pasmem, 75 dias de governo completados hoje. E o Congresso brasileiro precisa fazer também *mea-culpa* – pelo menos eu faço –, porque, se o Planalto e o Poder Executivo é a locomotiva dessa crise, o Legislativo foi o vagão. Os dois milhões de brasileiros que foram às ruas para protestar contra a carestia, contra a corrupção e contra a falta de uma liderança nacional, ainda aguardam resposta dos seus representantes.

Os manifestantes, Senadora Rose de Freitas – nossa Presidente, minha conterrânea querida, com quem tenho o prazer de compartilhar a representação do Espírito Santo nesta Casa –, também foram às ruas para criticar a péssima qualidade dos serviços públicos, a despeito de uma carga tributária entre as mais pesadas e elevadas do mundo. Os cartazes com reclamações levados às ruas são um eco das manifestações ainda de junho de 2013. Só que, de lá para cá, as coisas só fizeram piorar. A maioria da população não imaginava que tudo continuava como antes, sem o Governo caminhar na direção daquilo que precisaríamos ver.

O que melhorou de lá para cá no dia a dia da vida dos brasileiros? Pois é, até determinado momento, muita coisa melhorou da porta para dentro...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...nos lares das famílias brasileiras, com o poder de compra permitindo o acesso a novos patamares de consumo – e precisamos fazer esse reconhecimento –, da TV de plasma ao automóvel. Mas, enquanto isso, da porta para fora, se instalava um caos, um colapso na promoção dos serviços públicos que o Poder deve prover à sociedade.

Lamentavelmente, o drama chegou também da porta para dentro. A inflação, os reajustes de tarifas públicas e a piora no mercado de trabalho levaram ao povo a incerteza da manutenção dessas históricas conquistas, ameaçadas pelas equivocadas escolhas do Governo da Presidente Dilma 1. Faltou planejamento, sobraram populismo e demagogia, priorizando...

(Interrupção de som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – ...a reeleição e nenhuma real evolução do nosso País.

A melhoria da porta para dentro adveio de condições econômicas que o País não soube aproveitar corretamente e nem criar as bases para a sua sustentabilidade. Tal qual a fábula da cigarra e da formiga, os governantes abusaram da fanfarronice nos tempos externos a favor, entre o Lula 2 e a Dilma 1. A irresponsabilidade e o desprezo aos alertas foram abafados na festa petista, até que o inverno chegou e a casa caiu.

Uma frase do megainvestidor Warren Buffett também traduz de forma simples e clara o Brasil de hoje: “Quando a maré baixa é que descobrimos quem estava nadando nu”. Até o fim de 2010, o Brasil surfou na melhor conjuntura internacional já vista.

Variáveis externas independentes da vontade do Governo, como o preço nas alturas das matérias-primas exportadas pelo País, renderam US\$100 bilhões extras ao País entre 2003 e 2008.

Passado esse período de ouro, percebemos agora o que deveria ter sido feito e não foi para preparar o País para os momentos mais desafiadores e avançar de forma duradoura.

Com o preço nas alturas, as *commodities* e as matérias-primas renderam ao nosso País, entre 2003 e 2008, mais de US\$100 bilhões. Esse vento a favor não foi considerado para que as medidas estruturantes fossem adotadas de modo a preparar e organizar o País para quando o inverno chegasse, Senador Agripino.

Passado, enfim, pelo período de ouro, percebemos agora o que deveria ter sido feito e não foi para prepararmos o País para os momentos mais desafiadores e avançarmos de forma duradoura.

O que nos falta hoje se deve à postura, ao meu juízo, de cigarra dos governos do PT. Bastou o cenário mudar para a economia revelar toda a sua face real contra os erros absolutos do Dilma I, continuados no Dilma II.

A população expressou de forma inequívoca toda a sua indignação nas praças públicas, nas ruas e avenidas do nosso País, das grandes, das médias e das pequenas cidades do nosso País, como é o caso da cidade de Domingos Martins, lá no interior do meu Estado, onde o povo foi para a rua manifestar a sua indignação. Foram, inspirados pelo espírito público, às grandes manifestações registradas em diversos pontos do nosso País.

Ouçõ com prazer o Líder José Agripino.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM – RN) – Senador Ricardo Ferraço, eu vinha ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a e me apressei em chegar ao plenário, para dirigir uma palavra ao lúcido pronunciamento de V. Ex^a.

(Soa a campanha.)

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM – RN) – Mas, antes de entrar, eu atendi à imprensa, que me fez uma série de perguntas sobre o movimento de ontem. Senador Ricardo Ferraço, eu acho – V. Ex^a tem toda razão – que a manifestação de ontem foi uma manifestação universal. Não foi de São Paulo, não foi do Rio de Janeiro. Ela foi por igual, do Acre a Rondônia, ao Rio Grande do Sul, a Tocantins, ao seu Espírito Santo, ao meu Rio Grande do Norte. Eu fui à manifestação aqui em Brasília. Eu estive aqui, no gramado em frente, ontem.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ao meu Mato Grosso do Sul.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM – RN) – Ao seu Mato Grosso do Sul. Eu precisava vir para ver e ouvir o que eu ouvi, para ter a consciência de que ali estavam brasileiros. Não havia em suas testas o carimbo de eleitor, de partido A, B, C, D – de nenhum. Ali estavam indignados com...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – ... a inflação que foi retomada, que voltou.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós concedemos um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM – RN) – Obrigado, Presidente. Eram brasileiros indignados com a inflação que voltou – sete e meio por cento é um patamar alto. As pessoas já não fazem mais a feira com o mesmo dinheiro, semana a semana –, com os direitos trabalhistas anunciados como subtraídos, ao dólar, que está retirando a condição de brasileiros de classe média de viajar, à corrupção endêmica absolutamente revoltante. É um estado de coisas que significa prática de governo de má qualidade. E o que é que se esperava? Que, feita a manifestação, com o tamanho com o que ela se apresentou, a própria Presidente da República viesse a público, como já veio tantas vezes, em cadeia de rádio e televisão, e fizesse um *mea-culpa*. Ela tinha a obrigação de fazer, diante da gravidade da expressão dos movimentos, das reivindicações apresentadas, pela legitimidade, pelo pacifismo do movimento, em respeito àquilo que o Brasil exibiu em matéria de qualidade de democracia, ela tinha que ter vindo a público e ter feito o *mea-culpa*, dizer que tinha prometido na campanha o que não estava fazendo no Governo, entendia que tinha praticado ou tinha cometido o erro e que se comprometia, ela como Presidente e como comandante, a fazer isso, isso, isso e isso, com humildade. Ai, sim, com humildade e colocando de forma democrática aquilo que o Brasil esperava e queria ouvir. Não fez isso.

Dois ministros de Estado vieram para digladiar. Falando aparentemente a mesma linguagem, eles se colocaram diametralmente em campos opostos. Um disse que queria o respeito às diversas facções, que Governo e oposição seriam ouvidos, e, imediatamente, o outro Ministro coloca claramente o fato de que, na percepção do Governo, a manifestação que tinha ocorrido era a manifestação dos que não tinham votado na Presidente Dilma. Isso subtraiu a credibilidade do posicionamento que o Governo ousou ou pretendeu exibir. Por essa razão, Senador Ferraço, é que eu quero aqui me associar às manifestações de V. Exª, no discurso equilibrado, lúcido, e dizer que a nossa tarefa é longa. A exigência maior se coloca sobre os ombros do Poder Executivo, mas o Legislativo e o Judiciário têm a sua parte, e a nossa parte, com certeza, nós faremos. Cumprimentos a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª e peço condescendência a minha estimada e querida Presidente Rose de Freitas. Hoje, estamos aqui em uma sessão de segunda-feira, não temos muitas demandas por acesso a microfone. Que pudéssemos, então, estender um pouco mais, até porque o Brasil viveu um 15 de março diferente.

Seria importante que nós pudéssemos ouvir os nossos colegas, os nossos Senadores, de modo que eles pudessem expressar as suas opiniões. Apelo para a generosidade de V. Exª, solicitando-lhe um pouco mais de tempo para que eu possa concluir o meu pronunciamento. Antes, porém, eu gostaria de ouvir o estimado amigo e Senador pelo Estado do Mato Grosso do Sul, Senador Waldemir Moka.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Ricardo Ferraço...

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Permita-me, Senador Moka, esclarecer que, quando eu assumi a Mesa, faltavam três minutos para os 25 minutos. Eu já concedi, sem que V. Exª percebesse, mais seis minutos e agora mais cinco, portanto, são 11 minutos. Sem prejuízo dos demais, o discurso de V. Exª engrandece este momento no País e, sobretudo, esta sessão. Se V. Exª se sentir contemplado, conceder-lhe-ei mais cinco minutos para concluir, extraindo evidentemente o tempo do aparte.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas aí eu vou, então...

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, eu vou conceder os dez minutos que V. Exª reivindica.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Ricardo Ferraço, para não ser repetitivo do que V. Exª vem dizendo, o Governo tem que assumir culpas, dizer onde errou, com clareza, sobre os aumentos de taxa de luz, de energia, de cortes de recursos, como na área de educação, no Fies. É isso que está faltando. É preciso que a própria Presidenta assuma isso. Essa coisa de terceiro turno, não é terceiro turno. É o recado que já vem da eleição. Foi uma eleição muito disputada, polarizada. O que se fala de terceiro turno é o recado. É preciso que se entenda isso. Eu vi, ontem, gente questionando, se havia 10 mil ou 20 mil ou 30 mil. Nossa, o que a gente viu nas ruas foi um volume muito grande! No meu Estado, em Campo Grande, eu jamais vi uma mobilização do tamanho, do porte da que aconteceu ontem lá. Isso demonstra o quê? Demonstra exatamente uma insatisfação, que precisa ser corrigida. Agora, para corrigi-la, é preciso fazer o minha culpa, que não fazem. É isso que está errado. Dizer: olha, eu tentei uma política anticíclica, procurei preservar os empregos, procurei estimular a economia, mas, lamentavelmente, não deu certo. A política, num determinado momento, deu certo e, depois, exauriu-se e, hoje, está se pagando o preço disso. E, aí, não há jeito, tem que fazer o minha culpa. Eu vou, logo depois de V. Exª, assumir a tribuna e vou ler um desabafo de um Senador petista, a quem eu tenho uma estima muito grande, que diz isto com todas as letras: que é preciso que o Governo dele, que ele representa, que ele defende... Aí alguém diz que não consegue se comunicar com o povo, e aí ele se revolta, porque é um Governo que veio, exatamente, das lutas das massas populares. Então, eu encerro por aqui o meu aparte.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª, Senador Moka, vai direto ao ponto. Porque o que foi prometido pelo Dilma 2 foi um novo governo, com novas ideias, e o que se viu foi mais do mesmo. Quando víamos no mensalão o fim do mundo, o petrolão mostrou que era apenas o começo de algo muito mais escandaloso. A sanha do privado em se apropriar do público se verificou e se verifica como nunca antes na história deste País, até porque a mentira e a demagogia são inimigas mortais da boa política e da democracia.

O petrolão, filho direto do infame mensalão, engendrou uma batalha que não para de produzir episódios desonrosos ao nosso País no contexto das nações. O que foi revelado, na prática, é um método esgotado de governar. Vejamos aqui a conexão entre uma coisa e outra, como demonstrações de uma corrupção generalizada e endêmica. Ao continuar tratando o patrimônio público como propriedade de um grupo político, os desdobramentos não poderiam ser diferentes desses que a população brasileira está acompanhando.

O maior escândalo, enfim, de corrupção da história brasileira trouxe à tona fatos chocantes, alguns dos quais levarão anos para serem decifrados, e a prova material mais contundente dessa tragédia é já a repatriação de, ao menos, R\$ 180 milhões desviados da Petrobras, graças, sim, à atuação republicana do Ministério Público.

O professor historiador Marco Aurélio Nogueira ensina que os graves impasses nacionais só podem ser superados pela política com pê maiúsculo. Precisamos restaurar a confiança na grande política como uma ferramenta capaz de levar ao encaminhamento de conflitos, tal qual preconiza a política em suas raízes, as raízes gregas. Não há outro caminho a seguir senão o da sensatez dos homens públicos contra a polarização de todos contra todos.

O quadro institucional brasileiro é muito mais que grave, é gravíssimo. O momento é de exaltar o papel da política com pê maiúsculo. É ela que pode nos conduzir à solução desse extraordinário impasse em que o nosso País está mergulhado.

Desta tribuna, o saudoso Senador Afonso Arinos de Melo Franco afirmou – aspas: “O nosso dever é fazer política, e fazer política é praticar e defender a liberdade. É honrar o nosso mandato, sustentar nosso trabalho, enobrecer a memória do nosso tempo”.

O País está paralisado, com sua economia debilitada e sua governança conflagrada, além de desacreditada. Essa falta de um poder moderador, além de um predomínio de esferas carregadas, resulta unicamente do esgotamento desse modelo político ancorado em objetivos imediatos, que não os objetivos da sociedade brasileira.

É estarrecedor e até contraditório ver a falta de respaldo de um Governo que se inicia com enormes desafios, como o desafio de fazer um ajuste fiscal por conta das escolhas equivocadas do governo anterior. E esse mesmo Governo joga o seu Ministro da Fazenda a coordenar e liderar um ajuste fiscal e é incapaz de lhe oferecer condições políticas para que isso possa ser levado adiante.

O Governo insiste no argumento espúrio, a meu juízo, de que os opositores e os manifestantes nas ruas estejam operando a favor de um terceiro turno. Isso é absolutamente infundado.

Eu acho que isso não constrói a necessidade de agregação.

Ninguém evidentemente pode questionar a legitimidade do cargo exercido pela Presidente Dilma, que foi eleita pelo voto direto, manifestação legítima da população brasileira. Mas é preciso deixar bem claro – bem claro – que nenhum de nós que exerce mandato popular está acima do bem e do mal e que nós temos direitos, limites e responsabilidades. E quando nós exercemos qualquer desses limites, nós podemos e devemos ser questionados, sobretudo numa conjuntura como essa, com absoluto controle social, *on-line*, em tempo real, por parte da população brasileira.

O presidencialismo de coalizão que sustentou o governo até aqui nos parece muito mais um presidencialismo de colisão, com dias de alta tensão e de alto risco, em razão, a meu juízo, da incapacidade de o Poder Executivo articular um projeto que possa ser confiável e que possa sinalizar que, após o ajuste fiscal, nós teremos um projeto, porque ajuste fiscal não pode ser um fim em si mesmo, precisa ser um meio para que, após esse período, enfim, de sacrifício, nós possamos ter a expectativa de horizontes melhores para a população brasileira.

Definitivamente, o Poder Executivo e o Governo precisam deixar de orientar suas ações com os olhos voltados na eleição presidencial de 2018 e passar a tratar do impasse presente com a seriedade que ele merece; e, se for o caso, até abrir mão do projeto de poder em 2018, em razão da reconstrução que é inadiável em nosso País.

No campo econômico, é preciso ir além do ajuste fiscal e da organização das finanças públicas em nosso País. De imediato, nós precisamos superar esse déficit nominal das contas públicas de quase 7% do Produto Interno Bruto, um dos maiores do mundo.

É preciso que o Governo tenha a capacidade de agregar e sinalizar qual é o projeto de desenvolvimento a ser perseguido a seguir. Como afirmei aqui, anteriormente, ajuste fiscal não pode ser fim, tem de ser meio para a superação de um conjunto de problemas e do resgate da capacidade de investimento do nosso País.

Sr^a Presidente, agradecendo, naturalmente, a generosidade e condescendência de V. Ex^a, encerro as minhas palavras trazendo aqui uma reflexão do cientista político, do professor, do Senador Norberto Bobbio, que, no fim dos anos 70, falou sobre a grave crise pela qual passava a Itália, nossa pátria-mãe. Diz Bobbio ter encontrado dois tipos de previsões sobre o futuro do seu país naquela quadra e naquela conjuntura: um baseado na razão, e outro baseado na fé, no desejo, na expectativa. Para ele, o temor induz ao uso da razão, e diz que temos o dever de sermos pessimistas, pois só a razão pode nos conduzir às medidas necessárias para a superação da crise.

O primeiro passo lógico da razão é o reconhecimento da crise e de suas causas. Sem o reconhecimento da crise, de suas causas, dificilmente nós estaremos conseguindo construir uma grande coalizão em torno de um projeto comum que possa mover o País dessa quadra lamentável, dessa tempestade perfeita, que se forma no ambiente econômico e no ambiente político.

É essa a manifestação que trago, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... sem naturalmente ter a presunção de ser o dono da verdade, mas trazendo, de forma clara, aberta e de peito aberto aquilo que estou refletindo a respeito dessa conjuntura que o nosso País enfrenta e atravessa e da necessidade de haver uma mudança profunda e radical na orientação política nas relações institucionais e na orientação econômica do nosso País.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. Waldemir Moka deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Rose de Freitas.

A SR^a PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Antes de conceder a palavra ao Senador Waldemir Moka, o Senador Omar Aziz estava inscrito e gostaria de fazer uma comunicação, sem prejuízo do tempo de V. Ex^a.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM. Sem revisão do orador.) – Só pela ordem, Sr^a Presidente. Quero fazer um comunicado.

É com muita alegria que recebemos a notícia, hoje, de que a FIFA anunciou que haverá jogos dos Jogos Olímpicos, que se realizarão no ano que vem no Brasil, na Arena da Amazônia. A Arena da Amazônia foi considerada uma das arenas mais bonitas do Brasil.

Eu quero aqui parabenizar o Governador José Melo pelo empenho, o Vice-Governador, Henrique Oliveira, e o Prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, pelo esforço para que esses jogos fossem realizados na cidade de Manaus.

Nós estamos muito felizes, como amazonenses, como manauaras. Ficamos felizes com esse evento dos Jogos Olímpicos, que acontecerá no ano que vem no Brasil, no Rio de Janeiro, e o Amazonas também participará com jogos femininos e masculinos.

A SR^a PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigada.

Com a palavra, Senador Waldemir Moka.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, rapidamente, enquanto o Senador Moka se dirige à tribuna. Fui informado pela assistência técnica do plenário que, durante alguns minutos do meu pronunciamento, houve falha de som. Portanto, solicito a V. Ex^a que considere o meu pronunciamento na íntegra, na medida em que fui informado pela assistência técnica da Casa que houve falha no som.

É a solicitação que faço a V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR RICARDO FERRAÇO

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a imagem que para mim sintetiza a deformação da cultura política brasileira, levada ao extremo pelos governos petistas, é a do ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti, em 2005, logo após se reunir com a então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para cobrar a indicação de um cargo na Petrobras.

Declarou ele à ocasião: “O que o presidente Lula me ofereceu foi aquela diretoria que fura poço e acha petróleo. É essa que eu quero”. Ficou estampado ali um modelo que não só se perpetuou, mas também prosperou intensamente nos últimos anos.

Na prática, estamos diante de uma tempestade perfeita e de uma tragédia anunciada. Os protestos populares que varreram ontem as ruas, as praças e as avenidas do Brasil precisam ser recebidos pelo governo da presidente Dilma com muita humildade e respeito.

Após o movimento das Diretas em 1984, este já é considerado o maior de nossa história. Que lições tirar disso tudo? Quais recados foram dados? O que fazer a partir daqui?

Os indicativos das ruas são na clara direção de que a presidente precisa governar o país com base em nossa realidade e não de olho nas próximas eleições presidenciais.

As manifestações pediram a ela que esqueça o projeto de poder e coloque de pé um projeto de Nação. E reconhecer os equívocos do Dilma 1 é o primeiro passo para isso.

Ontem, quando se comemorava 30 anos da volta à democracia, o recado do povo foi dado. Mas nem mesmo a manifestação robusta de indignação popular foi capaz de fazer a presidente ceder. A ficha ainda não caiu.

Assistimos ao terceiro movimento espontâneo de insatisfação das massas cuja importância o governo insiste em ignorar. Foram três ondas de dimensões crescentes, sendo a primeira com os grandes protestos de junho de 2013. Naquela época, o Planalto prometeu um pacote de medidas, sem qualquer consequência.

A onda seguinte veio com as eleições do ano passado, quando a presidente foi eleita com 55% dos votos, mas sem o apoio de 80 milhões dos 135 milhões de eleitores.

Por fim, chegamos ao terceiro grande movimento, com a ocupação pacífica dos espaços públicos das maiores cidades, uma avalanche humana sem precedentes. De novo, nenhuma autocritica. As declarações dos ministros José Eduardo Cardozo, da Justiça, e Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral da Presidência, repetem promessas vazias, como uma reforma política e uma legislação anticorrupção.

Sinceramente, a fala dos ministros foi desfocada da realidade, tal qual Alice no País das Maravilhas. Foram arrogantes e evasivos, dizendo mais do mesmo – de novo, como sempre fizeram, numa tentativa de ganhar tempo.

A ficha precisa cair, para o bem de todos. Classificar o movimento de ontem como reação dos eleitores do Aécio é um absurdo. Atribuir o caos econômico ao cenário internacional é desconcertante.

Muitos países, embora tenham sido afetados mais seriamente pela crise de 2008, crescem mais que o Brasil. Eles têm conseguido melhorar os níveis de emprego, suas indústrias permanecem mais competitivas que as nossas, a inflação está sob controle e, de modo geral, suas contas públicas têm melhorado de forma significativa.

O caminho para o Brasil é a mudança imediata de métodos políticos e gerenciais. Em suma: mais foco no interesse da sociedade e menos no interesse eleitoral. Fazer o mea culpa, reconhecer os equívocos, admitir a necessidade de correção de rumos.

A vitória apertada de Dilma sobre Aécio foi apenas mais um sinal desse estresse. Mas Dilma, o PT e sua base seguiram adiante com a mesmice. Os mesmos 40 ministérios, os mesmos métodos de aparelhamento e os condomínios do poder.

Menosprezar o recado das ruas é um erro que cobrará muito caro ao governo. Mas, tal qual a fábula do escorpião e do elefante, por mais que prometam agir diferente, não conseguem dominar os próprios instintos negativos.

Meus amigos, toda essa conjuntura adversa não é obra do acaso. Tudo isso é produto e resultado da manutenção de um modelo político e gerencial que se esgotou. O quadro deve-se à tentativa não apenas de manutenção de um sistema patrimonialista, mas do seu aprofundamento.

O sociólogo alemão Max Weber definiu o patrimonialismo como uma forma de dominação política que solapa as divisões entre o público e o privado. O cientista político gaúcho Raymundo Faoro, em sua obra clássica “Os Donos do Poder”, de 1958, recorreu a esse conceito para explicar o atraso do país como resultado da dominação do aparato burocrático e do aparelhamento do grupo dominante.

De volta aos dias atuais, percebemos que a construção da aliança que governa o país se deu com base nesses princípios patrimonialistas. Foram adotados métodos pragmáticos e inconsequentes de conquista e de busca de apoio, que atingiriam as suas últimas consequências. Foram práticas condenáveis que tomaram o lugar da negociação, do diálogo e do respeito ao bem coletivo.

Somos vítimas de uma crise sem precedentes, expressa na péssima qualidade dos serviços públicos. Esse é o quadro desastroso, com apenas 75 dias de governo completados hoje. E o Congresso brasileiro precisa fazer o mea culpa. Se o Planalto é a locomotiva, o Legislativo foi o vagão.

Os dois milhões de cidadãos que foram ontem às ruas, para protestar contra a carestia, contra a corrupção e contra a falta de liderança nacional ainda aguardam respostas dos seus representantes.

Os manifestantes também foram às ruas para criticar a péssima qualidade dos serviços públicos, a despeito de uma carga tributária entre as mais pesadas do mundo. Os cartazes com reclamações levados às ruas são um eco das manifestações de 2013. Só que, de lá para cá, as coisas só pioraram.

A maioria da população não imaginava que tudo continuaria como antes, sem o governo caminhar na direção daquilo que precisaríamos ver. O que melhorou na vida dos brasileiros desde então?

Pois é, até determinado momento, muita coisa melhorou da porta para dentro dos lares, com o poder de compra permitindo o acesso a novos patamares de consumo, da TV de plasma ao automóvel. Mas, enquanto isso, da porta para fora se instalava um caos.

Lamentavelmente, o drama chegou também da porta para dentro. A inflação, os reajustes de tarifas públicas e a piora no mercado de trabalho levaram ao povo a incerteza de manutenção de suas conquistas, ameaçadas pelas escolhas equivocadas do Dilma I. Faltou planejamento, sobrou populismo e demagogia, priorizando a reeleição e nenhuma real evolução do nosso país.

A melhoria da porta para dentro adveio de condições econômicas que o país não soube aproveitar corretamente e nem criar as bases para a sua sustentabilidade. Tal qual a fábula da cigarra e da formiga, os governantes abusaram da fanfarronice nos tempos externos a favor, entre o Lula 2 e a Dilma 1. A irresponsabilidade e o desprezo aos alertas foram abafados na festa petista, até que o inverno chegou e a casa caiu.

Uma frase do megainvestidor Warren Buffett também traduz de forma simples e clara o Brasil de hoje: “Quando a maré baixa é que descobrimos quem estava nadando nu”. Até o fim de 2010 o Brasil surfou na melhor conjuntura internacional já vista.

Variáveis externas independentes da vontade do governo, como o preço nas alturas das matérias-primas exportadas pelo país, renderam US\$ 100 bilhões extras ao país entre 2003 e 2008.

Passado esse período de ouro, percebemos agora o que deveria ter sido feito e não foi, para preparar o país para os momentos mais desafiadores e avançar de forma duradoura. O que nos falta hoje deve-se à postura de cigarra dos governos do PT. Bastou o cenário mudar para a economia revelar sua face real.

Contra os erros absolutos de Dilma 1 continuados por Dilma 2, a população expressou, de forma inequívoca, toda sua indignação.

Inspiradas pelo espírito cívico, as grandes manifestações registradas em diversos pontos de nosso país eliminaram as últimas dúvidas em torno da gravidade do humor do brasileiro neste momento.

Foi prometido pela presidente um novo governo, com novas idéias, mas veio mais do mesmo. Quando víamos no Mensalão o fim do mundo, o Petrolão mostrou que ele era apenas o começo de algo ainda mais escandaloso. A sanha do privado em se apropriar do público não conheceu limites.

A mentira e a demagogia não deram trégua. O improvisado e a empulhação continuam gerando situações revoltantes. Como é possível um governo que proclama o slogan “Brasil, Pátria Educadora” enfraquecer instrumentos essenciais para o setor como o Fies e o Pronatec?

O Petrolão, filho direto do infame Mensalão, engendrou uma batalha que não para de produzir episódios desonrosos ao país no contexto das nações.

O que foi revelado, na prática, é um método esgotado de governar. Vejamos aqui a conexão entre uma coisa e outra, como demonstrações de uma corrupção generalizada e endêmica. Ao continuar tratando o patrimônio público como propriedade de um grupo político, os desdobramentos só poderiam ser os piores possíveis.

O maior escândalo de corrupção da história brasileira trouxe à tona fatos chocantes, alguns dos quais levarão anos para serem decifrados. E a prova material mais contundente dessa tragédia é a repatriação de ao menos R\$ 182 milhões desviados da Petrobras, graças à atuação republicana do Ministério Público.

O professor Marco Aurélio Nogueira ensina que os graves impasses nacionais só podem ser superados pela política com P maiúsculo. Precisamos restaurar a confiança na grande política, como uma ferramenta capaz de levar ao encaminhamento dos conflitos, tal qual preconiza em suas raízes gregas. Não há outro caminho a seguir senão o da sensatez dos homens públicos contra a polarização de todos contra todos.

O quadro institucional brasileiro é gravíssimo. O momento, meus senhores e minhas senhoras, é, pois, o de exaltar o papel da política. É ela que pode nos conduzir à solução dos impasses.

Como bem frisou o saudoso senador Afonso Arinos nesta mesma tribuna, o “nosso dever é fazer política, e fazer política é praticar e defender a liberdade. É honrar nosso mandato, sustentar nosso trabalho, enobrecer a memória do nosso tempo”.

O país está paralisado, com sua economia debilitada e a sua governança conflagrada e desacreditada. Essa falta de um poder moderador, além desse predomínio de atmosferas carregadas, resulta unicamente do esgotamento de um modelo político ancorado em objetivos escusos e imediatos.

É estarrecedor e contraditório ver a falta de respaldo da presidente ao ministro da Fazenda para que ele consiga cumprir sua dura missão de restaurar a credibilidade na economia.

O governo insiste no argumento espúrio de que os opositores e os manifestantes nas ruas estejam operando em favor de um terceiro turno das eleições presidenciais de 2014. Ora, mas é o próprio Planalto que parece não querer sair da retórica eleitoreira do segundo turno, dividindo o país entre duas classes sociais antagônicas.

E a prática se perpetua. Imersa em seu isolamento, a presidente aparece na televisão para fazer um pronunciamento divorciado da realidade. As reações da população foram inevitáveis, provocadas em sua indignação. Quando a palavra impeachment emerge disso tudo, cabe-nos fazer uma pausa em favor da razão.

Meus senhores e minhas senhoras. Ninguém questiona a legitimidade do cargo da presidente Dilma, eleita pelo voto popular. Mas é preciso deixar bem claro que nós, eleitos pelo povo, não podemos tudo. Temos direitos, limites e responsabilidades inerentes aos cargos que ocupamos. Se não correspondermos às expectativas e se não seguirmos certos princípios previstos na Constituição, estamos sujeitos a questionamentos.

A conjuntura é de radicalismo e temos de manter o controle civil e civilizado para não adentrar a esse capítulo. Temos de tomar decisões oportunas e combater todo tipo de oportunismo.

O “presidencialismo de coalizão”, que sustenta o governo da presidente Dilma até aqui, mais parece agora um “presidencialismo de colisão”. Dias de alta tensão e de alto risco decorrem de uma incapacidade da chefe do Executivo em abordar os problemas de forma realista e criar as condições para que as soluções negociadas se afluem.

É com esse propósito que gostaria de propor à presidente Dilma a apresentação ao Congresso e à sociedade de um plano para superar a crise. Este gesto precisa expressar a sincera intenção de encontrar soluções, com análises realistas e propostas concretas. Na seara política, o esforço deverá estar centrado na busca do diálogo, sem qualquer embargo às investigações dos escândalos políticos.

Definitivamente, o Planalto precisa deixar de orientar suas ações com olhos na eleição presidencial de 2018 e passe a tratar do impasse presente com a seriedade que ele merece.

No campo econômico, é preciso ir além do ajuste fiscal e da reorganização das finanças públicas do Brasil para superar um déficit nominal das contas públicas de 6,7% do PIB, um dos maiores do mundo.

É preciso que o governo sinalize qual é o projeto de desenvolvimento a ser perseguido a seguir. Sim, porque o ajuste fiscal é só um meio e não um fim em si mesmo. O sacrifício proposto precisa estar ancorado no convencimento de que o governo está comprometido com algo mais auspicioso e concreto.

Em obra do fim da década de 70 sobre a gravíssima crise pela qual passava a Itália, o pensador Norberto Bobbio diz ter encontrado dois tipos de previsões sobre o futuro do seu país, um baseado na razão e outro na fé, no desejo.

Para ele, o temor induz ao uso da razão e diz que temos o dever de sermos pessimistas, pois só a razão pode nos conduzir às medidas necessárias para superação da crise. O primeiro passo lógico da razão é o reconhecimento da crise e de suas causas.

Meus senhores e minhas senhoras, chegou a hora de o governo reconhecer seus erros. Esse é o pressuposto para encontrar as soluções e superar a crise. Não há mais tempo para agir diferente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esclareço que durante o tempo em que estamos na Presidência esse fato não ocorreu, a não ser no momento da fala do Senador Agripino, mas vamos reiterar com as notas taquigráficas, rever e reconsiderar, por favor, essa falha cometida.

Com a palavra, o Senador Waldermir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Rose de Freitas, Senadores aqui presentes, vou ler algo que me chamou a atenção. Confesso que é algo que certamente partiu da indignação, creio eu.

É uma matéria da jornalista Natuza Nery, de Brasília, de 15 de março de 2015, às 20h24.

Ela deve ter entrevistado o Senador logo após as manifestações, ainda no calor do momento.

Diz a matéria:

Num raro desabafo, um senador petista colocou para fora toda sua frustração com o governo ao ler uma reportagem da Folha na qual um ministro, em caráter reservado, diz que a Polícia Militar inflou os números das manifestações em São Paulo neste domingo.

Petista histórico, [o meu amigo, por quem tenho grande admiração desde a época em que fomos Deputados juntos, na Câmara dos Deputados] o Senador Walter Pinheiro (BA) afirmou que o governo, ao qual apoia, não consegue ouvir a sociedade, não consegue admitir erros, está atolado em letargia e se perde em avaliações erradas de que os protestos foram liderados por eleitores do tucano Aécio Neves. Pinheiro também contraria o discurso oficial de que as manifestações contra a presidente da República visam provocar um “terceiro turno”.

“Tem uma frase dizendo que a polícia inflou [ele diz]. Pelo amor de Deus, acreditar que um ministro pense isso. Eu lamento que um ministro tenha dito isso. Ao invés de ficar preocupado se tinha 10 ou 10 mil, pois não devia se preocupar com a quantidade, deveria se preocupar com o recado, não importa de quem veio”, disse [Walter Pinheiro].

(...) Pinheiro diz que o governo precisa tentar entender quais são esses recados das ruas. “Na minha opinião, esses recados vêm desde a eleição. Não é terceiro turno, é continuidade do recado. Temos que parar e olhar para trás para ter capacidade e coragem de falar dos erros (...). E continuou, entre incrédulo e abismado, o desabafo: “Pelo amor de Deus! Não é possível, não é possível, não é possível!”, desabafou. No PT, Dilma tinha sido alvo de críticas quanto à condução do governo no atual momento de crise, mas não é comum alguém verbalizar insatisfações publicamente, como fez [esse extraordinário homem público, o Senador Walter] Pinheiro.

“Vou ficar avaliando se a manifestação é de classe baixa, de média, de alta? Nós não ganhamos a eleição com essa margem folgada na sociedade. Nós tivemos um recado na eleição. Pelo amor de Deus.” Segundo ele, “não é problema com o Congresso, é com a sociedade. É com isso que estou preocupado. O meu governo não consegue falar com a sociedade, (...)!”

“É sempre esse discurso pra dentro. E qual é o rumo? O que vamos apresentar pra sociedade? Aí chega um cara e diz que a Polícia Militar inflou o número de manifestantes? Quase 90 dias de governo e não se consegue dar uma palavra. Será que ninguém entende que tem alguma coisa errada? (...) O que é isso?”, indagou.

Para ele, ao invés de olhar a manifestação para saber quem estava e quantos eram, tem que tentar entender onde o governo está errado. “A única forma de fazer isso é admitir erros. O conteúdo está errado, não é só a comunicação. Se meu conteúdo estiver errado, não chegará do outro lado. Porque eu não estou falando a língua do povo.”

Vejam, Senador Ricardo Ferraço e Presidente Rose de Freitas, isso foi dito por alguém que, V. Ex^a conhece, que o Senador Ricardo Ferraço conhece e que eu, particularmente, conheço muito. Sei da sua seriedade, sei que isso nasceu espontâneo de Walter Pinheiro, porque o Walter sempre foi assim, ele expressa exatamente aquilo que pensa.

E não se trata de dizer que o Walter Pinheiro está rebelde ou coisa parecida. É claro que eu não falei com o Walter Pinheiro. Até vou pedir desculpas, mas como isto foi publicado por um jornal de credibilidade, a jornalista é uma jornalista também de credibilidade e está entre aspas, eu suponho que isso realmente foi dito pelo meu amigo Senador Walter Pinheiro.

E a partir disto é que quero dizer que penso exatamente como o Senador Ricardo Ferraço. E sou um Senador – V. Ex^{as} me conhecem – que tem independência e boa vontade, sou aqui capaz de fazer sacrifícios eleitorais se conseguir enxergar que existe um propósito nos ajustes fiscais a fim de tirar o País dessa letargia, como diz e afirma o Senador Walter Pinheiro.

Aqui está um Senador que quer contribuir, Senadora Presidente, que quer ajudar o seu País. Acho que temos que parar de pensar em eleição e temos que pensar nas próximas gerações; parar de pensar em eleição e sinalizar, mostrar isso para as próximas gerações.

Este é um País que tem um potencial incrível, e nós temos que tirá-lo, neste momento, do marasmo político, com uma crise sem proporção que é essa crise da Petrobras, e agora essas manifestações. Porque se o Governo não tiver a capacidade de admitir os erros, Senador Ricardo Ferraço, essas manifestações só vão aumentar, eu tenho isso comigo. Se não vier alguém – eu gostaria que fosse a própria Presidente Dilma, afinal de contas, ela foi eleita para isso – e disser com todas as letras: “Olha, eu tentei fazer uma política anticíclica, tentei salvar os empregos, tentei estimular o crédito, mas isso não deu certo, ou pelo menos deu certo, depois se exauriu e criou esse problema”.

Um dos problemas dos caminhoneiros, por exemplo, é a oferta de crédito de 2,5% ao ano, que estimulou gente que nunca tinha pensado em comprar um caminhão e aí se aventurou. Gente que tinha um negócio e produzia, como é o caso dos grandes produtores de algodão, de soja e de milho. Eles perceberam, com aquele crédito ofertado, que era possível, além de produzirem seu produto, terem uma frota para transportar. De repente, foram colocados no mercado mais de um milhão de caminhões, havia oferta para esse frete. Quando acabou a carga, porque a indústria diminuiu a produção, porque a produção lá em Mato Grosso diminuiu, atrasou, aí o frete ficou lá embaixo, porque havia um monte de oferta de caminhões e pouca carga. Nesse momento, o frete baixa e aumenta o óleo diesel. O custo do combustível passa de 35% ou 40% do valor do frete para 60%, e a equação não fecha mais. É disso que estamos falando.

Então, é preciso fazer os ajustes fiscais que a Presidente Dilma mandou para a Casa. Nós precisamos conversar a respeito disso, discutir esse sacrifício, que é de toda a população.

Agora, é difícil pedir sacrifício para a população quando você vê – vou usar uma expressão chula – a roubafeira na Petrobras que não acaba mais.

Parece siri, não é? Você tenta puxar um siri, aí sai uma trinca junto, tudo “escangalhado”. É verdade isso! É um negócio de maluco. Quer dizer, nós precisamos fazer isso. É preciso tratar essas coisas com seriedade porque, senão, junto com essa crise vai o Congresso. E, aí, perde-se a representatividade.

Aliás, o movimento de ontem, do qual fiz questão de não participar não porque tivesse algum tipo de receio, porque a população do meu Estado, graças a Deus, me conhece, mas eu não queria e não quero parecer oportunista. Porque quem convocou, quem liderou o protesto não foi nenhuma liderança política. Foi espontâneo, nasceu da indignação, nasceu daqueles que querem ter um País em que as coisas sejam mais sérias, mais transparentes e, sobretudo, mais dignas.

Eu quero aqui dizer que vim hoje, fiz questão de estar aqui, para dizer que na minha cidade, lá na capital do meu Estado – a minha cidade é minha querida Bela Vista, uma cidade pequenina, lá na fronteira, onde começa este País –, em Campo Grande, onde estudei e por quinze anos fui professor, onde concluí o meu curso de médico, eu vi uma mobilização que nunca tinha visto antes, uma mobilização pacífica, ordeira, de gente que pedia: “Pelo amor de Deus, nós temos que salvar o nosso País”.

É isso que eu recolhi e me sinto na obrigação de dizer. Às vezes, você fica tanto tempo como Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, que dá a impressão de que é dono do seu mandato. Não é assim! Nós temos um mandato para representar a população do nosso Estado. Se não prestamos atenção, nós nos distanciamos disso.

Estou disposto a dar a minha parcela de contribuição, mas quero discutir o que virá depois desse ajuste fiscal. Nós vamos fazer o ajuste, a população vai passar por esse sacrifício. E daí, o que vem depois? Também vamos cortar as despesas do Governo? Vamos fazer com que o Governo também faça a sua parte? Isso é fundamental.

Então, eu acho... Eu tenho aqui que o Governo Federal tem que assumir culpas. Isso sim, dizer onde errou, explicar com clareza sobre os aumentos de impostos, de taxas, de luz e água, além de cortes de recursos em áreas como educação no caso do Fies. Enquanto o Governo continuar tergiversando sobre os motivos das manifestações, não dizendo claramente onde errou, a população vai seguir inquieta e os protestos podem se avolumar ainda mais nos próximos meses.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a me permite duas breves observações...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como não? Com prazer.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... a respeito desse extraordinário pronunciamento que V. Ex^a faz à Nação? São duas as observações, Senador Moka. Conhecendo V. Ex^a – com quem tenho compartilhado, como disse aqui, tantas lutas e bons combates –, assim como o Senador Walter Pinheiro, não me surpreende essa fala franca, esse desabafo aberto. Walter Pinheiro é um homem que Deus livrou do sentimento do medo porque nós o conhecemos aqui e sabemos que ele expressa o que pensa de forma muito aberta. Então, a fala do Senador Walter Pinheiro é uma fala absolutamente lúcida e, eu como V. Ex^a, peço também desculpas porque estamos falando aqui de um companheiro que não está presente, mas se estivesse presente, eu também assim me pronunciaria e quero crer que em algum momento, teremos essa oportunidade. Mas, veja bem V. Ex^a o alcance e a profundidade disso que está falando. Se o que está sendo proposto está correto, o que foi proposto estava errado. Porque o que está sendo proposto é a desconstrução de tudo aquilo a que nós brasileiros estivemos submetidos nos últimos anos. E não foi por falta de debate, de aviso, de que havia equívocos na condução da política energética brasileira, de que o Governo não poderia continuar com sua criatividade contábil, com suas pedaladas fiscais. Se tudo que está sendo feito está certo, o que foi feito estava errado. Ou vice-versa. Então essa é uma premissa para que nós possamos... Eu também, como V. Ex^a, sou movido à boa vontade, mas a boa vontade tem que ter regra, tem que ter premissa. E outra coisa importante que V. Ex^a fala. Mandato não é propriedade particular de quem exerce, mandato é uma delegação, mandato é uma representação. Nós não estamos acima da lei, nós temos limites, deveres e responsabilidades e qualquer excesso tem que ser questionado. Nós precisamos ter absoluto cuidado com o exercício daquilo que nós estamos fazendo aqui, porque nós devemos, sim, a todo momento, satisfação à população, dos nossos atos. É a modesta contribuição que trago a V. Ex^a, mas cumprimentando-o pelo esmero e pela precisão das suas palavras.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço, e eu quero terminar.

Nós somos 81 Senadores. É muito fácil, nesta Casa, uma conversa, que seja com as Bancadas partidárias, uma conversa franca, uma conversa aberta. Nós vamos neste caminho aqui. Ele é difícil, ele é espinhoso, mas, logo depois, nós vamos ter o País saindo dessa crise. É isso que eu quero ouvir, porque, aí, eu vou poder dizer, lá, no meu Mato Grosso do Sul, “nós temos que fazer isso, porque nós temos que cumprir essa etapa.”

Agora, sem discutir com ninguém, mandar para cá e achar que, aqui, nós vamos aprovar isso, sem um debate, sem conversar, aí, não dá, porque, aquilo que eu disse, eu vou ficar sintonizado, exatamente, com a população que me outorgou, que me deu o direito de, aqui, representá-la, e disso eu não vou abrir mão.

Não sou Senador de oposição. O meu partido, o meu MDB velho de guerra, do qual eu faço parte desde 1978, e é o meu nono mandato pelo mesmo Partido, e olha que eu já divergi inúmeras vezes, mas não saio da minha trincheira.

Então, eu estou aqui e não vou abrir mão, mas, a qualquer momento, desde que convencido, eu quero dizer, eu sou um Senador independente, posso votar a favor ou posso votar contra, mas a minha índole, a minha boa vontade, neste momento, é de pensar no meu País. E, se eu tiver que fazer algum sacrifício eleitoral, mas, visando a que esse País vai sair disso, dessa letargia, eu sou capaz de fazer, mas preciso ser convencido para isso.

Por enquanto, eu vou ficar com o discurso do meu amigo, desse, por quem eu tenho uma enorme satisfação, que é o Senador Walter Pinheiro.

Muito obrigado, Senadora Rose de Freitas.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com a palavra, o Senador Ataídes Oliveira, para o seu pronunciamento. Parabenizando o Senador Waldemir Moka pelas suas colocações tão oportunas e tão compatíveis com os interesses da população brasileira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem eu tive a oportunidade de participar da manifestação popular na capital do meu querido Estado, Tocantins. Como é sabido, a capital tocantinense é a mais nova do Brasil, hoje com seus 26 anos. Tínhamos mais de 18 mil pessoas nessa manifestação, a maioria famílias, idosos, jovens, todos com caras pintadas. Foi uma manifestação belíssima, pacífica. Eu ratifico a minha alegria de ter participado. E ali, a voz era uma só: “Não aceitamos mais o Governo Dilma! Não aceitamos mais o Governo do PT!” Foi estarrecedora a voz do povo na nossa capital.

Srª Presidente, ontem a poderosa voz do povo brasileiro se fez ouvir. Os vidros blindados e as paredes reforçadas dos palácios de Brasília não foram capazes de conter o som inconfundível da democracia. A Presidente Dilma, finalmente, foi obrigada a ver, ouvir e sentir que ela e seu Partido não estão em sintonia com a sociedade brasileira. A mensagem, alta e clara, foi uma só: “Chega!” O grito das ruas ecoou por todo o País, repudiando o Governo, a corrupção, a incompetência, o desemprego e a inflação.

Mas, acima de tudo isso ou o melhor de tudo isso, o repúdio popular teve um alvo perfeitamente identificado: o projeto de poder do PT. O povo brasileiro, que aprendeu a duras penas ser livre, não aceita esse projeto degenerado de poder que tenta dominar as instituições democráticas. O PT ofendeu as regras da própria democracia, enfraquecendo o valor do indivíduo na sociedade e distorcendo a vontade popular com promessas insustentáveis e mentirosas.

Depois de ontem, com a manifestação extraordinária de força e de união de mais de dois milhões de brasileiros nas ruas, já se pode afirmar sem receio: este Governo é um cadáver adiado! Podemos afirmar que este Governo é um cadáver adiado! Não insista, Presidente Dilma, em negar a legitimidade dos que protestam contra o seu Governo! Na democracia, a voz de cada cidadão tem o mesmo valor, seja qual for a sua cor, seja qual for a sua condição social. E, ontem, as vozes dos brancos, dos negros, dos ricos, dos pobres, dos trabalhadores, dos estudantes e dos desempregados uniram-se contra o seu Governo ou contra o PT. Apenas em Palmas, a capital do meu querido Tocantins, como eu disse e ratifico, mais de 18 mil pessoas nas ruas pedindo o afastamento constitucional da Presidente Dilma. No Brasil todo, milhões de pessoas deixaram o aconchego de suas casas ou de seus lares, em pleno domingo, para se manifestarem contra o Governo e o PT.

A Presidente Dilma já não encarna o desejo de mudança que moveu ontem as famílias brasileiras. Ao contrário: seu Governo é hoje o obstáculo que impede, que atrasa essa mudança tão desejado por todos. E os obstáculos – não se engane, Presidente Dilma – eles existem para serem removidos. Seu Governo não atende mais os anseios do povo brasileiro e será, implacavelmente, varrido pela onda popular que ontem ganhou corpo. Não há barreira possível contra um tsunami dessa intensidade.

O afastamento constitucional de um presidente eleito é, realmente, um processo traumático e doloroso, que marca profundamente a Nação. Mas o Brasil já trilhou esse caminho e a história deixou claro que essa foi a melhor e sábia decisão de nossa jovem democracia. E esse processo, embora tenha seu foro nas Casas do Congresso Nacional, não começa aqui, ele começa nas ruas.

Este Parlamento é apenas uma caixa de ressonância da vontade popular, como deve ser numa democracia. O som que ecoa lá fora, nas ruas, reverbera aqui.

Hoje, Presidente Dilma, as ruas pedem afastamento – seu afastamento –, seu Governo se tornou um pesado obstáculo a ser removido pela vontade popular, que se expressa nas urnas, é verdade, mas também se expressa neste Parlamento, por meio de seus representantes democraticamente eleitos.

Impeachment, a palavra quase proibida nos corredores do poder de Brasília, já é ouvida e falada em todos os cantos deste País. Nos quatro cantos deste País.

Em sua extraordinária sabedoria, o povo entendeu que V. Ex^a rompeu a dignidade de seu cargo ao permitir que uma quadrilha se instalasse e operasse no seio de nossa maior empresa, sangrando o patrimônio em benefício eleitoral próprio ou de seus companheiros políticos.

Se a Constituição lhe dá imunidade temporária para não responder criminalmente por atos praticados antes do início do seu mandato, o mesmo não acontece com a responsabilidade política decorrente dos atos. Não há imunidade constitucional que a proteja de responder politicamente pelas ações ou omissões que lançaram a Petrobras no caos atual.

O instrumento constitucional que esta Casa tem para investigar seus atos e omissões, Presidente Dilma, é a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). Os milhões de brasileiros, nas ruas, ontem, protestando de forma veemente e pacífica pelo afastamento da Presidente Dilma nos impuseram o sério dever de, pelo menos, iniciar as investigações dos atos e das omissões da Presidente Dilma e também do ex-Presidente Lula. É a responsabilidade decente, equilibrada e sensata que esta Casa pode dar aos brasileiros que se manifestaram ontem. Convoco as forças políticas desta Casa, Sr^a Presidente, que não estejam cooptadas pelo Governo para darmos início à coleta das assinaturas necessárias à instalação de uma CPI específica para investigar a responsabilidade política da Presidente Dilma. Devem ser investigadas também as graves denúncias de que, no final do mandato do Presidente Lula, o caixa da Petrobras foi saqueado por uma verdadeira quadrilha e abasteceu a campanha de 2010 e também a de 2014, que elegeu a Presidente Dilma Rousseff.

E aqui não há mais dúvida. Os delatores dessa Operação Lava Jato disseram, claramente, que a Presidente Dilma e o ex-Presidente Lula sabiam de tudo o que estava ocorrendo dentro da Petrobras. E mais, a Presidente Dilma era Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, a Presidente Dilma foi Ministra de Minas e Energia, a Presidente Dilma foi Ministra-Chefe da Casa Civil. Hoje, ela é Presidente da República. Será que ela não sabia nada do que estava acontecendo dentro da Petrobras? Vamos investigar. É o dever deste Parlamento, e nós não podemos nos safar dessa nossa responsabilidade e das nossas atribuições. E, a partir de amanhã, começarei a coletar as assinaturas.

Nesse processo, a Presidente não poderá se acovardar e se esconder atrás de seus subordinados, como fez ontem, vergonhosamente. No momento em que o Brasil mais precisou de uma estadista no comando, a Presidente Dilma se acovardou. Em vez de se dirigir pessoalmente à Nação, para reconhecer seus erros e anunciar uma mudança drástica de rumos – o que seria a única coisa decente a se fazer –, a Presidente Dilma mais uma vez se omitiu na sombra dos seus auxiliares, que tentaram improvisar uma reação ao movimento popular que varreu o País. Mas essa reação improvisada, arranjada de última hora, foi desastrosa. Sem conseguir falar uma língua que o povo compreenda e mostrando um distanciamento da realidade, que amplia o fosso entre o povo e o Governo, os Ministros Cardozo e Rossetto provocaram outro panelaço, tal como aquele que ocorreu e que impediu o País de ouvir as bravatas ditas em rede nacional pela Presidente no último dia 8 de março.

Não se engane, Presidente: seu prometido pacote anticorrupção, anunciado desde 2013, não conterà a onda verde e amarela que ontem tomou conta e tomou corpo. Esse pacote, se vier, estará marcado pelo oportunismo político mais baixo e pela hipocrisia de um Governo que finge defender os interesses nacionais, enquanto permite que o nosso patrimônio seja roubado dia após dia.

Na verdade, o que o povo quer é o combate implacável à corrupção, mas não enxerga no Governo atual um agente capaz de conduzir essa tarefa.

O ambiente não permite mais omissões do Governo. A Presidente e cada um dos seus 39 Ministros serão cobrados, vaiados e repudiados por onde quer que passem no Brasil. E agora, há poucos dias, a imprensa publicou que a Presidente Dilma pretende criar mais um ministério para atender à sua Base. Aí, sim, Presidente Dilma, será, então, a Presidente Dilma e os seus 40 ministérios.

E nós, nesta Casa, Sr^a Presidente, também seremos cobrados e também deveremos prestar contas de nossas ações e omissões. Por isso, temos o dever de agir, abrindo a investigação sobre a responsabilidade política da Presidente, já que sobram indícios de que ela, por ação ou omissão, violou os deveres do seu cargo.

E eu rogo, pelo bem do Brasil, que o Governo não continue tentando negar ou diminuir a importância do que aconteceu ontem nas ruas de todo o nosso País. Em número absoluto de participantes, foi a maior manifestação democrática da história do Brasil. Nem mesmo as do Diretas Já, que trouxeram nosso País de volta à democracia, levaram tantos brasileiros às ruas, ao mesmo tempo. O Brasil ontem falou por meio de seu povo. Todos nós representantes da sociedade temos o dever de ouvir.

A verdade, Sr^a Presidente, é que depois de 13 anos ditando, de forma errática, os rumos desta grande Nação, impondo-nos um atraso que levaremos décadas para superar, o projeto de poder do PT encontra seu fim. E que fim melancólico! Esse Partido, que se formou com o discurso da ética, tem hoje muitos de seus principais líderes condenados à prisão e tantos outros no mesmo caminho. Esse Partido, que se quis como a verdadeira expressão da vontade popular, tem hoje que se esconder nos palácios, fugindo do contato com o povo, para não ser vaiado, repudiado e cobrado. Esse mesmo Partido, que recebeu tantos apoios em 1989, tem hoje enor-

me dificuldade para dialogar com o Congresso Nacional e mantém sua Base permanentemente em estado de guerra – isso nós estamos vendo aqui no dia a dia.

Até mesmo o diálogo com a sua Base neste Congresso Nacional está estremecido. Imaginem, então, o diálogo com o povo brasileiro. Esse deixou de existir logo após o Presidente Lula assumir em 2003.

Corrupção, alienação quanto aos verdadeiros interesses do povo e incapacidade de diálogo com outras fontes de representação da sociedade foram as três causas da morte do projeto do PT. Repito: corrupção, alienação quanto aos verdadeiros interesses do povo e a incapacidade de diálogo com outras fontes de representação da sociedade. Foram essas as três causas da morte do projeto do PT.

O Partido, que se quis como ente de razão da sociedade, acabou. No Brasil, não há espaço para essas aventuras antidemocráticas. A morte desse projeto de poder, mais cedo ou mais tarde, resultará também no fim do Governo da Presidente Dilma. A morte desse projeto vai culminar, evidentemente, com o fim deste Governo.

Que os defensores do Governo não se enganem: a marcha dos 2 milhões de brasileiros ocorrida ontem, dia 15 de março, atravessou o Rubi cão, e não há força capaz de fazê-la retornar. Não há discurso de ódio, não há tentativa de desagregação da sociedade, não há, enfim, nada que possa ser feito para evitar que o povo brasileiro, unido, marchando por todo o País, alcance o objetivo e faça valer a sua vontade.

Fora Dilma! Fora Lula! Fora PT! Esse foi o verdadeiro recado das ruas, e esse recado não será contido. O 15 de março já está na história, foi o dia em que o Brasil começou a sair do vermelho.

É interessante, Sr^a Presidente. Em 2003, quando o ex-Presidente Lula assumiu o governo, ele pegou o caixa do País lotado de dinheiro. Vendo aquilo, ele fez uma verdadeira farra com o dinheiro público, uma verdadeira gastança. Eu me lembro de que, em 2012, a folha de pagamento da União era de R\$62 bilhões; hoje já ultrapassou os R\$300 bilhões. A dívida interna do nosso País era de R\$691 bilhões; hoje a dívida interna do País está na casa dos R\$2,5 trilhões. Vejam que barbaridade! Os gastos estão extremamente descontrolados, com essa máquina literalmente inchada – e agora estão falando de 40 ministérios. Ainda bem que deixamos uma Lei de Responsabilidade Fiscal, lei essa que ano passado foi estuprada por este Congresso Nacional, evidentemente pela Base governista.

Sabemos que o desastroso governo do Presidente Lula e o desastroso Governo da Presidente Dilma vão custar muito caro para o País.

Hoje o Ministro Levy, seguindo as orientações...

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... da Presidente Dilma, quer meter a mão ainda mais no bolso do trabalhador. Só que eles esqueceram que não há mais como tirar dinheiro do bolso do o trabalhador. Temos uma das maiores cargas tributárias.

O que esse Governo tem que fazer, Sr^a Presidente, é acabar com essa corrupção, é equilibrar essas contas públicas.

São bilhões, bilhões e bilhões jogados no ralo! No caso do Pronatec, que, como eu já disse aqui, é um programa extraordinário, mas mal administrado, foram mais de R\$8 bilhões jogados no ralo. No caso do Fies, o valor saiu de pouco mais de R\$1 bilhão para R\$13 bilhões; no do seguro-desemprego, saiu de R\$3 bilhões para pouco mais de R\$13 bilhões; no do seguro defeso, saiu de pouco mais de R\$500 milhões para pouco mais de R\$2 bilhões. Isso tudo não passou de programas para conseguir a vitória no dia 5 de outubro de 2014. E, agora, o povo brasileiro é que tem de pagar a conta? Não, Sr^a Presidente!

Para encerrar, Sr^a Presidente, quero deixar um recado para a Presidente Dilma e para seus Ministros, que anunciaram ontem que será adotada uma série de medidas para combater a corrupção no Brasil. Foi dito ontem por seus Ministros que serão adotadas várias medidas para combater a corrupção no País. Isso foi feito depois de 13 anos de governo.

Presidente Dilma, não precisa adotar várias ações. O povo não acredita mais em V. Ex^a e muito menos no ex-Presidente Lula! Basta uma ação só, Presidente Dilma! V. Ex^a precisa adotar só uma ação que vai deixar milhões de brasileiros muito contentes e que vai salvar este País. Sabe qual é, Presidente? Renuncie e leve consigo o ex-Presidente Lula e o PT!

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu gostaria de solicitar ao Senador para assumir a Mesa, para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

Agradeço a gentileza do seu gesto.

A Sr^a Rose de Freitas deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ataídes Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra, a Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, por gentileza, V. Exª assume a Mesa, para que eu possa também fazer uma reflexão com o povo brasileiro, já que temos um plenário extremamente esvaziado nesta segunda-feira. Quero dizer que, neste momento, tenho duas reflexões a fazer, reflexões que a história política dos capítulos de que participei nesta Casa me permite fazer.

Fui Deputada Estadual em 1982 e fui Constituinte em 1987. Estou no oitavo mandato da minha vida política. Não quero dizer, Sr. Presidente, que esse seja um modelo de carreira política. Não entendo a atividade política como carreira. Não entendo a atividade política como monopólio pessoal da sua história. Entendo a atividade política como um compromisso que periodicamente assumimos em praça pública, que reiteradas vezes discutimos em praça pública, para que, quando das eleições realizadas, possamos ali ter o aval, o consentimento do povo brasileiro para exercer o mandato. Este mandato que agora exerço, como tantos outros que exerci, traz-me uma reflexão profunda.

Primeiro, digo do momento em que vimos pela segunda vez as praças, as ruas, as vielas, os auditórios, as igrejas tomadas por um povo que trazia no seu pensamento e no seu comportamento quase um lema, dizendo: “A paciência acabou.” E a pergunta é: como a paciência acabou, se nós não temos três meses de Governo? Mas é o contencioso das ações anteriores que nos leva a refletir conjuntamente e a entender por que o povo, com diversos dizeres, com diversos lemas, com diversas propostas, assumiu as ruas do Brasil.

Vi, estarecida, dois intérpretes do Governo que respeito fazerem duas interpretações diferentes de um movimento historicamente importante para este País. Um deles dizia que quem estava na rua eram os eleitores da Oposição, numa visão tão míope, que vou me recusar a comentar. Apesar de o personagem em si ser um homem que detém um poder dentro do Governo, um espaço importante, eu vou abster-me de comentar, porque é uma visão míope. A outra visão, mais responsável, mais adequada, mais consciente, mais oportuna e mais crédula, dizia: “Olha, não é bem assim.” Um acabava de falar – se fosse uma dupla sertaneja, eles estariam desafinados –, e o outro, imediatamente, dizia: “Olha, a Presidente quer ouvir todos os brasileiros.”

Este é até um momento de muito constrangimento, porque faleceu uma grande mulher, que foi exemplo para mim, a Drª Therezinha Zerbini, com quem tive a oportunidade de conviver em determinados momentos políticos, na nossa militância de mulheres neste País. Ainda no desalento dessa perda, digo ao Sr. Presidente: ou eu não sei ler, não estou enxergando e nada estou ouvindo, ou, então, todos nós estamos fazendo de conta – e não são os nossos discursos que vão mudar essa realidade, são as nossas atitudes que vão mudar essa realidade – de que o que está acontecendo no Brasil não está mexendo com o brio de ninguém.

Tem o Congresso Nacional também, Sr. Presidente, um papel importante. Que história é essa de se falar em reforma política e de não se pensar em fazê-la, em construí-la, em sedimentá-la, haja vista que, há 20 anos, estamos falando a mesma coisa? Se o senhor puxar pela memória, o senhor vai lembrar que, dos últimos candidatos a Presidente da República que por aqui passaram, vitoriosos ou não, nenhum deixou de abordar a importância da reforma política.

Esse discurso, essa pauta, essa faixa que estava exposta na rua servia também como ingrediente de uma paisagem na qual você não prestou atenção. Você, cidadão comum, não a observou. Há quanto tempo nos dizem isso?

Quando assumi, nesta Casa, o cargo de Senadora – honradamente, fui eleita pelo povo do meu Estado –, esta foi uma das coisas que eu disse ao Presidente Renan, recém-eleito: “Quero lhe fazer uma pergunta: teremos e faremos de verdade a reforma política ou vamos dar algumas pinceladas nesse assunto, para mais adiante desfazermos o que nós fizemos e enganarmos o povo brasileiro?” “Teremos.” Até agora, estou acreditando nisso. Estou acreditando nisso.

Apresentamos propostas, houve sessões com várias proposições. Mas, talvez, nesta semana, voltem aqui todos os participantes do Congresso Nacional mais preocupados com o que a rua acenou. E eu estou mais preocupada com aquilo que podemos realizar de fato.

Qual é a contribuição que esta Casa, efetivamente, pode dar ao povo brasileiro que acenou nas ruas com sua impaciência, com seu descontentamento? Qual é, afinal, a pauta que o Brasil pode ver construída por esta Casa? Que ajuste é esse que o Congresso Nacional pode propor a um Governo que quer representar os interesses do povo brasileiro? Tudo está escrito nessas pautas do nosso cotidiano.

Ocupo esta tribuna, quero dizer, com o sentimento de cidadã, não como Senadora eleita apenas – e sei o espaço que ocupo honradamente e a capacidade que tenho de fazê-lo –, mas ainda tenho muita insatisfação, por não ver nada acontecendo de todos os lados. Muitas vezes, vi sessão cair nesta Casa, sem que a pauta de interesses do povo brasileiro pudesse ser cumprida – e, naquele dia, havia simplesmente uma insatisfação com um Ministro qualquer da vez.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria dizer que assisti a muitas coisas, a muitos atos. Assisti ao lançamento do Plano de Infraestrutura Logística para o Brasil. Imagine eu, do Espírito Santo, Estado espremido na Região Sudeste, sonhando com nossas estradas, com nosso aeroporto, com nossas escolas, com nossos hospitais! E, depois, tudo isso ficou pelo caminho. Acho que, ao todo, são 12 PACs aprovados pelo Espírito Santo, pelo qual nós somos cobrados todos os dias.

As palavras, principalmente as de governantes, não podem ser palavras lançadas ao vento ou ditas por oportunidade. Eu não tenho a coragem de sustentar uma coisa dessas diante dos nossos eleitores, do nosso povo brasileiro.

Há o caso das nossas creches. Eram seis mil creches. Eram seis mil creches! Eu mesma apregoei isso, mostrei o programa e saí mostrando para as mulheres das nossas comunidades: "Aqui está a estrutura de que você precisa para trabalhar, para ir para a roça, para dar sua aula, para ter o serviço que vai trazer o provento da sua casa, ao lado do seu marido ou não."

As mulheres chefes de família tiveram também bons momentos nos programas da Presidente Dilma, como a questão da casa própria. Inclusive, há um projeto de lei que construí dizendo que mulheres chefes de família deveriam ter prioridade no programa da casa própria. E o que aconteceu? O que tem acontecido. Eu falei, mas não era para acreditar.

A Presidente Dilma pode, sim, travar um bom debate, um bom combate, com o apoio do Congresso Nacional. E o Congresso Nacional pode, sim, cobrar da Presidente Dilma essa parceria em favor do País.

Eu notei na nobreza dos discursos daqueles que por aqui passaram, como o Senador Ricardo e o Senador Moka, uma preocupação em relação a essa crise, que tem uma saída. Mas que essa verdade seja dita aqui na frente, atrás do biombo, na sala contígua, dentro do reservado da Presidência, no seu gabinete, com seus Ministros, e que seja uma linguagem só! Não se pode colocar de forma linear como se não tivesse vendo cada cidadão brasileiro. Embora você não possa reconhecer todos, você não pode dar-lhes simplesmente a credencial de eleitor da Oposição. Essa é uma atitude inexplicável para quem respeita a democracia.

Sobre a questão das promessas, V. Ex^a presenciou no ajuste fiscal, no entendimento da meta fiscal, como o Congresso respondeu prontamente para suprir as deficiências, as falhas que o Governo teve. Como militante, no Orçamento da União, brigando pelas causas mais importantes, pela educação, pela saúde, pelas causas sociais, eu me vi estarecida no momento em que essa proposta da meta fiscal aqui chegou, mudando investimento para custeio, falando uma linguagem diferente, que não era aquela que de praxe deveria ser usada seriamente pelo Governo, pelo Poder Executivo, pelo Governo Federal.

Digo isso, sem contar também que, nos últimos anos, estamos vendo os aposentados serem rebaixados em seus ganhos. O vencimento de milhares de aposentados está reduzido ao vencimento mínimo de R\$788,00. Estamos vendo, dia a dia, as perdas dessas cidadãs e desses cidadãos que trabalharam para reconstruir este País e que, na hora derradeira de sua vida, em que precisam do apoio do Governo, ficam inseguros, instáveis, sem saberem o que será de sua vida amanhã, principalmente se adoecerem.

Então, digo de PIL, de aeroportos, de creches. Mas mais grave ainda é a visão distorcida do que é prioritário para se sair dessa crise. Está se suprimindo o Fies da vida de cerca de dois milhões de estudantes! De 2,8 milhões de estudantes, estão reduzindo para 800 mil estudantes.

Será que é com essa visão que vamos cortar onde não há o que cortar? Porque essa verba foi aprovada lá atrás. Foram mais de R\$720 milhões para o Fies. Vamos tirar a oportunidade desses jovens, dessas jovens, que querem cursar uma faculdade, que não têm recursos e que gostariam de contar com o Fies? Aliás, até há pouco tempo, ele estava assegurado a todos os estudantes deste País. Até sobravam recursos, porque ainda não havia orientação suficiente para que eles pudessem se encaminhar por essa via e conseguir seu crédito estudantil.

Então, fico refletindo se não está na hora definitiva de esta Casa também estabelecer um diálogo interno entre Câmara e Senado e fazer propostas ao Governo Federal sobre o nosso entendimento, para que saíamos dessa crise. Será que sair da crise é realmente aumentar mais um ministério? Será que sair dessa crise é desconhecer o que a população disse na rua e arranjar um motivo para que as palavras mais insossas que já ouvi na política nacional sejam colocadas, querendo dividir eleitores da oposição e eleitores do PT? Ou foram as atitudes?

Não estou jogando no quanto pior, melhor, Senador. Não quero o *impeachment* da Presidente Dilma, porque eu quero a normalidade democrática do País, sustentada pela Constituição que eu ajudei a escrever. Mas também estou sem paciência. Não estou sem paciência só com o Governo Federal, estou sem paciência com o Congresso Nacional, que, hoje, aponta o dedo na direção do outro lado da rua, mas esquece de cumprir seus deveres. Esquece que ele tem responsabilidade também por não haver uma reforma política, aliás, atitude que nos cabe.

Eu diria que nunca fui boa. Sou uma pessoa otimista por natureza. Não visionária. Esse discurso de que o País está entre quem ganhou e quem perdeu é um retrocesso; retrocesso que vai morrer de inanição para o Governo e vai dar suplemento vitamínico para as ruas, porque as ruas vão entender que esse é o discurso de quem não tem como propor uma saída para o Brasil.

Não acredito. Vi e quero ressaltar aqui as palavras do Ministro Cardozo. Até que enfim ela colocou alguém para tentar falar e chegar próximo da esperança que temos. Existe até um versículo de São Paulo, que diz: “Muito será cobrado a quem muito houver confiado.”

Quem venceu tem responsabilidade de governar o Brasil para todos os brasileiros.

Talvez tenha sido isto que me chamou a atenção nas palavras do Ministro Eduardo Cardozo: “Queremos dialogar.” Vamos dialogar, então, Ministro! O que impede que haja uma pauta com o setor organizado, orgânico deste País? Também, por outro lado, o que impede que os empresários, que vivem choramingando, reclamando, xingando, revoltados, se unam também e ajudem a elaborar uma proposta para este País? E digam: “Presidente, não é por aí! Por aí, não aceitamos ir. Não queremos. Não queremos juros mais elevados para combater a inflação.” Este caminho é tão viciado que já criou sulco na terra. Se se falar “inflação” com um menino pequeninho, é capaz de ele percorrer esse caminho, de tanto que já passaram por ele. É uma ladainha batida que não resolveu os problemas anteriores deste País.

Estamos, agora, diante de um impasse: uns querem o afastamento da Presidente Dilma. O ex-Ministro do Supremo Ayres Britto disse uma coisa muito real. Ele disse que, nas ruas, as pessoas têm o direito de colocar o seu pensamento, conforme o seu sentimento; expressar aquilo lhe dói mais. Ele tem direito de conclamar o que ele entende, mas não há motivação para *impeachment*. As pessoas, talvez, falem essa palavra com tanta facilidade porque não sabem ainda o custo disso para uma nação. Outra coisa: tem que haver base para se construir o *impeachment*. Já passamos por um.

Eu queria dizer aqui, num momento de reflexão de cidadã, de mãe, de avó, que o Brasil precisa dos brasileiros nas ruas, e a Presidente precisa abrir a janela e olhar para as ruas. Se ela fizer isso, vai ver que a camisa usada pelas pessoas nas ruas foi a camisa dos brasileiros, e o Hino Nacional foi a palavra de ordem que mais se ouviu nas ruas do nosso País.

Portanto, neste momento, não tenho preferência pelo Ministro a ou b, mas, se ela não reconhecer que, até agora, não tem um interlocutor à altura da crise em que vivemos e que este Congresso está disposto a ouvir, a conversar, a dialogar e a somar esforços...

Acabamos de ouvir a mensagem do Senador Moka, reportando-se às palavras de um Líder petista importante, por quem tenho a maior admiração, que é o Senador Walter Pinheiro. Será que foi por oportunismo? Não foi. Não é história dele. Será que foi só descontentamento no seu Estado? Não foi. Não é o tamanho dele. Portanto, quando o Moka diz que estamos aqui todos dispostos ao sacrifício necessário, entenda-se sacrifício necessário por alguma concessão que se possa fazer, por entendimento diverso àquele que possa ser confrontante com os interesses do povo brasileiro. Todos nós queremos nos ajustar à ideia, ao pensamento e à meta de tirar o País da crise.

Ouvi, hoje, a Cristiana Lôbo e a Lo Prete. Fui obrigada a ficar de repouso por conta de uma cirurgia e ouvi bastante os noticiários, as interpretações. Que oportunidade as palavras da Lo Prete, quando interpretava as ações e as palavras daquela malfadada entrevista do Governo Federal, malfadado pronunciamento da Presidente da República. Chamar esse momento de crise tão contundente para o Brasil de “momento diferente?” Diferente são as consequências daquilo que se deixou de fazer.

(Soa a campanha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O tempo que se levou para nomear o Ministro da Fazenda, num momento de crise tão grave, em que todos, perplexos, aguardavam, demonstrava que quem tem pressa é o povo brasileiro. O Governo não tem.

Quero dizer que ninguém tem o domínio da situação política no Brasil. Acreditem que quem tem domínio da situação política no Brasil é o povo brasileiro.

Não sei se eu me dirigiria a quem não me ouve neste momento. Por recortes ou por alguma observação lúcida que eu possa ter deixado desta tribuna, quero dizer que esta Casa tem que propugnar pela reforma política. Está nas suas mãos fazê-lo. Não terá desculpa diante da população. Não pensem que o recado foi exclusivamente para a Presidente Dilma. Foi para toda a classe política. Não podemos ignorar o fato de o povo ter cobrado pacto federativo, Fies, reforma política, reforma tributária, pátria educadora.

Então, estou aqui para fazer um chamamento a todos nós, com todo o respeito que eu possa ter por cada um, com sua história, com suas intenções, e dizer que ninguém vem aqui por delegação expressa que não seja do povo. Esta palavra de quatro letrinhas, “povo”, tem que ser, hoje, o único pensamento que pode unir o Congresso Nacional. Olvidar isso é cair na mesma vala comum, onde o PT está com a Presidente Dilma.

Desejo a ela a lucidez necessária para colocar e recolocar a sua equipe nos trilhos, ter alguém que possa dialogar. Um Governo que não tem um coordenador, um interlocutor, nos momentos difíceis, dificilmente sairá da sua crise.

Já houve uma época, Senador, em que ouvi – não acreditei, mas era verdade – o seguinte: “Se o Congresso quiser jogar truco, nós vamos jogar truco com o Congresso.” É uma brincadeira! É uma brincadeira dizer que se trata de bater mais forte na mesa, de gritar mais alto. Não é isso! O País já passou por muitas coisas.

Eu me lembro que, quando retornei às minhas atividades políticas, pois também passei por minhas restrições de liberdade, eu olhava para um jovem de 20 anos e pensava: “esse menino não conheceu a liberdade, não conheceu a democracia.” Passamos a conviver com a democracia.

Sou parlamentarista por convicção e digo que, se estivéssemos no parlamentarismo, este Governo não estaria de pé, mas, no presidencialismo, é assim que se faz: é uma pessoa, uma caneta e uma equipe. Manda quem pode, obedece quem tem juízo. Não quero mais ver o meu País assim.

Então, estou aqui com a mesma disposição do Moka, do Ricardo, acredito até que de V. Ex^a, para dizer que, se forem apresentadas as proposições, discutidas com a sociedade e com o Congresso Nacional, estaremos todos juntos para salvar o Brasil.

Há quem diga: “Vocês estão vendo fantasmas ao meio-dia.” Nós estamos sofrendo com os fantasmas que estão assombrando a população brasileira na educação, na saúde, na segurança pública, nos investimentos, haja vista que o Governo, até hoje, num pensamento irracional, não diminuiu nada dos seus gastos, mas, na questão do investimento, quero dizer que estamos parados, já há alguns anos, antes da reeleição da Presidente: as metas anunciadas não foram cumpridas, os investimentos são aguardados para este País se desenvolver. Depois, falar em desenvolvimento tirando recursos dos estudantes?

São dois milhões de estudantes que poderiam estar dentro de uma faculdade; que, amanhã, estarão no mercado de trabalho; estarão dentro de uma indústria, de uma fábrica. Nós estamos retrocedendo.

Muitos falam do Presidente Lula. Eu tenho algumas observações a fazer, mas quero dizer que, na época do Presidente Lula, o Governo não era tão ruim assim. Ainda que ele tivesse a mesma vontade de jogar truco com o Congresso, ainda assim algumas decisões eram permeáveis ao debate nesta Casa, coisa que não acontece hoje em dia.

Eu espero que o Ministro José Eduardo Cardozo tenha razão, que tenha dito aquilo que ele ouviu, espero, da Presidente da República, que este Governo está aberto ao debate e ao diálogo para construir os ajustes necessários para que a gente saia dessa crise.

Eu tenho apenas uma observação a fazer no final das minhas palavras, como mulher, como mãe, como cidadã e também como parte de uma instituição política. Quero saber, antes, quais são essas atitudes. Quero saber em que elas afetam a população brasileira. Quero saber se os setores envolvidos em cada questão que será tomada pelo Governo, cada proposta que será elaborada, se esses segmentos serão ouvidos também. Se não, lamento dizer – acho que quem passou por uma cela sabe o que é a solidão –, a Presidente vai amargar a maior solidão que um líder político deste País, quiçá um Presidente da República, já passou.

Por isso, peço desculpas se excedi o meu tempo, mas eu não poderia dormir para, no dia seguinte, fazer um pronunciamento aqui, com Casa repleta ou não. Eu queria dizer ao povo brasileiro, ao povo do meu Estado que nós estamos atentos: coração aberto, garra, braços dispostos à luta, mas à luta por um País verdadeiro e por um governo legitimado, por ter a capacidade de ouvir e de deliberar junto com a vontade do povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senadora Rose de Freitas, quero parabenizá-la por esse belíssimo discurso e compartilhar com V. Ex^a o sentimento pelo falecimento da Dr^a Thezinha Zerbine.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Exemplo de mulher.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ótimo.

V. Ex^a falou sobre a reforma política, sobre os programas da Presidente Dilma, as creches, os aposentados, o Fies, a inflação, os juros altos, o pacto federativo, o diálogo com o povo, um discurso extraordinário, Senadora Rose de Freitas.

Mas aqui quero fazer só um comentário sobre o Fies, que V. Ex^a fez questão de ratificar. O Governo gastou muito e gastou errado, e não podemos deixar esses 2 milhões de universitários hoje a ver navios.

Mas acabo de ter uma informação: de que a Presidente Dilma, neste momento, está em cadeia nacional fazendo o pronunciamento que o povo tanto aguardava.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203, COMBINADO COM O INCISO I E § 2º DO ART. 210, DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado: “Água de reuso, solução para a indústria”, publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo* em sua edição de 05 de março de 2015.

O editorial aborda o tema da escassez hídrica, que tem sido a maior das últimas décadas, e que vem afetando a região Sudeste. Em caso de uma escassez prolongada, a indústria será a primeira prejudicada, já que a prioridade é o abastecimento humano. Isso poderá representar uma redução de produção industrial seguida pelo desemprego. Para salvar a indústria desse cenário, o caminho é a substituição do uso de água dos mananciais por água de reuso. Seria uma medida efetiva e sustentável.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “Água de reuso, solução para a indústria” publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Água de reuso, solução para a indústria

GESNER OLIVEIRA, FERNANDO MARCATO E PEDRO SCAZUFCA

A maior escassez hídrica das últimas décadas afetou inicialmente o Estado de São Paulo e agora se estende para os demais estados do Sudeste. Na região metropolitana de São Paulo, o governo do Estado, por meio da Sabesp, está encaminhando uma série de soluções para ampliar a disponibilidade hídrica, incluindo plantas de reuso de água e a transposição do rio Paraíba do Sul.

O aumento da disponibilidade hídrica, porém, dará prioridade ao abastecimento humano. Em caso de escassez hídrica prolongada, a indústria será a primeira prejudicada.

A ausência de água pode representar a redução na capacidade produtiva, corte de empregos e renda, entre outros prejuízos sociais e econômicos. Na perspectiva empresarial, a escassez hídrica representa risco para o negócio, a ser considerado e mitigado pelos comitês, instituições financiadoras e conselhos de administração. É preciso contratar um seguro para esse risco.

Na região metropolitana de São Paulo, o consumo industrial de água estimado é de 10,76 m³/s. Desse total, menos de 10% é fornecido pelas concessionárias de água. Os 90% restantes são captados diretamente pelas indústrias de rios e mananciais da região. Uma pequena parte é captada de poços (0,4 m³/s).

A captação direta dos mananciais pela indústria depende de uma outorga concedida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica. A legislação estabelece, entretanto, que a outorga poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, em caso de situações de calamidade ou de atender a usos prioritários.

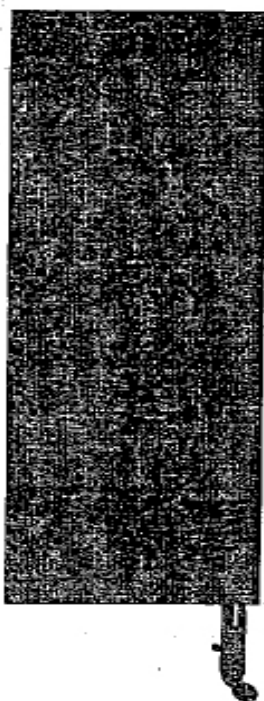
Recentemente, o governo do Rio de Janeiro anunciou que passará a rever as outorgas concedidas a grandes indústrias. O mesmo caminho deve ser seguido pelos demais governos dos Estados do Sudeste.

A solução para essa situação passa pela gradual substituição da água de mananciais por água de reuso. Dois modelos podem ser adotados.

O primeiro consiste em tratar os efluentes gerados pela indústria e torná-los água para consumo.

A planta da empresa Vallourec-Sumitomo em Jecabá (Minas Gerais) é um exemplo de sucesso. Aproximadamente 90% da água que consome é gerada a partir dos efluentes produzidos pela planta.

O segundo modelo consiste em reusar o esgoto doméstico tratado nas concessionárias de água e fornecer a um conjunto de indústrias



Uma revisão das outorgas ou mesmo o colapso da fonte de captação, diante da escassez atual, podem inviabilizar a operação da indústria

por meio de redes de distribuição.

O principal projeto dessa natureza no hemisfério Sul está em São Paulo. É o Aquapolo Ambiental, com capacidade para produzir 1 m³/s a partir do esgoto tratado na Estação de Tratamento de Esgotos da Sabesp no ABC paulista.

O projeto atende ao Polo Petroquímico de Capuava e pode servir outras indústrias da região. Pelo arranjo contratual o polo petroquímico tem garantido o fornecimento pelos próximos 38 anos. Além disso, com ajustes adicionais, a água pode se tornar potável e ser lançada na rede para consumo humano.

É natural que projetos dessa natureza envolvam investimentos e custos adicionais. Em São Paulo e

em outros Estados, são poucas as bacias que cobram pelo uso da água. Quando há cobrança, o valor é baixo e não inibe o consumo excessivo.

Com a perspectiva de prolongamento da escassez atual, a aposta na captação superficial, barata, se mostra arriscada. Uma eventual revisão das outorgas ou mesmo o colapso da fonte de captação podem inviabilizar a operação da indústria.

O reuso de água é o seguro mais efetivo e sustentável para esse risco. É urgente que as indústrias revejam suas fontes de consumo de água e passem a voluntariamente reduzir sua dependência de mananciais superficiais. Essa estratégia não só melhorará a sustentabilidade ambiental mas garantirá a sustentabilidade econômica e a perenidade do negócio.

GESNER OLIVEIRA, 55, ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da Sabesp, é professor de economia (FGV) e sócio da GO Associados.

FERNANDO MARCATO, 37, é professor de direito na FGV-SP e sócio da GO Associados.

PEDRO SCAZUFCA, 34, é mestre em economia pela FEA-USP e sócio da GO Associados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não havendo mais oradores nesta sessão de hoje, encerro-a desejando a todo o povo brasileiro uma semana abençoada. Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.)



CONGRESSO NACIONAL GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ÁUSTRIA

ATA DA REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ÁUSTRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, às 13 horas, na Embaixada da República da Áustria - SES - Av. das Nações - Quadra 811 - Lote 40, na cidade de Brasília - DF, reuniram-se os Parlamentares, cuja lista de presença segue anexa, convidados pelo atual Presidente do Grupo, Deputado Nelson Marquezelli - PTB/SP, com o objetivo de reinstalar o Grupo Parlamentar Brasil - Áustria na 55ª Legislatura. Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº37/06, de 08 de fevereiro de 2006, da Câmara dos Deputados. O Projeto de Resolução nº259/05, de autoria do Deputado Nelson Marquezelli - PTB/SP visava criar o referido Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e da República da Áustria. Assumiu a presidência dos trabalhos o Deputado Nelson Marquezelli - PTB/SP. Após a verificação de *quorum*, o Presidente declarou aberta a reunião, agradecendo a presença de todos. Manifestou seu especial agradecimento a Excelentíssima Senhora Marianne Feldmann, Embaixadora da República da Áustria, e seu esposo Alejandro Orellana, gentis anfitriões do encontro e do almoço oferecido a seguir. Após, designou a Dra. Inubia Sfoggia para secretariar os trabalhos. Passando, a seguir, ao ITEM 1 da Pauta: APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO ESTATUTO. Apresentou proposta de alterações do Estatuto a qual, após examinada e discutida, foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento à Pauta, passou, de imediato, ao exame do assunto constante de seu ITEM 2: FILIAÇÃO DE SEUS NOVOS MEMBROS E ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA. Informou que, ao final da 54ª Legislatura, o Grupo Parlamentar contava com 29 Senadores e 44 Deputados, sendo que 7 Senadores não concorreram e 2 não foram reeleitos, e 5 Deputados não concorreram e 12 não foram reeleitos. Comunicou que mais 19 Senadores e 26 Deputados aderiram ao Grupo nesta Legislatura. Assim, o mesmo é, atualmente, composto por **39 Senadores e 53 Deputados**. Observou que, ao final da 54ª Legislatura, dos 3 Deputados suplentes 2 não concorreram e 1 foi eleito, e dos 5 licenciados - 4 permanecem na mesma situação, 3 desempenhando cargos de Secretários de Governos Estaduais e 1 de Ministro de Estado, e um concorreu, não sendo eleito. A seguir, apresentou a Chapa Única inscrita para a composição da Diretoria, a qual passou a ser examinada e discutida, sendo aprovada por aclamação. Após, declarou eleitos e empossou, imediatamente, os membros que comporão a Diretoria nesta Legislatura. **PRESIDENTES DE HONRA: Senador Renan Calheiros - PMDB/AL, Presidente do Senado Federal e Deputado Eduardo Cunha - PMDB/RJ, Presidente da Câmara dos Deputados. COMISSÃO EXECUTIVA: Presidente: Senador Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC; Primeiro-Vice-Presidente: Deputado Osmar Terra - PMDB/RS; Segunda-Vice-Presidente: Senadora Marta Suplicy - PT/SP; Primeiro-Secretário: Senador Cristovam Buarque - PDT/ DF; Segundo-Secretário: Deputado Edinho Bez - PMDB/SC; Terceiro-Secretário: Senador Paulo Bauer - PSDB/SC e Quarto-Secretário: Deputado Jorginho Mello - PR/SC. CONSELHO CONSULTIVO: Presidente: Deputado Nelson Marquezelli - PTB/SP e Vice-Presidente: Senador Jorge Viana - PT/AC, além do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE, Senador Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP e da Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados - CREDN, Deputada Jô Moraes - PCdoB/MG. A seguir, o Senador Luiz Henrique da Silveira agora como Presidente eleito, agradeceu a confiança de seus colegas e manifestou o seu desejo de envidar todos os esforços para o fortalecimento dos laços de fraterna amizade e o incremento das relações políticas, comerciais e culturais com a Áustria. Após, o Presidente designou a Dra. Inubia A.C. Sfoggia para Secretária Executiva do Grupo, determinando providências no sentido de comunicar às devidas autoridades sobre a reinstalação do Grupo e a constituição da sua Diretoria, e definir a Pauta para desenvolver os trabalhos a partir da próxima reunião, a ser agendada posteriormente.**

ESTATUTO

O Estatuto do Grupo Parlamentar Brasil - Áustria aprovado na Reunião de Instalação do Grupo, realizada em 13 de dezembro de 2011, sofreu alterações aprovadas na Reunião de Reinstalação na 55ª Legislatura, ocorrida em 24 de fevereiro de 2015, e passa a vigorar nos seguintes termos:

CAPÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º O Grupo Parlamentar Brasil - Áustria, criado pela Resolução nº37/06, de 08 de fevereiro de 2006, da Câmara dos Deputados, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar, destinado a exercer a diplomacia parlamentar, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas

Legislativas da República Federativa do Brasil e da República da Áustria, e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será composto por parlamentares do Congresso Nacional no exercício do mandato.

Art. 3º O Grupo Parlamentar, com sede e foro em Brasília - DF, é constituído por prazo indeterminado e funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional.

§ 1º O fim da Legislatura não desativa o Grupo Parlamentar.

§ 2º No início de cada nova Legislatura, os membros do Grupo Parlamentar que tiverem sido reeleitos dele continuam a fazer parte, salvo expressa manifestação em contrário, e os novos Parlamentares serão convidados a nele ingressar.

Art. 4º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I - intercâmbio de experiências parlamentares de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, comercial, e do desenvolvimento sustentável, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas visando ao desenvolvimento das relações entre os Legislativos do Brasil e da Áustria;

II - realização de congressos, seminários, simpósios, conferências, debates, estudos e encontros, de natureza multidisciplinar;

III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV - visitas parlamentares;

V - outras atividades compatíveis com o objetivo do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II DAS REUNIÕES DO GRUPO PARLAMENTAR

Art. 5º O Grupo Parlamentar reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões do Grupo Parlamentar serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I DOS MEMBROS

Art. 6º O Grupo Parlamentar será integrado pelos parlamentares do Congresso Nacional que o fundarem e pelos que a ele aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo.

§ 1º Ao filiar-se o Parlamentar compromete-se a observar este Estatuto.

§ 2º Qualquer membro pode desligar-se do Grupo Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

Art. 7º São direitos e deveres dos Membros:

I - Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Estatuto;
- b) intervir e votar nas reuniões do Grupo Parlamentar;
- c) participar dos subgrupos e missões do Grupo Parlamentar.

II - Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;
- c) comparecer e votar nas reuniões do Grupo Parlamentar e dos órgãos de que for integrante.

SEÇÃO II DOS ÓRGÃOS

Art. 8º O Grupo Parlamentar terá os seguintes órgãos:

I - Comissão Executiva;

II - Conselho Consultivo.

§ 1º O Grupo Parlamentar poderá ser constituído por Senadores e Deputados, tanto na Comissão Executiva como no Conselho Consultivo, obedecendo, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Até dois meses após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros do Grupo Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva ou do Conselho Consultivo deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros do Grupo Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

SEÇÃO III DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 9º A Comissão Executiva é o órgão dirigente do Grupo Parlamentar e será composta por:

- a) dois Presidente de Honra;
- b) um Presidente;

c) dois Vice-Presidentes;

d) quatro Secretários.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros do Grupo Parlamentar.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º Os Presidentes de Honra serão o Presidente do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados e a duração de seus mandatos coincidirá com a duração de seu termo na presidência da respectiva Casa.

Art. 10. Compete à Comissão Executiva:

I - organizar o programa de atividades do Grupo Parlamentar;

II - noticiar ao Grupo Parlamentar fatos recentes da política externa bilateral;

III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a outras Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados ou em eventos nacionais ou internacionais;

IV - constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Congresso Nacional;

V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados;

VI - comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;

VII - propor e homologar a admissão de novos membros;

VIII - propor e homologar a alteração dos Estatutos;

IX - fixar a competência do Secretário Executivo;

X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;

XI - divulgar os trabalhos do Grupo Parlamentar;

XII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 11. O Presidente da Comissão Executiva representa o Grupo Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso do Grupo Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 12. São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

- I - representar o Grupo em suas atividades;
- II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;
- III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;
- IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões do Grupo Parlamentar ou da Comissão Executiva;
- V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;
- VI - submeter à aprovação do Grupo Parlamentar a ata da reunião anterior;
- VII - submeter à discussão matérias de interesse do Grupo Parlamentar;
- VIII - dar conhecimento ao Grupo Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;
- IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;
- X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;
- XI - distribuir aos membros do Grupo Parlamentar e às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Legislativas todas as informações recebidas sobre as relações bilaterais, de caráter oficial e não-oficial, bem como os trabalhos apresentados pelos membros do Grupo Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;
- XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas no Grupo Parlamentar;
- XIII - acionar o Conselho Consultivo para procedimentos de sua competência;
- XIV - sugerir nomes para o Conselho Consultivo;
- XV - propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;
- XVI - designar o Secretário Executivo;
- XVII - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros do Grupo Parlamentar, bem como pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Art. 13. Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

Art. 14. O Presidente designará um Secretário Executivo do Grupo Parlamentar, escolhido dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

SEÇÃO IV DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 15. O Conselho Consultivo será composto por:

- a) um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre os Membros do Grupo Parlamentar;

- b) pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Parlamentares.

§ 1º Todos os conselheiros terão, igualmente, direito a voz e a voto no âmbito das decisões do Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo não terá poder deliberativo, somente poder de voto.

§ 3º O Conselho Consultivo poderá levar à consideração do Grupo Parlamentar qualquer assunto de interesse bilateral, cabendo aos seus membros avaliá-lo previamente à apreciação do colegiado.

§ 4º O Conselho Consultivo poderá ser acionado pelo Presidente da Comissão Executiva, por sua iniciativa, ou por solicitação de qualquer membro do Grupo Parlamentar, a critério do Presidente, para fornecer opiniões, estudos, bem como outras informações de interesse do Grupo.

Art. 16. Compete ao Conselho Consultivo:

I - auxiliar o Presidente na formulação de ações e políticas a serem executadas pelo Grupo Parlamentar ou sugeridas a órgãos públicos ou privados;

II - participar da promoção de programas, pesquisas, conferências, seminários e outras atividades de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, comercial, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III - discutir as questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar;

IV - difundir novas ideias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de atividades;

V - exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS

Art. 17. As viagens e missões internacionais dos membros do Grupo Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. É proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões parlamentares estrangeiras que visitem o Congresso Nacional.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional.

Art. 19. No fim de cada gestão, a documentação pertinente ao Grupo Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente do Grupo.

Art. 20. Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 24 de fevereiro de 2015.

A seguir, passou ao ITEM 3 da Pauta: ASSUNTOS GERAIS. O Senhor Presidente disse que gostaria de, na próxima reunião, definir um plano de trabalho do GRUPO PARLAMENTAR para o ano em curso, e pediu aos parlamentares que apresentem sugestões dos temas centrais que deverão determinar a sua

pauta de atividades, visando à obtenção de resultados práticos e efetivos na consecução dos objetivos do GRUPO PARLAMENTAR. A seguir, informou que os assuntos da Pauta haviam sido esgotados, colocando a palavra à disposição para as considerações finais do Plenário. O Senhor Presidente concedeu a palavra aos Senadores Paulo Bauer - PSDB/SC e Marta Suplicy - PT/SP, e aos Deputados Jarbas Vasconcelos - PMDB/PE e Edinho Bez - PMDB/SC que cumprimentaram o Presidente eleito e demais membros da Diretoria, desejando sucesso a todos e fizeram considerações a respeito das relações bilaterais e das expectativas do desenvolvimento de novas parcerias. Em continuidade, o Presidente agradeceu a presença dos Parlamentares e assessores, e renovou seus agradecimentos a Excelentíssima Senhora Marianne Feldmann, Embaixadora da República da Áustria, e seu esposo Alejandro Orellana, anfitriões de tão especial encontro, que oportunizou momentos de confraternização entre os Parlamentares e o Corpo Diplomático da Embaixada da Áustria. Reafirmou a importância do GRUPO PARLAMENTAR e a sua determinação em estimular a mobilização dos Parlamentares do Congresso Nacional e, em especial, do Grupo Parlamentar Brasil - Áustria para, junto com a Embaixada da República da Áustria, poder implementar as metas de integração. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente eleito Senador Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC; pelo Primeiro-Secretário Senador Cristovam Buarque - PDT/DF; e por mim, Inubia Sfoggia, Secretária Executiva. Brasília, 24 de fevereiro de 2015.



Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Presidente Eleito

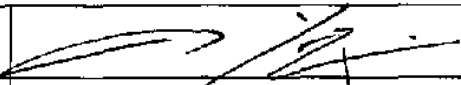
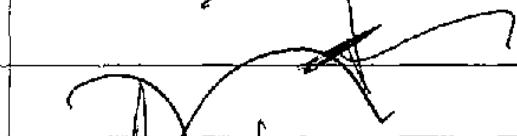
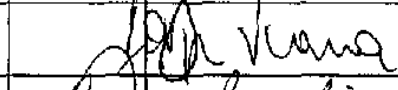
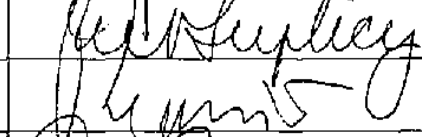
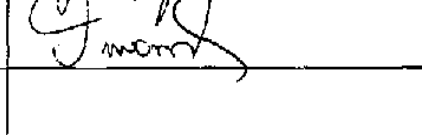
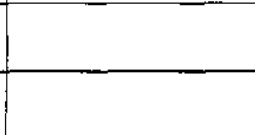

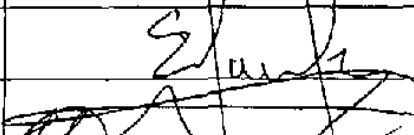
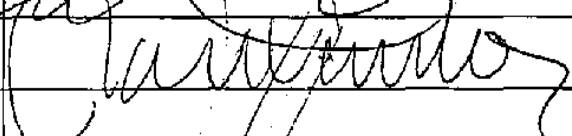
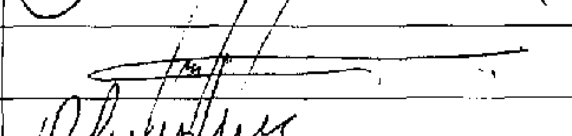
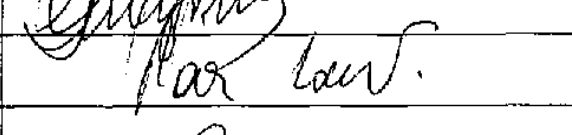
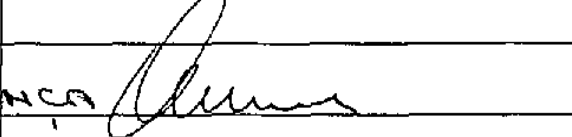
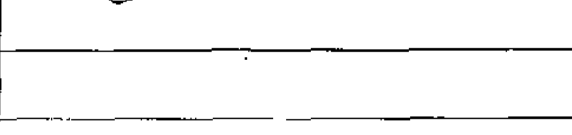
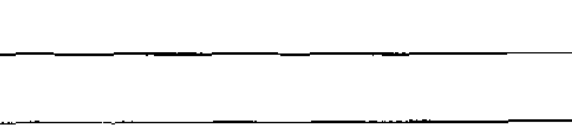




Senador CRISTOVAM BUARQUE
Primeiro-Secretário



INUBIA SFOGGIA
Secretária Executiva

**LISTA DE PRESENCAS À REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO, NA 55ª LEGISLATURA, DO
GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ÁUSTRIA, REALIZADA EM 24.02.15**

Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - PMDB/SC	
Senador DÁRIO BERGER - PMDB/SC	
Senador HÉLIO JOSÉ - PSD/DF	
Senador JORGE VIANA - PT/AC	
Senadora MARTA SUPLICY - PT/SP	
Senador ROBERTO REQUIÃO - PMDB/PR	
Senadora VANESSA GRAZZIOTIN - PCdoB/AM	
Senador	
Senador	
Senador	
Senador	
Deputado ÁTILA LINS - PSD/AM	
Deputado EDINHO BEZ - PMDB/SC	
Deputado JARBAS VASCONCELOS - PMDB/PE	
Deputado JORGINHO MELLO - PR/SC	
Deputado NELSON MARQUEZELLI - PTB/SP	
Deputado OSMAR TERRA - PMDB/RS	
Deputado PAES LANDIM - PTB/PI	
Deputado VALDIR COLATTO - PMDB/SC	
Deputado ROGERIO PENINHA HENDONCA	
Deputado	
Deputado	
Deputado	
Deputado	

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA**PRESIDENTES DE HONRA:**

Senador Renan Calheiros - PMDB/AL - Presidente do Senado Federal

Deputado Eduardo Cunha - PMDB/RJ - Presidente da Câmara dos Deputados

COMISSÃO EXECUTIVA:

Presidente: Sen. Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC

Primeiro-Vice-Presidente: Dep. Osmar Terra - PMDB/RS

Segunda-Vice-Presidente: Sen. Marta Suplicy - PT/SP

Primeiro-Secretário: Sen. Cristovam Buarque - PDT/DF

Segundo-Secretário: Dep. Edinho Bez - PMDB/SC

Terceiro-Secretário: Sen. Paulo Bauer - PSDB/SC

Quarto-Secretário: Dep. Jorginho Mello - PR/SC

CONSELHO CONSULTIVO:

- Presidente: Dep. Nelson Markezelli - PTB/SP

- Vice-Presidente: Sen. Jorge Viana - PT/AC

- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE

Sen. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP

- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados -

CREDN - Dep. Jô Moraes - PCdoB/MG

SECRETÁRIA EXECUTIVA: Dra. Inubia A.C. Sfoggia - 3303.6446 - 8118.1159
Senado Federal

COMPOSIÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
55ª LEGISLATURA

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	ANEXO	GAB.	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
AFONSO HAMM	PP	RS	IV	604	3215.5604	dep.afonsohamm@camara.leg.br
AFONSO MOTTA	PDT	RS	IV	711	3215.5711	dep.afonsomotta@camara.leg.br
ALCEU MOREIRA	PMDB	RS	IV	238	3215.5238	dep.alceumoreira@camara.leg.br
ALEX CANZIANI	PTB	PR	IV	842	3215.5842	dep.alexcanziani@camara.leg.br
ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME	PSDB	SP	IV	915	3215.5915	dep.antoniocarlosmendessthame@camara.leg.br
ANTÔNIO IMBASSAHY	PSDB	BA	IV	810	3215.5810	dep.antonioimbassahy@camara.leg.br
ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	IV	929	3215.5929	dep.arnaldofariadesa@camara.leg.br
ÁTILA LINS	PSD	AM	IV	730	3215.5730	dep.atilalins@camara.leg.br
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	IV	208	3215.5208	dep.bonifaciodeandrada@camara.leg.br
CELSON MALDANER	PMDB	SC	IV	311	3215.5311	dep.celsomaldaner@camara.leg.br
COVATTI FILHO	PP	RS	IV	228	3215.5228	dep.covattifilho@camara.leg.br
DOMINGOS NETO	PROS	CE	IV	546	3215.5546	dep.domingosneto@camara.leg.br
DULCE MIRANDA	PMDB	TO	IV	530	3215.5530	dep.dulcemiranda@camara.leg.br
EDINHO BEZ	PMDB	SC	IV	703	3215.5703	dep.edinhobez@camara.leg.br
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	IV	540	3215.5540	dep.eduardobarbosa@camara.leg.br
EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ	IV	510	3215.5510	dep.eduardocunha@camara.leg.br
EVANDRO GUSSI	PV	SP	IV	433	3215.5433	dep.evandrogussi@camara.leg.br
GERALDO RESENDE	PMDB	MS	IV	905	3215.5905	dep.geraldoresende@camara.leg.br
HERÁCLITO FORTES	PSB	PI	IV	708	3215.5708	dep.heraclitofortes@camara.leg.br
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	IV	234	3215.5234	dep.hermesparcianello@camara.leg.br
JAIME MARTINS	PSD	MG	IV	904	3215.5904	dep.jaimemartins@camara.leg.br
JANDIRA FECHALI	PCdoB	RJ	IV	622	3215.5622	dep.jandirafechali@camara.leg.br
JARBAS VASCONCELOS	PMDB	PE	IV	304	3215.5304	dep.jarbasvasconcelos@camara.leg.br
JERÔNIMO GOERGEN	PP	RS	IV	316	3215.5316	dep.jeronimogoergen@camara.leg.br
JÔ MORAES	PCdoB	MG	IV	322	3215.5322	dep.jomoraes@camara.leg.br
JOÃO RODRIGUES	PSD	SC	IV	503	3215.5503	dep.joaoRodrigues@camara.leg.br
JORGE TADEU MUDALEN	DEM	SP	IV	538	3215.5538	dep.jorgetadeumudalen@camara.leg.br
JORGINHO MELLO	PSDB	SC	IV	329	3215.5329	dep.jorginhomello@camara.leg.br
JOSÉ REINALDO	PSB	MA	IV	529	3215.5529	dep.josereinaldo@camara.leg.br
JOVAIR ARANTES	PTB	GO	IV	504	3215.5504	dep.jovairarantes@camara.leg.br
JÚLIO CÉSAR	PSD	PI	IV	944	3215.5944	dep.juliocesar@camara.leg.br
LAERTE RODRIGUES DE BESSA	PR	DF	IV	340	3215.5340	dep.laeterodriguesdebessa@camara.leg.br
LINCOLN PORTELA	PR	MG	IV	615	3215.5615	dep.lincolnportela@camara.leg.br
MARCO MAIA	PT	RS	I	20	3215.5964	dep.marcomaia@camara.leg.br
MARINHA RAUPP	PMDB	RO	IV	614	3215.5614	dep.marinharaupp@camara.leg.br
MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR	PP	BA	IV	517	3215.5517	dep.marionegromontejunior@camara.leg.br
MAURO MARIANI	PMDB	SC	IV	925	3215.5925	dep.mauromariani@camara.leg.br
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	IV	920	3215.5920	dep.nelsonmarquezelli@camara.leg.br
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	IV	845	3215.5845	dep.osmarserraglio@camara.leg.br
OSMAR TERRA	PMDB	RS	IV	927	3215.5927	dep.osmarterra@camara.leg.br
OTÁVIO LEITE	PSDB	RJ	IV	225	3215.5225	dep.otavioleite@camara.leg.br
PAES LANDIM	PTE	PI	IV	648	3215.5648	dep.paeslandim@camara.leg.br
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	IV	704	3215.5704	dep.pompeodemattos@camara.leg.br
PROF. DORINHA SEABRA REZENDE	DEM	TO	IV	432	3215.5432	dep.professoradorinhaseabrazende@camara.leg.br
RICARDO BARROS	PP	PR	IV	412	3215.5412	dep.ricardobarros@camara.leg.br
ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA	PMDB	SC	IV	656	3215.5656	dep.rogeriopeninhamendonca@camara.leg.br
RONALDO BENEDET	PMDB	SC	IV	918	3215.5918	dep.ronaldobenedet@camara.leg.br
SANDRO ALEX	PPS	PR	IV	221	3215.5221	dep.sandroalex@camara.leg.br
SÉRGIO SOUZA	PMDB	PR	IV	702	3215.5702	dep.sergiosouza@camara.leg.br
VALDIR COLATTO	PMDB	SC	IV	516	3215.5516	dep.valdircolatto@camara.leg.br
VANDER LOUBET	PT	MS	IV	838	3215.5838	dep.vanderloubet@camara.leg.br
VENEZIANO VITAL DO REGO	PMDB	PB	IV	833	3215.5833	dep.venezianovitaldorego@camara.leg.br
WELITON PRADO	PT	MG	IV	862	3215.5862	dep.welitonprado@camara.leg.br

COMPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
55ª LEGISLATURA

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	ALA	GAB.	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ACIR GURGACZ	PDT	RO	Tancredo Neves	56	3303.3132	acir@senador.leg.br
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PSDB	SP	Anexo I - 9º and.	1/7	3303.6063	alloysionunes.ferreira@senador.leg.br
ÁLVARO DIAS	PSDB	PR	Nilo Coelho	10	3303.4059	alvarodias@senador.leg.br
ANA AMÉLIA	PP	RS	Afonso Arinos	07	3303.6083	ana.amelia@senadora.leg.br
ANTÔNIO ANASTÁSIA	PSDB	MG	Teotônio Vilela	23	3303.5716	antonio.anastasia@senador.leg.br
BENEDITO DE LIRA	PP	AL	Teotônio Vilela	02	3303.6144	benedito.lira@senador.leg.br
CIRO NOGUEIRA	PP	PI	Anexo I - 3º and.		3303.6185	ciro.nogueira@senador.leg.br
CRISTOVAM BUARQUE	PDT	DF	Teotônio Vilela	10	3303.2281	crisovam@senador.leg.br
DÁRIO BERGER	PMDB	SC	Teotônio Vilela	26	3303.5947	dario.berger@senado.leg.br
EDISON LOBÃO	PMDB	MA	Tancredo Neves	54	3303.2311	edison.lobao@senador.leg.br
EDUARDO AMORIM	PSC	SE	Alexandre Costa	01	3303.6206	eduardo.amorim@senador.leg.br
FERNANDO COLLOR	PTB	AL	Anexo I - 13º and		3303.5783	fernando.collo@senador.leg.br
FLEXA RIBEIRO	PSDB	PA	Tancredo Neves	51	3303.2342	flexaribeiro@senador.leg.br
GARIBALDI ALVES FILHO	PMDB	RN	Anexo I - 8º and.	1/8	3303.2371	garibaldi.alves@senador.leg.br
GLEISI HOFFMANN	PT	PR	Teotônio Vilela	04	3303.2708	gleisi@senadora.leg.br
HÉLIO JOSÉ	PSD	DF	Teotônio Vilela	22	3303.6640	heliojose@senador.leg.br
HUMBERTO COSTA	PT	PE	Teotônio Vilela	25	3303.6285	humberto.costa@senador.leg.br
JORGE VIANA	PT	AC	Ruy Carneiro	01	3303.6366	jorgeviana.acre@senador.leg.br
JOSÉ PIMENTEL	PT	CE	Anexo I - 23º and	1/8	3303.6390	gab.josepimentel@senado.leg.br
JOSÉ SERRA	PSDB	SP	Dinarte Mariz	02	3303.6651	jose.serra@senado.leg.br
LASIER MARTINS	PDT	RS	Tancredo Neves	50	3303.2321	lasier.martins@senado.leg.br
LÍDICE DA MATA	PSB	BA	Teotônio Vilela	15	3303.6408	lidice.mata@senadora.leg.br
LINDBERGH FARIAS	PT	RJ	Teotônio Vilela	11	3303.6426	lindbergh.farias@senador.leg.br
LUIZ HENRIQUE DA SILVA	PMDB	SC	Nilo Coelho	02	3303.6446	luizhenrique@senador.leg.br
MARIA DO CARMO ALVES	DEM	SE	Nilo Coelho	08	3303.1306	maria.carmo@senadora.leg.br
MARTA SUPPLY	PT	SP	Dinarte Mariz	01	3303.6510	martasupply@senadora.leg.br
PAULO BAUER	PSDB	SC	Afonso Arinos	05	3303.6529	paulobauer@senador.leg.br
PAULO PAIM	PT	RS	Anexo I - 22º and	1/8	3303.5232	paulopaim@senador.leg.br
RANDOLFE RODRIGUES	PSOL	AP	Teotônio Vilela	07	3303.6568	randolfe.rodrigues@senador.leg.br
REGUFFE	PDT	DF	Teotônio Vilela	17	3303.6355	reguffe@senado.leg.br
RENAN CALHEIROS	PMDB	AL	Edif. Principal		3303.3000	renan.calheiros@senador.leg.br
RICARDO FERRAÇO	PMDB	ES	Anexo I - 4º and.	1/8	3303.6590	ricardoferraco@senador.leg.br
ROBERTO REQUIÃO	PMDB	PR	Teotônio Vilela	18	3303.6623	roberto.requiao@senador.leg.br
ROMÁRIO	PSB	RJ	Nilo Coelho	11	3303.6400	romario@senador.leg.br
ROMERO JUCA	PMDB	RR	Afonso Arinos	12	3303.2111	romero.juca@senador.leg.br
RONALDO CAIADO	DEM	GO	Alexandre Costa	21	3303.6437	ronaldo.caiado@senado.leg.br
ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	Teotônio Vilela	01	3303.6475	rose.freitas@senado.leg.br
SIMONE TEBET	PMDB	MS	Afonso Arinos	11	3303.1128	simone.tebet@senadora.leg.br
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	Alexandre Costa	03	3303.6726	vanessa.grazziotin@senadora.leg.br

Brasília, 16 de março de 2015.

Ao Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Assunto: Of. Nº 003/15/GP-BR/AT - Grupo Parlamentar Brasil –
Áustria.

Encaminho a Vossa Senhoria o expediente em epígrafe,
para conhecimento e providências porventura cabíveis, nos termos da
manifestação do Excelentíssimo Senhor Senador **LUIZ HENRIQUE
DA SILVEIRA**, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Áustria,
mediante a qual informa que foi reinstalado no Congresso Nacional,
em 24 de fevereiro de 2015, o *Grupo Parlamentar Brasil – Áustria*.


EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI
Chefe de Gabinete

Rubi 16/03/15
as 11:03
Visto
Registado Moreira Silva
Marcação nº 287381
ATRSQM-Asessoria Técnica de CR:

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PMDB - Fernando Ribeiro* (S)
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
Bloco-PT - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Luiz Henrique*
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Deldício do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-14 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz	PDT / RO
Ana Amélia	PP / RS
Angela Portela	PT / RR
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Cristovam Buarque	PDT / DF
Delcídio do Amaral	PT / MS
Donizeti Nogueira	PT / TO
Fátima Bezerra	PT / RN
Gladson Cameli	PP / AC
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Ivo Cassol	PP / RO
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Marta Suplicy	PT / SP
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Reguffe	PDT / DF
Telmário Mota	PDT / RR
Walter Pinheiro	PT / BA
Zeze Perrella	PDT / MG

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger	PMDB / SC
Edison Lobão	PMDB / MA
Eunício Oliveira	PMDB / CE
Fernando Ribeiro	PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho	PMDB / RN
Hélio José	PSD / DF
João Alberto Souza	PMDB / MA
José Maranhão	PMDB / PB
Luiz Henrique	PMDB / SC
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Raimundo Lira	PMDB / PB
Renan Calheiros	PMDB / AL
Ricardo Ferraço	PMDB / ES
Roberto Requião	PMDB / PR
Romero Jucá	PMDB / RR
Rose de Freitas	PMDB / ES
Sandra Braga	PMDB / AM
Sérgio Petecão	PSD / AC
Simone Tebet	PMDB / MS
Valdir Raupp	PMDB / RO
Waldemir Moka	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PSDB / PR

Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Lúcia Vânia	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves	DEM / SE
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE
Wilder Morais	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi	PR / MT
Douglas Cintra	PTB / PE
Eduardo Amorim	PSC / SE
Elmano Férrer	PTB / PI
Fernando Collor	PTB / AL
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
José Medeiros	PPS / MT
Lidice da Mata	PSB / BA
Randolfe Rodrigues	PSOL / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

Bloco de Apoio ao Governo	25
Bloco da Maioria	22
Bloco Parlamentar da Oposição	16
Bloco Parlamentar União e Força	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	9
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Adir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-RJ)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Marta Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO**1º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)**2º** João Alberto Souza - (PMDB-MA)**3º** Elmano Férrer - (PTB-PI)**4º** Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (12)</p> <p>Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão (11)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder</p> <p>Humberto Costa - PT (21,29)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (10,37)</p> <p>Walter Pinheiro (31,33)</p> <p>Telmário Mota (9,32)</p> <p>José Pimentel (36)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14</p> <p>Humberto Costa (21,29)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Paulo Rocha (38)</p> <p>Walter Pinheiro (31,33)</p> <p>Lindbergh Farias (30)</p> <p>Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz (10,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <p>Telmário Mota (9,32)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira (14,18)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder</p> <p>Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líder</p> <p>Ataides Oliveira (35)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (19)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Paulo Bauer (23)</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado (3)</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <p>José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder</p> <p>Lídice da Mata - PSB (15,28)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>José Medeiros (13,17,27)</p> <p>Vanessa Grazziotin (22,25)</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe (1,16)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros (13,17,27)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (22,25)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder</p> <p>Fernando Collor - PTB (7,8)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Blairo Maggi (6)</p> <p>Eduardo Amorim (5)</p> <p>Marcelo Crivella (2,4)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (7,8)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi (6)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (5)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,4)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.

15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
19. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
22. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
29. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
36. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) OMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Comissão Temporária, criada nos termos do Requerimento nº 44, de 2015, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes, para no prazo de noventa dias, para traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

2) OMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

3) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

4) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, composta por onze senadores titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Leitura: 05/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 93, de 2015, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 02/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 02/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4.
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5.
Senador Roberto Requião (PMDB)	6.
Senador Omar Aziz (PSD)	7.
Senador Luiz Henrique (PMDB)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador José Serra (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁶⁾
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁵⁾
VAGO	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).

6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Marta Suplicy (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zezé Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senador Aécio Neves (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** . Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

***** Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Benedito de Lira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5.
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: scomce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Paulo Rocha (PT)	4.
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁴⁾	4. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(5,2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**.. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 3, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.leg.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a criação da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, destinada a tratar de assuntos de seu interesse.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 5, de 2006)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 3303- 3496

Fax: 61 3303-3546

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 9, de 2009)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 61 3303-3546

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Gladson Cameli (PP)	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Fernando Ribeiro (PMDB)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).

4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Lasier Martins (PDT) ⁽¹⁾
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador José Maranhão (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁵⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 04/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 15/2015-GLPMDDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.3.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDDB).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** scomcra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zezé Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Finalidade:** Discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.**(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 61 3303-1120**E-mail:** scomct@senado.gov.br**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão como membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda**Telefone(s):** 61 33031095**E-mail:** csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
VAGO		4.	VAGO
PT			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
PSDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
PTB			
VAGO		1.	VAGO
PP			
VAGO		1.	
PDT			
VAGO		1.	
PSB			
VAGO		1.	VAGO
DEM			
VAGO		1.	VAGO
PR			
VAGO		1.	VAGO
PSD			
VAGO		1.	VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO

Atualização: 12/03/2015

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 04/03/2015

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros: 17 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**5ª Designação:** 20/05/2014**6ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 04/03/2015

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO
PROS

Atualização: 31/01/2015

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

11) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS	
PTB	
	Senador Fernando Collor (AL)
PSC	
	Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB	
	Senador Romero Jucá (RR)
(1)	

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS	
PMDB	
VAGO	
PT	
VAGO	
PSDB	
VAGO	
PTB	
PP	
PDT	
VAGO	
PSB	
VAGO	
DEM	
PR	
VAGO	
PSD	
VAGO	
PCdoB	
VAGO	
PV	
VAGO	
PRB	
VAGO	
PSC	
VAGO	
PSOL	
VAGO	
SD	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

13) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)⁽¹⁾

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-)⁽³³⁾

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)⁽³²⁾

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO ⁽³⁴⁾
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽²⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽³⁰⁾
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO ⁽²⁴⁾	1. VAGO
VAGO ⁽¹⁵⁾	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
PMDB	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
PSDB	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
PSD	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
PP	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
PR	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
PSB	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
DEM	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
SD	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
PTB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
Bloco PV, PPS	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
PROS	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
VAGO (19,35)	1. VAGO (19,35)
PCdoB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
PSC	
VAGO (35)	1. VAGO (14,35)
PSOL	
VAGO (3,35)	1. VAGO (3,35)
PRB	
VAGO (35)	

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.

2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.

23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.

24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dorner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo
CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha
PSC	Deputado Sílvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (-)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)

Bloco / Partido	Membros
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eliene Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke
PSDB	Deputado Cesar Colnago

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Cyro Miranda (-)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (-)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Moreira Mendes (-)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)⁽¹⁾

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Roso
PSD	Deputado Roberto Dornier
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

Notas:

1. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PT/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jozé Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Marinha Raupp - PMDB/RO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
Dr. Jorge Silva - PROS/ES	2. Ronaldo Fonseca - PROS/DF
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
Shéridan - PSDB/RR	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
PDT	
VAGO	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.

3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.

4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 118, de 2015, da Liderança do PT.

5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.

6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacombo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 11/03/2015

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Resgate da reforma política: Diversidade e pluralismo no Legislativo



Uma das questões mais comentadas e talvez menos compreendidas no Brasil é a reforma política. Ela diz respeito à revisão das instituições vinculadas à nossa democracia representativa. Trata-se de um conjunto de temas fortemente entrelaçados, que repercutem em várias dimensões das relações sociais. Esta obra enfrenta o desafio de lidar com esse universo.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 130 páginas
(O.S. 10761/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

